

**CATADORES(AS) E A METRÓPOLE:
IDENTIDADE, PROCESSO E LUTA**

**GABRIEL SALGADO
E THIAGO TEIXEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação
da Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho” como requisito parcial para
a graduação no Curso de Comunicação Social
com habilitação em Jornalismo.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação
da Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho” como requisito parcial para
a graduação no Curso de Comunicação Social
com habilitação em Jornalismo e aprovado com a média
final 10 (dez) pelo Prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula
Xavier. (orientador) e pelos Professores Doutores Clodoaldo
Menegelo Cardoso e Cláudio Rodrigues Coração (examinadores).



*Aos catadores e às catadoras de materiais recicláveis que
compartilharam suas histórias e que lutam por melhores condições
de vida e de trabalho na cidade de São Paulo.*

SUMÁRIO

Prefácio.....	15
Agradecimentos, por Gabriel Salgado.....	17
Agradecimentos, por Thiago Teixeira.....	19
Introdução.....	21
A METRÓPOLE	
Do largo à baixada.....	29
Gorduchinha.....	47
Audiência Pública.....	55
Que cresceram com a força de pedreiros suicidas.....	67
IDENTIDADE	
Não existe catador em SP.....	75
Trinta anos de coleta.....	81
De sombra nos olhos e pulseiras brilhantes.....	85
Catador beleza.....	89
A vida de Socorro.....	93
Jornada dupla.....	97
Tio San.....	105
Assumindo o comando.....	111

Ciclo, por Maria Júlia Carvalho.....	125
--------------------------------------	-----

Legendas Ciclo.....	141
---------------------	-----

PROCESSO

Mercado do catador.....	147
-------------------------	-----

Outros atores.....	153
--------------------	-----

O topo da cadeia.....	161
-----------------------	-----

LUTA

Caminhar é resistir.....	173
--------------------------	-----

Militância no movimento.....	181
------------------------------	-----

A catadora mais antiga do Brasil.....	197
---------------------------------------	-----

Linha do tempo.....	202
---------------------	-----

Glossário dos termos.....	207
---------------------------	-----

Referências bibliográficas.....	215
---------------------------------	-----

PREFÁCIO

Da pessoa mais humilde à mais elitizada, da periferia ao centro e até mesmo às regiões nobres, não há quem more na cidade de São Paulo e não tenha tido o mínimo de contato mesmo que visual com um catador de material reciclável. Com as chamadas carroças ou carrinhos, em grandes eventos à caça de latas de alumínio ou em caminhões de suas cooperativas, os catadores firmam presença no cotidiano da capital.

Assumindo a identidade de agentes ambientais ou simplesmente tendo a reciclagem como uma forma de sobrevivência, estes indivíduos enfrentam e, em alguns momentos, aproveitam as características da quarta maior metrópole do mundo para conseguirem desenvolver seu trabalho, a coleta seletiva.

De um lado, a cidade não remunera os catadores pela coleta de resíduos que até então iriam para aterros sanitários e não fornece alternativas para que estes trabalhadores se sustentem em períodos de menor venda de materiais. Por outro, percebe-se que o catador acaba conseguindo encontrar meio de sobrevivência diante da grande quantidade de materiais, mesmo que não sejam os mais valiosos como o alumínio.

À procura de conhecer um pouco mais a realidade, o contexto em que estão inseridos e os conflitos existentes na vida de alguns desses catadores, surge *Catadores(as) e a metrópole - identidade, processo e luta*. A curiosidade, ou melhor, a inquietude frente a um

tema pouco divulgado e cheio de estereótipos motivou a produção do trabalho de conclusão do curso de Jornalismo da Unesp de Bauru por nós que, desde crianças, observamos à distância o trabalho de catadores da Vila Formosa e da Vila Constança, respectivamente, nas zonas leste e norte de São Paulo. O jornalismo, desta forma, nos dá a oportunidade de nós aproximarmos um pouco mais de alguns desses indivíduos.

Resultado de um ano e meio de estudos, nos quais os últimos onze meses nos dedicamos à pesquisa de campo, este livro se concretiza como intenso exercício de reportagem em discussões sobre as perspectivas e os vieses a que iremos nos referir adiante.

Gabriel Salgado e Thiago Teixeira

07/10/2012

AGRADECIMENTOS,

POR GABRIEL SALGADO

Antes de mais nada agradeço à Universidade Estadual Paulista e a todos(as) que a financiam e que, conseqüentemente, deram-me a oportunidade de pertencer a uma das maiores instituições de ensino do país com todos seus aprendizados e contradições.

Para a produção deste TCC fico grato ao professor Juarez Xavier que aceitou nossa proposta, bem como a alguns(mas) dos(as) docentes que fizeram com que eu não descreditasse do compromisso por um ensino público, de qualidade e para todos(as). Na avaliação deste projeto que surgiu como trabalho de conclusão de curso, agradeço aos professores doutores Cláudio Coração e Clodoaldo Cardoso.

Este livro não seria possível sem a leitura atenta de minha irmã Nathalia Salgado e sem a revisão do parceiro, irmão e grande jornalista Rôney Rodrigues. Além da arte e criatividade da designer Marina Burity e do olhar atento e social da fotógrafa Maju Carvalho.

Aos momentos de distração, conflitos e amadurecimento, agradeço aos amigos que moraram comigo nestes quase cinco anos na república Risca Faca, e aos(às) agregados(as) com quem pude construir o momento mais feliz e compensatório da minha vida até o momento.

Dedico este trabalho a meus pais Jorge e Silmara e a minha avó Terezinha Salgado que proporcionaram as melhores condições possíveis para que eu conseguisse entrar e permanecer na UNESP. A força e o amor dessas três pessoas contribuem para que eu lute diariamente para ser uma pessoa melhor e mais consciente de minha função social onde quer que esteja.

Por fim, agradeço ao amigo e parceiro Thiago Teixeira que, assim como eu, enxergou a importância do olhar sobre a história e o contexto em que estão inseridos os(as) catadores(as) de materiais recicláveis.

AGRADECIMENTOS,

POR THIAGO TEIXEIRA

Este livro não seria possível sem o respeito com que eu e Gabriel fomos tratados no exercício da nossa profissão. Cada citação grafada nestas páginas ou nas que acabaram excluídas do conteúdo final é uma gentileza tão nobre quanto os cafés que nos foram servidos na CooperFiladélfia, ou o almoço que compartilhamos na Magnália Dei, ou ainda a carona que ganhei na Coopercose. Espero que a cidade lhes seja hospitaleira da mesma forma que foram conosco.

Agradeço a minha mãe, Sônia, que sempre garantiu suporte para meus planos e abrigo para os meus riscos. Ao meu pai, Nivaldo, o primeiro professor que tive, com quem aprendi a segurar o lápis e amarrar os cadarços. Aos meus irmãos, Paulo e Matheus, com quem compartilhei as angústias do projeto e recebi muito apoio, e a minha namorada, Fernanda, que me ofereceu companhia e atenção durante todo o processo.

Agradeço aos amigos, de infância e vida, que compreenderam a minha ausência, embora sempre estiveram presentes quando precisei. Aos amigos do cursinho, com quem estudei por muito tempo para superarmos o vestibular e segui meu caminho. Aos amigos da República Laje, com quem dividi o teto por quatro anos e aos amigos da faculdade, que ampliaram a minha

visão do mundo. Em suma, agradeço aos amigos todos por tanto me oferecerem.

Agradeço por fim aos que permitiram que o projeto se realizasse, aos revisores Roney Rodrigues e Nathália Salgado, à designer Marina Burity, à fotógrafa Maju Carvalho, e à paciência, perseverança e comprometimento de Gabriel Salgado.

INTRODUÇÃO

Na porta do comércio à espera. Depois de um dia cheio de trabalho, são 18 horas e essa é a última loja a ser visitada na Rua dos Estudantes, no bairro da Liberdade. Com a carroça cheia de papelão, o catador se dirige à Praça da Sé para encontrar o depósito aberto e vender os cerca de 200 quilos de material. A rua estava boa e lhe rendeu R\$ 36.

O galpão é grande e o movimento começa a diminuir para o fechamento do expediente. Aparas, papel branco, papelão e papel misto são pesados durante todo o dia. É feito o pagamento na hora e os materiais são levados para o fundo da área onde serão separados, prensados e amarrados em grandes fardos. Colocam-se os materiais no caminhão com destino à indústria recicladora. Os 200 quilos de papelão agora valem R\$ 66.

Indústria de papel e celulose. Os pedaços de papelão são jogados em uma espécie de “liquidificador gigante” e efetiva-se o processo de reaproveitamento que culminará com a produção de caixas dos tipos maleta normal, envoltório, corte e vinco. Embala-se as novas caixas que são encaminhadas à distribuidora. O quilo de caixas de papelão é vendido ao comerciante, em preço de atacado, por R\$ 0,60. Se forem 200 quilos, a venda se realizará por R\$ 132. O compra se realiza e o produto está de volta à cadeia produtiva.

O exemplo fictício com preços reais demonstra de forma sucinta um pouco da complexa lógica da reciclagem na capital paulista.

O catador é figura marcante neste processo e não só no que se refere à coleta de papelão, como no exemplo citado acima, mas na reciclagem de demais tipos de papel, de plástico, de vidro, entre outros.

A cidade de São Paulo produz 18 mil toneladas de resíduos sólidos por dia. Deste total, cada paulistano é responsável pela geração diária de 1,5 kg de resíduo domiciliar. Estima-se que menos de 2% desses resíduos sejam reciclados.

Diante da abrangência do tema e de suas inúmeras especificidades, este livro se dedica a expor o contexto em que estão inseridos os catadores de materiais recicláveis que sobrevivem por meio da coleta seletiva de resíduos sólidos domiciliares, classificados como não inertes, secos e inorgânicos. Mesmo que, em alguns momentos, apareçam neste livro dados referentes à totalidade de resíduos, ou mesmo à totalidade do lixo produzido pela cidade, objetiva-se apresentar o trabalho, as histórias e os conflitos do profissional catador, dando maior atenção à ampla maioria de materiais com os quais trabalha.

De acordo com a Prefeitura, há cerca de 20 mil catadores de materiais recicláveis na cidade, sendo que cerca de 16 mil trabalham de maneira autônoma e individual, cerca de um mil em cooperativas conveniadas com o governo municipal e três mil em demais cooperativas e associações. Desta forma e diante de inúmeras visões sobre o dia a dia destes indivíduos, não se pretende senão outra coisa que dar perspectivas possíveis sob o olhar de alguns destes indivíduos e de demais agentes que estão relacionados à coleta seletiva na cidade.

É válido, já em um primeiro momento, destacar que este livro não fala exatamente dos catadores, mas sim das catadoras

de materiais recicláveis de São Paulo. Bem como o leitor poderá acompanhar nesta produção, estima-se que 80% de toda esta classe trabalhadora no Brasil é composta por mulheres, o que se evidencia por meio do exemplo da cooperativa Filadelfia que, à época de nossas entrevistas, era formada unicamente por 22 catadoras.

A divisão do livro é feita em quatro eixos temáticos que, em aspectos gerais, tratarão a gestão dos materiais recicláveis em São Paulo, a trajetória e o perfil de alguns dos seus catadores, a interação destes trabalhadores com o processo da reciclagem e, por fim, os desafios e as lutas para a melhoria de condições de vida e de trabalho destes indivíduos.

O primeiro eixo temático “A Metrópole” trata da evolução da organização das cooperativas nos últimos dez anos com a criação das centrais de triagem pela Prefeitura. Ao traçar breve contexto em que construídas estas centrais, relata-se a utilização de aterros sanitários e a discussão em torno do contrato firmado entre a municipalidade e as concessionárias Loga e EcoUrbis.

Além disso, há a constatação dos conflitos políticos e estratégicos que se estabelecem a partir da ameaça da incineração e da concretização do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de São Paulo. Não se esquecendo das próprias características de uma metrópole, como trânsito intenso e violência urbana, são realizadas pequenas narrativas de situações vivenciadas por catadores anônimos no dia a dia da capital.

“Identidade” é o segundo eixo temático do livro e faz reflexão sobre os mais diferentes perfis destes trabalhadores na cidade. Por meio de análise da mestre em educação, Gabriela Couto, evidencia-se que esta categoria não é uniforme no que diz respeito

à formação destes profissionais e suas perspectivas para a reciclagem e para o futuro de suas trajetórias.

Neste sentido, são apresentadas narrativas que abordam as histórias de Avelino, Vera, Giovani, Socorro, Kelly, Maurício e Selma. Com estas personagens, pretende-se evidenciar questões relacionadas aos vários contextos da reciclagem com exemplos que demonstram a diversidade e a complementaridade dos catadores encontrados em nosso processo de apuração, seja nas ruas do centro da cidade, seja em cooperativas conveniadas ou não com a Prefeitura.

Na parte central do livro, o leitor poderá apreciar a percepção e o olhar da fotógrafa Maria Júlia Carvalho ao retratar em imagens alguns dos catadores e catadores que encontramos durante o processo de apuração deste projeto. Já o terceiro eixo, “Processo”, apresenta a lógica de trabalho do catador de materiais recicláveis da cidade de São Paulo. Para este fim, aborda a rotina destes profissionais, tanto dos que trabalham em cooperativas quanto dos que se dedicam à função de forma individual. Em seguida, o foco recai sobre a relação dos catadores com os intermediários, ou atravessadores, que compram os materiais coletados e separados por cooperativas e por grupos de catadores autônomos e os revendem para as indústrias.

O capítulo final deste eixo, “O topo da cadeia” traz à cena a indústria, compradora final do processo de reciclagem, que pela voz de representantes do setor de embalagens, de papel e de vidro, levanta a problemática do consumo, de produção e de preço dos materiais. E aborda, também, a posição desses empresários com relação às exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

E dando cabo aos eixos do livro, “Luta” retrata a história dos 13 anos do Movimento Nacional dos Catadores, suas bandeiras

e conquistas, bem como as dificuldades de apoio de suas bases, e as críticas que delas recebe. Também fica registrado nesta última parte do livro, o esforço de resistência de uma cooperativa que teve sua sede incendiada e precisa submeter-se a condições de trabalho muito restritivas para continuar funcionando.

Em suas páginas derradeiras, o livro traz a experiência de Pedro, um catador que deixa a carroça para ser líder comunitário, e de Dona Tereza, a mineira conhecida como “a catadora mais antiga do país”, que, entre outras ações, proveu abrigo para seus 45 filhos, sendo 43 adotivos.

Por fim e como apoio à leitura, pode-se encontrar um glossário de termos específicos sobre os catadores e sobre o processo de reciclagem e uma linha do tempo com as principais datas e marcos sobre o trabalho dos catadores na capital paulista.

DO LARGO À BAIXADA

“Boa tarde, eu sou o Carlão Catador”, se apresenta Carlos Antônio dos Reis, 44 anos. Ele está em uma roda conversando com 20 catadores e não é o único que atrela o próprio nome à sua atividade profissional. Mais que subjetividades, posições familiares, sociais ou mesmo políticas, todos são, antes de tudo, catadores. Carlão começou a trabalhar com reciclagem quando criança e sua história acompanha o avanço da organização dos catadores de materiais recicláveis da cidade de São Paulo nos últimos dez anos.

A primeira vez que nos encontramos foi no dia quatro de fevereiro de 2012. O catador chega com dificuldade ao Serviço Social do Comércio (Sesc) localizado no bairro Itaquera, na zona leste. Desce as escadarias em ritmo lento, degrau por degrau, escorado por sua esposa Nanci. Os outros catadores observam e alguns se perguntam sobre o atual estado de saúde do companheiro. Após o acidente doméstico em que caiu do teto de sua casa no último mês de janeiro, Carlão está em tratamento para voltar a andar com mais facilidade, recuperar os movimentos e força dos braços e, então, voltar a trabalhar.

Fragilidade e força. Essas duas palavras podem parecer antagônicas, mas compõe a imagem que Carlão passou naquele sábado de sol forte no Sesc Itaquera. Debilidade para caminhar e uma dependência de sua esposa contrastando com o respeito dos colegas e o vigor de sua voz, sua apresentação: Carlão Catador.

Mesmo com essa dificuldade para se locomover, Carlão participa das reuniões do Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste, realizadas no primeiro sábado de cada mês. Quando o conheci, neste primeiro encontro do ano, o fórum promoveu uma oficina sobre as regras da previdência social e uma atividade de economia solidária promovida pela incubadora social da Universidade de São Paulo (USP).

Carlão Catador é a identidade de um personagem que viu e viveu boa parte da organização dos catadores de materiais recicláveis. Identidade de quem tem objetivos claros para o que pensa ser melhor à sua categoria em São Paulo. Apenas um entre os cerca de 20 mil catadores da quarta maior aglomeração urbana do mundo (entre estes, somente mil são organizados em cooperativas conveniadas com a Prefeitura), Carlão começou a vender sucata com apenas sete anos. Acompanhado por sua irmã Sueli, na época com cinco anos, esperava os pais irem para o trabalho para, assim, sair para catar ferro velho pelas ruas do bairro Jardim Romano, também na zona leste de São Paulo.

Crescendo com instabilidade dentro de casa e próximo à malandragem: em meio a um cotidiano de brigas entre seus pais e vulnerabilidade social, a vida de Carlão tomou rumos diferentes e alheios ao da coleta de materiais recicláveis. “Passei por outros segmentos, fiz besteiras na vida, paguei o preço e, em 2000, eu já era casado e alcoólatra”, resume brevemente o catador. A fórmula de problemas familiares somados à exclusão social e à proximidade com o mundo do crime acabou tendo resultados perversos: passou diversas vezes pela Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (Febem - atual Fundação Casa), foi para o pavilhão nove do hoje não mais existente presídio Carandiru

e, em 1992, terminou de cumprir uma pena de cinco anos e quatro meses no Instituto Penal Agrícola (Ipa) de São José do Rio Preto.

Após “pagar o preço”, como ele mesmo diz, o catador foi trabalhar com construção civil, depois como camelô, vendedor de purificadores de água até chegar o momento em que, frequentemente bêbado, já não conseguia mais pagar o aluguel de sua casa e vivia entre a venda de bugigangas nos trens paulistanos e as noites na Estação da Luz. Mesmo quando já tinha parado de usar cocaína e maconha, o extremo que chegava no consumo de álcool fazia com que Carlão não permanecesse nos empregos que conseguia.

As coisas começaram a mudar no ano 2000 quando voltou a coletar papelão e assumiu a profissão de catador. “Já estava dois anos como catador e, em 2002, um amigo meu puxava carroça no Largo São Francisco e me chamou pra ir trabalhar com ele. Eu tinha receio, mas fui e acabamos mudando para a baixada do Glicério no Recifran [Serviço Franciscano de Apoio à Reciclagem]. Foi aí que a assistente social de lá, a Dona Vera, disse que me identificava como liderança. Fui me envolvendo, peguei amor em organizar os catadores e entrei no Movimento [Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, o MNCR]”, explica.

Desde a experimentação precoce de maconha ao uso de cocaína, roubos, internações e alcoolismo, da coleta de ferro-velho quando criança a experiências em paus-de-arara na antiga Febem e nos momentos em que esteve preso, o jovem Carlinhos virou Carlão Catador, figura popular entre os companheiros de trabalho.

Carlão já viajou o país com o MNCR e, apesar de críticas de que a entidade tem se afastado dos catadores, ele acredita na capacidade de diálogo e na força política da organização. “Além disso,

eu acredito na Política Nacional de Resíduos Sólidos. Ela abriu a porta pra todo mundo porque é uma lei pra todo brasileiro. Aqui em São Paulo tem 20 centrais de triagem. Eu defendo que tem que ter, no mínimo, 100. No mínimo!”, ressalta.

A organização de catadores em São Paulo existe independente de questões políticas e da vontade específica de um ou outro governante da capital paulista, do Estado de São Paulo ou do governo federal. No entanto, a gestão da Marta Suplicy (2002 - 2005) é citada pela ampla maioria dos entrevistados como sendo a que construiu as primeiras centrais de triagem e a que mais valorizou a reciclagem na cidade.

As centrais de triagem são cooperativas que possuem convênio com a prefeitura e são organizadas e geridas por catadores, mas recebem apoio do município nos gastos com a aquisição de espaço e equipamentos como prensas, caminhões e esteira, além do pagamento de contas básicas como água e energia elétrica.

Em 2002, a Prefeitura implantou a coleta seletiva no centro da cidade e participou da criação de um projeto voltado para os catadores juntamente com o Recifran, o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, a Organização de Auxílio Fraternal (OAF) e a Província Franciscana da Imaculada Conceição.

O projeto Recifran levou para a Baixada do Glicério 27 famílias que viviam e trabalhavam com coleta de material reciclável no largo São Francisco, ambas regiões centrais da cidade. “Eu era o caçula e, pouco depois que eu cheguei, as famílias já estavam saindo do largo. Quem me preparou para ser uma liderança foi o Recifran. Eu sou cria, um fruto deles”, conta Carlão.

O catador afirma que o incentivo à construção de centrais de triagem não foi gratuito. A Prefeitura, segundo ele, estaria inves-

tindo no setor ao se aproveitar dos holofotes que a cada dia mais estão voltados para a reciclagem.

Apesar de criticar a burocracia dos galpões de reciclagem construídos pelo governo municipal, ele reclama que nos últimos oito anos as ações da Prefeitura estão engessadas no que se refere às melhorias de condições de trabalho para os catadores. “A principal dificuldade da gente é com o governo que não olha para a base. Por isso é que existe a luta do movimento. Temos que discutir, nos articular antes das reuniões e já ir preparado. Bateu, levou”, defende.

Segundo dados fornecidos pela Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (Amlurb) da cidade de São Paulo, existem 20 centrais de triagem que empregam cerca de 1.100 cooperados com renda média mensal de R\$ 870,00.

De acordo com dados fornecidos pela Prefeitura, foram construídas 12 centrais de triagem entre 2003 e 2004. Nas últimas duas gestões do governo municipal apenas uma cooperativa foi inaugurada por ano, porém a Amlurb afirma que outras cinco estão em processo de construção.

NO TEMPO EM QUE TINHA MUITO CARROCEIRO NO CENTRO

Quando voltou para a reciclagem, Carlão tinha 32 anos e ainda sofria com problemas decorrentes do alcoolismo. Depois de uma série de recaídas, o catador encontrou ajuda ao frequentar uma associação antialcoólica por intermédio de funcionários do Recifran.

Entre idas e vindas, Carlão trabalhou no Recifran, ajudou a montar a Cooperativa da Baixada do Glicério (Cooperglicério)

e a associação Reciclavida na Barra Funda que, de acordo com ele, só ficou “no papel” por causa de seu problema com a bebida. “Se a liderança bebe descamba tudo. As pessoas se espelham e o que ela faz reflete com força muito grande pra cima de todo mundo”, diz.

Carlão participou ativamente do MNCR até 2006 quando uma recaída fez com que voltasse para o que chama de base, para a coleta de materiais nas ruas. “Tinha vontade, mas não tinha força para parar de beber. Fiquei na base até 2008 e em 2009 eu entreguei minha vida a Jesus”, explica o catador que faz questão de ressaltar que agora sim está totalmente “liberto” do vício em álcool.

Além de ter acompanhado parte do processo da coleta seletiva no centro da cidade e da criação das primeiras centrais de triagem conveniadas com a Prefeitura, Carlão rodou o Brasil, como profetizava Dona Vera, e conheceu sua terceira e atual esposa, Nanci Darcolete Nazareth, dentro do movimento de catadores.

Pai de quatro filhos, um com a primeira mulher e três com a segunda, Carlão está com Nanci há sete anos e fala orgulhoso da companheira que é a primeira a trabalhar e, principalmente, a viver da reciclagem.

Se Carlão cumpriu função de liderança nas cooperativas em que passou, Nanci, que segundo ele é muito mais politizada, não perde em nada no que diz respeito ao conhecimento, ao trabalho com os materiais recicláveis e à luta pelos direitos dos catadores e catadoras.

Atual presidente da cooperativa Filadelfia, Nanci não parou de trabalhar em nenhuma das vezes em que a visitamos. Com suas 21 companheiras de trabalho, literalmente, construiu o galpão da cooperativa que fica em meio à comunidade Itapema, na zona leste de São Paulo. Longe de ser comparada a uma central de triagem

da Prefeitura, a própria localização da cooperativa chama a atenção por estar às margens de grandes torres de energia elétrica e por ser construída inteiramente com madeira.

Quem chega à cooperativa, passa barracos de madeira sob um chão de terra batida. A não mais de 200 metros de uma torre de energia, a Filadelfia se destaca como um grande galpão com dois andares e é a extensão da casa de Nanci e Carlão.

Há pouco mais de um quilômetro do shopping Aricanduva, o galpão de madeira é rodeado por três caçambas de sete metros cúbicos cada e fica ao lado da Cooperativa de Reciclagem do Jardim Itapema (Coreji) que Nanci ajudou a construir com seu ex-marido, o catador Pedro Henrique Mesquita.

Ao entrar na Filadelfia percebe-se que a cooperativa foi estrategicamente planejada. O piso superior dá entrada para a rua onde caminhões compactadores da coleta seletiva da Prefeitura depositam o material reciclável. Esse material começa, então, a ser separado por estágios. A estrutura do galpão é definida conforme o que passará ou não pela triagem das cooperadas e a parte superior possui aberturas para que o vidro, o papelão e os metais possam ser jogados dentro das três caçambas localizadas no lado de fora da cooperativa.

Apesar de não ser conveniada com o governo municipal, a Filadelfia recebe os materiais coletados pela Prefeitura, não sendo necessário que nenhuma de suas 22 catadoras tenha que sair para a rua com os conhecidos carrinhos. Dentre os problemas que enfrentam, as cooperadas lutam na Prefeitura pela concessão de espaço para construírem um local adequado para trabalhar.

Com outra lógica de trabalho e presença marcante no ambiente urbano da capital, estima-se que o número de catadores que

trabalham com carrinhos chegue a 18 mil pessoas, que disputam espaço entre automóveis e motos que circulam no trânsito cada vez mais caótico e congestionado da metrópole paulista.

Segundo o portal da Prefeitura, a cidade gera em média 18 mil toneladas de lixo diariamente (lixo domiciliar, de saúde, restos de feiras, podas de árvores, entulho etc). Assim como a Filadelfia, a estimativa do governo municipal é de que a cidade possua cerca de outros 70 grupos de catadores organizados em associações e cooperativas conveniadas ou não com a Prefeitura, responsáveis pelo processamento de 55 mil toneladas por ano de resíduos sólidos.

DO CONSUMO À RECICLAGEM

Vinda de família de catadores, a presidente da Filadelfia ressalta a dificuldade de criar uma cooperativa em que se consiga agir de forma coletiva. “As pessoas pensam que somos uma empresa ou só um grupo de catadores. Ainda estamos em processo de convencimento, mas existem pessoas que vieram desde o tempo do lixão e também querem que a cooperativa dê certo”, acredita a catadora.

Mãe, tias e primos. Nanci tem uma ligação quase que genética com o trabalho da reciclagem. A catadora passou a maior parte de sua vida puxando carrinho nas ruas da capital, já coletou materiais no atualmente desativado lixão de Francisco Morato, na região metropolitana de São Paulo, e hoje investe os esforços em sua cooperativa.

“Eu trabalhei no lixão entre 1997 e 1998 com minha prima Helena, mas o acesso era complicado, ficava num lugar afastado e tínhamos que caminhar mais de uma hora para chegar. Lá era uma selva... Os compradores ficavam na frente do caminhão deles e pa-

gavam o quanto queriam”, detalha Nanci ao falar sobre o trabalho de “garimpo” que realizava no lixão.

De acordo com ela, os caminhões chegavam e formavam as montanhas de lixo enquanto os catadores, cada qual em seu lugar, esperavam para avançar e começar a seleção do que estivesse com valor mais alto no dia. “Tinha muito material, mas o problema é que a diferença de preço era muito grande, porque pagavam muito menos que na rua. A gente não tinha carrinho e não dava pra juntar material e levar pra cidade. Os atravessadores diziam o que queriam e davam o que quisessem”, detalha a catadora.

Além do material encaminhado para a coleta seletiva, a cidade encaminha seus rejeitos (não recicláveis) e materiais recicláveis não segregados para aterros sanitários, administrados por concessionárias contratadas pelo governo municipal. Segundo a Prefeitura, “não há na cidade lixões a céu aberto, aterros controlados, incineradores e nem usinas de compostagem”.

Na definição da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), aterros sanitários são caracterizados pela disposição de resíduos sólidos urbanos no solo sem causar danos ou riscos à saúde pública, minimizando os impactos ambientais. Considerado como fase intermediária entre o aterro sanitário e o lixão, os aterros controlados normalmente são áreas próximas a lixões que receberam cobertura de argila e grama e que realizam a captação de chorume e gás. Hoje, com cerca de 388 caminhões coletores compactadores e 54 conjuntos transportadores, são levadas cerca de 4.590 toneladas/dia ao aterro sanitário CTR Caieiras e 5.100 toneladas/dia ao aterro sanitário CTL.

O Inventário Estadual de Resíduos Sólidos publicado em 2011 pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb),

constata que o município de São Paulo, sob análise das duas agências ambientais da Cetesb (Osasco e Tatuapé), possui o Índice da Qualidade de Aterros de Resíduos entre 9,4 e 9,6 em escala que vai de 0 a 10.

O que é de fato um bom indicador em comparação com as demais cidades do estado não dá boas expectativas no que se refere ao processamento dos materiais recicláveis. Ou seja, a cidade já não possui mais lixões, coleta praticamente a totalidade do que produz de rejeito e resíduos, mas não reaproveita de maneira eficiente sua matéria orgânica e seus resíduos sólidos como papel, vidro e plástico.

O local conhecido como lixão foi até a década de 1970 utilizado como destino final para o lixo produzido na capital paulista. Além da possível contaminação do solo e da água por meio de lençóis freáticos, os lixões (como o de Gramacho desativado em junho de 2012 no Rio de Janeiro) se tornam comumente bolsões de pobreza e trabalho degradante ao atrair pessoas que coletam materiais recicláveis como forma de garantir sua sobrevivência.

Segundo estimativas, cada cidadão de São Paulo produz em média 350 kg de lixo por ano, porém somente entre 1% e 2% deste material é reciclado. Apesar de estar livre de lixões, o governo municipal de São Paulo não possui aterros sanitários próprios e, desde dezembro de 2002, delega às empresas Loga e Ecourbis a função de recolher e fazer a destinação final de seu lixo e de seus resíduos para a coleta seletiva ou encaminhá-los a seus aterros particulares.

Hoje, para a realização deste serviço, a Prefeitura paga às duas concessionárias cerca de R\$ 55 milhões por mês pelo contrato que possui validade até 2022, podendo ser prorrogado por mais 20 anos. O primeiro pagamento à Loga, por exemplo, foi de cerca

de R\$19 milhões mensais, mas chega hoje a cerca de R\$26 milhões em decorrência de reajustes anuais previstos por lei.

Após o fechamento do último aterro sanitário público da cidade, conhecido como aterro de São João, em outubro de 2009, Loga e EcoUrbis passaram a encaminhar o material coletado para seus dois aterros sanitários privados, sendo um no bairro São Matheus e outro no município de Caieiras.

DE PAPEL PASSADO

Às 14h30 do dia 12 de março de 2012, fecha-se a porta do elevador que sobe ao andar da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes). No local trabalha a diretora de meio ambiente do Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste e uma das representantes do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Cades), Delaine Romano.

Em todos os primeiros sábados de cada mês, Delaine organiza um encontro com catadores de materiais recicláveis da zona leste da cidade no Sesc Itaquera. Em meio a conversa de quase duas horas na Abes, ela afirma que um dos maiores problemas na gestão de resíduos da cidade é o contrato com as concessionárias Loga e Ecourbis. “O contrato é anterior aos planos nacional e municipal e as empresas não vão querer abrir mão dele. Se a Prefeitura estipular que só rejeitos serão levados aos aterros, o que era uma quantia de 18 mil toneladas de lixo se tornará muito menos que a metade deste valor. E como será o pagamento dessas empresas?”, questiona a diretora.

De acordo com o presidente da Amlurb, Márcio Matheus, existem duas formas possíveis de alterar o contrato com as concessionárias:

“ordinariamente a cada cinco anos, ou extraordinariamente. Mas obviamente tem que se negociar com o ‘zagueiro russo’ que está do outro lado. Tem que verificar o quanto a alteração implica em custo e, se aprovada, fazer os ajustes necessários”, afirma Márcio.

Delaine conta que o Fórum elaborou um projeto para trabalhar a coleta seletiva com as concessionárias em parceria direta com os catadores. “As empresas querem trabalhar com reciclagem, mas a prefeitura não deixa. A Loga e a Ecourbis têm muito interesse nos catadores porque são eles que retiram o resíduo que ela deveria levar para o aterro”, afirma.

A diretora explica que, para investir nos catadores, as concessionárias pedem um aditivo financeiro no contrato – proposta que segundo ela foi negada pelo governo municipal - e alegam que, se não houver este aumento de recurso, a própria prefeitura poderia acusar as empresas de desviarem o material e, sob este argumento, romper com o acordo estabelecido. “Eu conversei com o diretor da Limpurb [atual Amlurb] que me disse que não iria autorizar a parceria com a Loga e com a EcoUrbis. Pra ele não tem conversa. É não e ponto”, diz Delaine.

Segundo assessoria da EcoUrbis, a empresa não tem nenhum projeto com centrais de triagem, sendo que “o contrato de concessão firmado com a prefeitura prevê a instalação de centrais de triagem em locais que deverão ser indicados pelo poder concedente”. Já a Loga, por meio de sua assessoria de imprensa, afirmou não querer se manifestar sobre o assunto.

Além dos aterros sanitários, as empresas Loga e Ecourbis administram três áreas de transbordo que são utilizadas como local intermediário e temporário entre os pontos de coleta e os aterros sanitários. De acordo com o artigo “Gestão de resíduos sólidos em

São Paulo: desafios da sustentabilidade”, publicado no primeiro trimestre de 2011 pelos pesquisadores Pedro Roberto Jacobi e Gina Rizpah, o “volume estimado de movimentação nos transbordos de São Paulo é de cerca de 1.200 mil” quilos por dia.

Dentre outras coisas, o documento firmado entre o governo municipal e as empresas Loga e Ecourbis estabelece que as concessionárias devem investir em novos aterros, unidades de transbordo e possíveis usinas de compostagem, além de terem que promover ações relacionadas à coleta seletiva, centrais de triagem e realizar a coleta específica em moradias informais.

Apesar de os aterros sanitários serem administrados pelas duas empresas, o contrato prevê que todos os investimentos e a infraestrutura pertencem à municipalidade e que os rendimentos oriundos destes locais - como os provenientes da venda de biogás, por exemplo, - passam a ser de posse da Prefeitura e devem estar disponíveis para o investimento na área de resíduos sólidos da cidade.

Segundo o artigo de Jacobi e Rizpah, o contrato de concessão foi estabelecido quando a cidade ainda contava com a taxa de limpeza pública, implementada em 2003, popularmente conhecida como “taxa do lixo”. Além desta cobrança, a lei municipal 13.478, de 2002, criou, entre outras coisas, o Fundo Municipal de Limpeza Urbana (FUMLU) a ser administrado pela Amlurb.

O artigo afirma ainda que, após a cobrança ser abolida por motivações políticas em 2006, comprometeu-se a qualidade dos serviços prestados, aumentou-se a quantidade de lixo nas ruas e se mantiveram estagnados os investimentos em centrais de triagem.

ELES ESTÃO CHEGANDO?

Mesmo não sendo utilizado na cidade desde o fim de 2002, o processo de incineração preocupa o movimento nacional de catadores. Com a campanha “Incineração Não. Contra a queima do lixo, em defesa da coleta solidária”, o MNCR afirma que a incineração gera “emissões tóxicas monitoradas precariamente que apresentam riscos à saúde pública e ao meio ambiente”, que é “das alternativas de gestão de resíduos que mais gera gases de efeito estufa, a que mais desperdiça energia” e que “menos gera postos de trabalho”.

Eduardo Ferreira de Paula, um dos fundadores do movimento e um dos responsáveis pela articulação de catadores em São Paulo e na América Latina, ressalta que, além da luta contra a incineração, os principais objetivos da organização são a “auto-gestão, a não privatização da reciclagem e a valorização do catador”.

Segundo ele, já existem 14 incineradores prontos para serem instalados dentro de indústrias na capital e o processo de incineração estaria travado não por motivos ambientais, mas por questões técnicas. “Se a preocupação for somente social, pode haver a cooptação de catadores. Temos que pensar também na provável utilização de combustíveis fósseis e na degradação do meio ambiente”, afirma Eduardo.

Em torno das denúncias quanto à política de incineração, o vereador Ítalo Cardoso (PT), ex-líder de bancada do partido na Câmara Municipal, relatou que este tipo de iniciativa teve início na gestão do ex-prefeito Paulo Maluf (PP) de 1993 a 1996. “A nossa sorte é que ele [Maluf] comprou equipamentos tão velhos que teríamos que reformá-los para deixá-los em condição de uso e o processo iria ficar mais caro. Naquela época, nós conseguimos barrar a incineração graças à mobilização da sociedade como um

todo e dos moradores dos locais, onde estas máquinas seriam implantadas”, afirma o vereador.

Segundo ele, há denúncias de que é a incineração que está por trás da falta de interesse da Prefeitura no que se refere às ações voltadas para a reciclagem. “Há mais de quatro anos o Ministério das Cidades disponibilizou R\$ 6 milhões para construir dez novas centrais de triagem com toda a estrutura de esteira, balança, caminhão, guindaste e empilhadeira. A única coisa que a cidade tinha como responsabilidade era oferecer o terreno, mas nem isso fez porque não tem interesse”, denuncia Ítalo.

“Eles estão chegando”, afirma o vereador ao ressaltar que a incineração está cada vez mais próxima da cidade já sendo utilizada em municípios do litoral sul do estado, na chamada Baixada Santista. De acordo ele, a indústria de incineração está cercando a capital e “talvez essa seja a única justificativa para o projeto de implantação da coleta seletiva estar tão atrasado”.

De acordo com uma matéria do jornal O Estado de São Paulo, de setembro de 2009, os governos da baixada santista estariam visitando experiências de incineração em Portugal e já consideravam a possibilidade de expansão da incineração para a capital paulista. Segundo a reportagem “Usina de incineração de lixo vira alternativa em SP”, do dia 21 de setembro daquele ano, consórcios estariam avaliando a implantação desse tipo de usina em São Paulo tendo como base operações na Alemanha, França, Portugal e Espanha.

“Há um ano [em 2011], um vereador promoveu um seminário na Câmara Municipal para falar sobre os incineradores. Ninguém dava nada para o evento, mas vieram o prefeito Kassab e alguns secretários. Eles estão se mobilizando e, é o que eu digo, o inimigo está se armando”, diz o vereador Ítalo Cardoso.

Dois anos antes (no dia 7 de dezembro de 2009), o vereador Francisco Chagas (PT) organizou o seminário “Reciclagem energética: uma solução definitiva para o lixo”, também, na Câmara Municipal. O evento contou com a presença do prefeito Gilberto Kassab (ex-DEM, atual PSD) e do secretário municipal de serviços, Alexandre de Moraes, além de representante da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb) e dos presidentes das empresas EcoUrbis e Loga, Ricardo Arcar e Luiz Gonzaga. Em resposta, catadores de materiais recicláveis compareceram com faixas e cartazes que repudiavam o plano de implantação de incineradores na cidade de São Paulo e em sua região metropolitana.

Os incineradores passaram a ser usados na cidade em 1905, mas foram abandonados no ano de 2002 com a desativação do incinerador Vergueiro. À princípio não há evidência registrada em documentos oficiais da Prefeitura que confirmem a intencionalidade de voltar à queima de resíduos para a geração de energia.

Já a produção de biogás seria a alternativa menos polêmica diante da captação de metano em aterros sanitários com geração de energia elétrica. O projeto de recuperação do gás foi implantado nos aterros públicos Bandeirantes e São João (que pararam de receber materiais em 2004 e 2008, respectivamente) com capacidade de produzirem, juntos, 375 mil megawatts por ano. De acordo com a Amlurb, o aterro Bandeirantes, por exemplo, pode evitar a emissão de cerca de oito milhões de toneladas de gás carbônico até o fim de 2012 dando à cidade a possibilidade de venda de créditos de carbono.

Conforme o artigo citado anteriormente, “Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade”, a “Prefeitura é proprietária de 50% das reduções de emissão geradas pelo

projeto” e os “créditos de carbono já foram negociados em dois leilões, em 2007 e 2008, gerando R\$ 71 milhões”, investidos em projetos no entorno dos aterros pelo governo municipal.

Ítalo afirma que a primeira iniciativa do processo de coleta seletiva na cidade ocorreu durante o governo de Luiza Erundina (ex-PT, atual PSB) entre os anos de 1989 e 1993. “O que começou com a Erundina em 1990, acabou no governo do Maluf em 1993. Não se tem o costume de reciclar e há denúncias de que, em muitos casos, mesmo quando a população separa o lixo, a Prefeitura acaba misturando tudo dentro dos caminhões. Tem também o que a gente chama de o porrete e o torrão de açúcar: o governo tem que explicar o porquê da reciclagem, mas, caso não seja cumprida, é necessário que haja multa, principalmente, para o grande produtor”, defende.

GORDUCHINHA

De um para o outro, ela passeia entre os catadores que conversam há duas quadras da Faculdade de Direito da USP, próxima à catedral da Sé, no largo São Francisco. O volume da conversa é alto entre os oito catadores e uma catadora que revezam de boca em boca a cachaça chamada por eles de “gorduchinha”.

Garrafa de plástico com formato oval, a “gorduchinha” é conhecida por seu baixo preço e alto teor alcoólico. São dez da manhã do dia 24 de julho de 2012. Nos aproximamos para tentar uma conversa com Valter Marques, que a princípio hesita em dizer o nome, não nos revela a idade, mas aparenta ter entre 18 e 22 anos.

Todos estão aparentemente bêbados, mas a postos, afinal, é também horário de trabalho. Sem jeito, Valter demonstra felicidade por saber que vamos fazer um livro com os catadores de São Paulo e nos apresenta para seu companheiro Alex enquanto termina de arrumar os papelões em seu carrinho (um entre os quatro que estão estacionados ao nosso redor).

Somente Alex Sandro Silva, de 36 anos, aceitou nos contar um pouco de sua história. Enquanto falava das transformações e rumos de sua vida, os outros catadores se afastavam e a conversa entre eles diminuía de volume. “Na verdade, sou auxiliar de enfermagem, só que o uso de drogas tem dois lados: vai ou volta. Eu voltei, não exerci minha função e com cerca de 22 anos optei pelo lado errado”, diz Alex.

Entre idas e vindas, o catador passou os últimos 14 anos sobrevivendo da coleta de papel no centro de São Paulo. Atualmente, deixou o carrinho e trabalha fazendo “bicos” na construção civil. “Hoje não trabalho mais com reciclagem, mas ainda me considero carroceiro. A gente morava tudo junto aqui, mas Deus me abençoou e hoje tenho minha casa. Eu sei muito bem o que é isso”, diz Alex ao se lembrar do sufoco que já passou pelas ruas da capital e do preconceito das pessoas que acham que “todo mundo na rua é usuário de drogas”.

Um entre os cerca de 16 mil catadores autônomos, o ex-auxiliar de enfermagem é um dos também chamados “catadores avulsos” que passaram boa parte de sua vida sobrevivendo da reciclagem nas ruas. Sobre a relação com a Prefeitura, ele pondera que tudo depende da organização do próprio catador, pois se arrumar o material em cima do carrinho não terá sua mercadoria levada embora. “Tem os carrascos, mas também existem as pessoas ungidas por Deus. Tem policial que faz batida à noite e já manda sair fora, jogam gás de pimenta, coisa de autoridade. Eu tenho certo grau de estudo e sei que pela Constituição essas coisas não poderiam ser feitas. Mas o que acontece se o policial vier te dando borrachada e você falar que ele está errado? Ele bate duas vezes e ainda manda a gente correr atrás da Constituição”, diz o catador.

Sobre o tempo em que morou na rua, Alex explica que não existe a possibilidade de um catador avulso morar em abrigos ou albergues. “Os horários de entrar e sair são definidos. No dia a dia da reciclagem o que você faria se um dono de loja oferecesse R\$ 200 para carregar duas vitrines na mesma hora em que fecha o albergue? Você não iria preferir dormir na rua? É assim que funciona”, exemplifica o catador dando risada.

Alex explica que o trabalho do catador no centro de São Paulo vai muito além da coleta e venda de materiais recicláveis e que é comum usarem seus carrinhos para carregar e descarregar mercadorias para os comerciantes. “Se for encher o carrinho com reciclagem de sebo dá pra chegar em uns 2 mil quilos. Precisa de alguém pra ajudar a empurrar, mas já dava pra ganhar uns R\$ 60. O único problema seria na subida da Praça da Sé, mas a carroça aguenta peso pra caramba. Na descida pra baixada do Glicério [ainda na região central da cidade] não tem erro, é só jogar o peso pra trás e ir puxando o freio”, diz ele mostrando os próprios sapatos.

Ele acredita que os catadores avulsos deveriam ser mais unidos e reclama da falta de compreensão da sociedade e do “olho gordo” das lojas que guardam para si mesmas os materiais mais valiosos, como alumínio e cobre. “Já o que tem de positivo na rua são as amizades. Eu conheci os dois lados da moeda e vi pessoas de todo nível. Não vou ficar com hipocrisia: eu estou pagando pelo que fiz. Na hora em que Deus achar que chegou minha hora ou ele me abençoa, ou me resgata e já era”, conclui o catador.

Há quatro dias da divulgação do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de São Paulo, Alex ainda não tinha ouvido falar do projeto, nem do plano federal aprovado dois anos antes pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva.

O DECRETO DO PREFEITO

No dia 31 de Julho de 2012, a Prefeitura publicou em seu diário oficial o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de São Paulo. Requisito de determinação federal, o plano

foi lançado após dois anos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS, publicada em 02/08/2010) e do Plano Nacional de Resíduos Sólidos que traçou um panorama sobre a forma como se deve orientar a organização dos resíduos sólidos no país, nos estados e em todos os seus municípios.

Dentre suas funções, o projeto municipal deveria traçar propostas que noteariam a gestão dos resíduos da capital paulista nos próximos vinte anos e, conseqüentemente, colocar em prática a PNRS. Após 21 anos de tramitação no Congresso Federal, a política nacional estabeleceu a distinção entre resíduo (lixo que pode ser reaproveitado ou reciclado) e rejeito (o que não é passível de reaproveitamento), fazendo referência ao tratamento de todos os tipos de resíduo: doméstico, industrial, da construção civil, eletro-eletrônico, lâmpadas de vapores mercuriais, de atividades agropecuárias, da área de saúde e perigosos.

Após um amplo processo de elaboração, a PNRS procurou sanar reivindicações dos diferentes envolvidos no processo de reciclagem, agregou demandas do movimento de catadores, além de determinar que a gestão de resíduos deve ser realizada por meio da logística reversa (modelo de gestão em que todos os agentes da cadeia produtiva são responsáveis pela destinação final dos materiais e embalagens que produzem, comercializam e/ou consomem).

A política determina, entre outras coisas, que os lixões ainda existentes no país devem ser extintos até o ano de 2014 e substituídos por aterros sanitários ou aterros controlados, que somente os rejeitos (10 % de todo o lixo) devem ser encaminhados para estes aterros e que os planos municipais devem auxiliar gestores públicos, setores empresariais e a sociedade civil à destinação

correta de seus resíduos. De acordo com o comunicado do Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea) de Abril de 2012, ainda existem “2.906 lixões que devem ser erradicados no Brasil, distribuídos em 2.810 municípios”.

Há dois dias do prazo limite estipulado pelo governo federal, como já citado, o prefeito Gilberto Kassab instituiu o plano de gestão de resíduos, por meio do decreto municipal Nº 53.323. À primeira vista, o plano repercutiu na mídia com críticas por não especificar claramente prazos e projetos que demonstrem como a Prefeitura irá de fato tirar do papel as determinações nacionais.

ENTRE CAVALETES E SUBCELEBRIDADES

Em meados do mês de agosto de 2012, praças e calçadas começaram a se encher de cavaletes propagandeando a candidatura dos mais diversos indivíduos e personalidades ascendentes à câmara de vereadores e ao cargo máximo na gestão municipal.

O momento que precede as urnas também é uma oportunidade para os movimentos sociais reivindicarem demandas aos que prometem, muitas vezes indeliberadamente, ações transformadoras nas mais diversas áreas. Apesar de poder ser caracterizado como mecanismo para persuadir eleitores, as chamadas plataformas de campanha servem para orientar o cidadão sobre as intenções dos candidatos e sobre os rumos que tomarão, caso sejam eleitos.

Como diversas outras categorias, o MNCR lançou em agosto uma série de iniciativas para a promoção da coleta seletiva e inclusão dos catadores, com o objetivo de serem assinadas por todos os candidatos à Prefeitura da cidade.

As propostas foram levadas aos 12 candidatos. No formato de uma carta de compromisso, a assinatura do documento prevê a responsabilidade com a coleta seletiva com a inclusão de catadores, com o pagamento destes trabalhadores pelo serviço de coleta prestado e com a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos com participação popular e contra a incineração do lixo na cidade de São Paulo.

Até o fim do primeiro turno das eleições municipais, os candidatos Carlos Gianazi (PSOL), Ana Luiza Gomes (PSTU), Soninha Francine (PPS), Celso Russomano (PRB), Miguel Manso (PPL) e Fernando Haddad (PT) foram os que assumiram publicamente que, caso eleitos, concretizarão as propostas descritas na carta.

De volta ao animado centro da cidade. Passamos pelos candidatos “Serginho do BBB”, “Mulher Pêra” e “Marquito do Ratinho” e caminhamos até a Câmara dos Vereadores no dia 17 de agosto para uma entrevista com Gilberto Natalini (PV), vereador que organiza a Comissão Ordinária de Meio Ambiente com seus companheiros de trabalho, Ítalo Cardoso (PT) e Floriano Pesaro (PSDB).

Após rápido percurso até o viaduto Jacareí, esperamos cerca de uma hora e meia para entrar no escritório da sala 415, local de trabalho do vereador do PV e de seus assessores. Acompanhados por um de seus auxiliares, o arquiteto Sérgio Martins, entramos no gabinete e nos deparamos com o vereador “que é um dos únicos a atender na Câmara esse mês” - como se vangloriou Sérgio - em sua grande cadeira e agitação de período eleitoral.

Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, Natalini destaca que a cidade foi uma das únicas a cumprirem o prazo determinado pela lei federal e diz que, junto com Ítalo e Floriano, está elaborando uma lei municipal referente à gestão dos resí-

duos sólidos. De acordo com ele, um decreto pode ser revogado facilmente enquanto, se aprovada, uma lei será mais definitiva. “Ninguém vai conseguir fazer um projeto perfeito porque a situação ainda não está madura. Por exemplo, a maior parte das pessoas quer saber de logística reversa, mas com todo o custo para o governo municipal”, diz o vereador.

Ao avaliar o decreto divulgado pela Prefeitura, Natalini afirma que o documento será complementado com audiências públicas e com diálogo entre diferentes setores da sociedade. “A maioria, inclusive cidades comandadas pelos que criticam, não fez o plano de resíduos e agora mete o pau. É claro este plano não é definitivo, mas a cidade de São Paulo foi na unha e à toque de caixa para tentar cumprir seu papel”, defende o vereador.

Para ele, não adianta impor o reaproveitamento de resíduos “goela abaixo, porque tanto o consumo quanto o reaproveitamento são questões que têm regulação muito forte do mercado”. Natalini faz provocação ao afirmar que a ampliação da reciclagem poderia não ser a solução para a gestão dos resíduos sólidos, porque se “o mercado não absorver os materiais, a cidade não vai ter para onde mandar e ele terá que ser encaminhado para o aterro outra vez”.

Sobre a participação popular, o vereador acredita que a lei não consegue obrigar as pessoas a cumprirem suas determinações se não houver um amadurecimento íntimo do sistema e do processo para que ela seja colocada em prática. “O decreto suscitou um debate que já está acontecendo. Vai demorar ainda um certo tempo e não adianta vir de cima pra baixo porque eu estou cansado de ver lei que não pega, que ninguém obedece”, alerta Natalini.

Após ser perguntado sobre as críticas feitas ao plano e à coleta seletiva já realizada pela Prefeitura, Natalini faz uma advertência

quanto à influência de partidos políticos no debate sobre resíduos sólidos. “Estou na vida política há 50 anos e eu sei o que eu falo. O movimento de catadores do Brasil é comandado pelo PT, que é quem manda com raríssimas exceções. O Ítalo é um sujeito até que muito razoável, mas quando as pessoas em geral partidariam a discussão eu até saio fora porque acho que não dá em nada”, diz o vereador.

Em publicações em seu site e declarações públicas, o MNCR se declara independente de qualquer partido político e afirma trabalhar em busca de políticas públicas de gestão compartilhada dos resíduos sólidos.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Rua Vergueiro, número 235. O prédio é grande, sua fachada espelhada chama a atenção e reflete a luz do sol na manhã do dia 22 de agosto de 2012: data da primeira audiência pública realizada após a divulgação do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da capital paulista.

O público é diverso e, além de representantes do Conselho Municipal do Meio Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável (Cades) e do Comitê de Mudanças Climáticas da cidade de São Paulo, que convocaram a audiência, as cerca de 300 pessoas que passaram pelo auditório da Universidade Nove de Julho incluíam catadores do MNCR, integrantes dos Cades regionais, militantes da luta pela compostagem, representantes de organizações não governamentais e demais interessados que iam de jornalistas a educadores ambientais, pesquisadores da área de resíduos e políticos como o vereador Gilberto Natalini (PV) e o candidato a vereador Nabil Bonduki (PT).

Das 9h às 12h30, o presidente da Amlurb, Márcio Matheus, apresentou alguns pontos do plano de resíduos e, após terminada sua explanação, o público pôde se manifestar em 24 falas, em sua maioria sobre dúvidas e contestações ao plano.

Após ser apresentado pelo Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente e mediador da audiência, Eduardo Jorge Alves Sobrinho, o presidente da Amlurb afirmou que o plano foi construído

coletivamente e que contou com contribuições de outros órgãos e setores da administração municipal. “A Amlurb contribuiu com o plano, mas não foi quem o elaborou. A municipalidade de São Paulo foi quem fez este plano que expressa o que a cidade vem fazendo há muito tempo. A cidade de São Paulo acaba servindo sempre de referência para o país por sua magnitude e pela inventividade de seu povo”, afirma.

Apesar da “construção coletiva” enunciada, a única contribuição explícita e ressaltada por Márcio Matheus foi a do próprio Cades. “O plano está alinhado com a Política Nacional de Resíduos, traz uma introdução e fala da responsabilidade compartilhada de órgãos públicos e colaboradores privados. Ele traz diretrizes e aí faço minha referência ao Cades que teve contribuição essencial. Não se mudou uma vírgula do que o Cades propôs pra cidade”, ressalta.

Mesmo que já esteja vigente após o decreto do prefeito Gilberto Kassab, o plano é tratado pelo presidente da Amlurb e por seus dirigentes como se estivesse em processo de construção. Frente à crítica do público de não possuir um cronograma físico-financeiro que norteie a gestão de resíduos para os próximos 20 anos, Márcio Matheus responde: “eu herdei contratos que precisam ser revistos e tenho que ter amplo trabalho de negociação com todas as partes. Esta audiência foi a primeira de muitas outras que ainda podem ser chamadas. O cronograma é a última etapa, nós estamos mexendo com dinheiro público e isso vai ser feito, mas a seu tempo”.

Por meio de sete capítulos, o plano traça uma breve introdução que traz panorama sobre responsabilidade compartilhada (focando na ação de órgãos públicos e de colaboradores privados), expõe diretrizes e objetivos, detalha os resíduos sólidos

com seus conceitos e classificações, faz diagnóstico da situação atual dos resíduos, dá prognóstico de situação futura e deixa suas considerações finais.

O projeto aborda tanto os resíduos sólidos domiciliares, quanto a gestão de resíduos provenientes de varrição, da construção civil, de serviços de saúde, da limpeza do sistema de drenagem da cidade e de resíduos especiais (pilhas e baterias, lâmpadas fluorescentes, óleos lubrificantes e de uso culinário, pneus, embalagens de agrotóxicos e eletroeletrônicos e seus componentes).

Atualmente, os catadores de materiais recicláveis trabalham, prioritariamente, com os chamados resíduos sólidos domiciliares gerados em residências, pequenos estabelecimentos comerciais e empreendimentos de pequeno porte. De acordo com o próprio plano municipal, estes resíduos são compostos por “papel, papelão, vidro, latas, plásticos, trapos, folhas, galhos e terra, madeira, restos de alimentos e outros detritos” e são classificados como não perigosos. Desta forma, o enfoque deste livro e das discussões nele abordadas se refere a esses materiais trabalhados com maior frequência e quantidade pelos catadores.

Além destes, há os catadores que trabalham com materiais provenientes da indústria têxtil e com a reciclagem de materiais eletroeletrônicos. Formada pelos autointitulados “recicladores”, a Cooperativa de Produção, Recuperação, Reutilização, Reciclagem e Comercialização de Resíduos Sólidos Eletro-Eletrônicos (Coopermiti) possui convênio com a Prefeitura e é a primeira cooperativa do gênero no país.

Bem como a Coopermiti, cooperativas formadas por catadores que até então só trabalhavam com materiais reciclados “convencionais” passam a se especializar na reciclagem de materiais

eletrônicos e a ampliar suas áreas de negócio. As cooperativas Filadelfia no bairro de Itapema, e Nova Esperança no Itaim Paulista, são exemplos de organizações que passaram a trabalhar com estes materiais nos últimos dois anos.

Segundo o plano municipal em relação ao período de Março de 2011 a Fevereiro de 2012, os resíduos produzidos são compostos por 53% de materiais orgânicos, 16% de rejeitos que não podem ser reaproveitados (como fraldas descartáveis, absorventes íntimos, papel higiênico e sacos contaminados com gordura, por exemplo), 16% de plástico, 11% de papel, 2% de metal e 2% de vidro.

Para Márcio Matheus, os materiais com potencial real de serem reciclados chegam à quantia de 20% de todo o lixo produzido na cidade. “Dizem que São Paulo recicla apenas 1,9% de seus resíduos, mas é mentira. Nós reciclamos mais de 9% do total de materiais que podem ser reaproveitados, sendo que cerca de 8% deles não interessa à cadeia produtiva”, argumenta.

E é aí que entra a polêmica. Enquanto o presidente da Amlurb se baseia numa porcentagem que considera como 100% apenas resíduos secos (papel, vidro, plástico e metal), movimentos sociais, educadores e militantes presentes na audiência pública reivindicam que os dados utilizados pela Prefeitura deveriam se referir também a materiais orgânicos, a resíduos da construção civil e a materiais eletroeletrônicos (o que representaria 84% de todo o material produzido em São Paulo).

Ao se fundamentar em padrões internacionais, várias falas do público pedem a mudança do cálculo para que se evidencie que a coleta seletiva está ainda em níveis mais baixos do que os divulgados pelo governo municipal. O plano de resíduos detalha que

a cidade produziu em 2011 uma média de 9.883 toneladas de resíduos sólidos domiciliares e, destes, reciclou 193 toneladas. Feita a conta, pode-se observar que a cidade de São Paulo recicla 1,95% de todos seus resíduos, diferente dos 9% apontados por Márcio Matheus.

Quer fundamentado em uma ou outra porcentagem, o presidente da Amlurb afirma que quer aprofundar o debate sobre a reciclagem para que a população não se deixe enganar por argumentos de ocasião, sem fundamentação técnica e fática. “Eu quero expandir a coleta, porque a população já está preparada pra separar o material na origem. Eu tenho um modelo e preciso passar esse modelo via cooperativa de catadores, o que é ótimo, só que as vinte cooperativas não conseguem dar conta nem do material que temos hoje”, diz Márcio Matheus.

O serviço de coleta de lixo de São Paulo é dividido em dois critérios que orientam a cobrança ou não de tarifa da pequena produção de lixo pelo consumidor comum à geração de grande porte por comércios e indústrias. Há, desta forma, os serviços divisíveis e os indivisíveis de limpeza. Os divisíveis são os que tem uma quantidade que pode ser calculada pelo poder público, que são coletados em domicílios e estabelecimentos comerciais e que chegam até 200 litros por dia. Ao ultrapassar este valor, a administração deve fazer com que o então grande gerador contrate empresas particulares especializadas em coleta.

Já os indivisíveis não são tarifáveis por não possuírem um produtor em específico que possa ser identificado. Normalmente, o serviço de limpeza indivisível é realizado pela varrição de ruas, limpeza de bueiros e demais locais públicos.

O MITO DA FADA DOS DENTES

Ainda no início da audiência pública, Márcio Matheus faz questão de ressaltar em sua fala que “a cidade é 100% coleta e limpeza de ruas e logradouros”. Segundo ele, os caminhões da Amlurb percorrem 17 mil quilômetros de via, 51 mil logradouros e 3 milhões e 400 mil domicílios diariamente.

Ele destaca, no entanto, que um dos maiores problemas na gestão de resíduos é a falta de responsabilidade dos chamados grandes geradores: organizações privadas que produzem mais de 200 litros de lixo por dia. “Tem muito comerciante que produz mais do que este limite, não quer assumir sua responsabilidade de poluidor-pagador e promove fraude diária com a limpeza pública da cidade”, explica o presidente da Amlurb ao reclamar do grande gerador que “todo dia põe lixo na porta do vizinho” como forma de maquiagem o que realmente origina.

De acordo com ele, São Paulo produz diariamente 10 mil toneladas de resíduos sólidos domiciliares. “Nós temos alguns estudos que apontam que mais de 30% deste valor é produzido por grandes geradores. Tem muita gente que devia estar contratando sua coleta particular, mas continua onerando a Prefeitura”, afirma.

Sobre a relação entre catadores e esses grandes geradores, o MNCR publicou em seu site, no dia 13 de março de 2012, que a Prefeitura tinha proibido que estes produtores de grande quantidade de resíduo doassem seus materiais recicláveis. De acordo com a matéria, “fiscais da Prefeitura de São Paulo percorreram lojas da Rua 25 de Março com ameaça de multa de R\$ 11.000 aos comerciantes que doarem material aos catadores”.

Segundo a publicação, o governo municipal se utiliza da lei nº 14.973/2009 e do Decreto nº 51.907, que responsabilizam os

grandes geradores de resíduos pela reciclagem de seus materiais. “A lei não proíbe a doação de material aos catadores, mas o decreto diz que só as 60 empresas autorizadas com lista publicada no site da prefeitura podem realizar o serviço”. Nenhum dos 70 grupos de catadores organizados em associações ou cooperativas, mesmo que conveniadas com a Prefeitura, pertence a essa lista.

A relação entre o governo municipal e as organizações de catadores nem sempre é harmoniosa. Há, como já dito anteriormente, um coro entre grupos organizados de catadores ao vangloriarem a gestão do governo federal petista (citando sempre a personagem do ex-presidente Luís Ignácio Lula da Silva), em detrimento das últimas gestões da prefeitura de São Paulo coordenadas por José Serra (PSDB) e Gilberto Kassab.

Para Eduardo Ferreira de Paula, do MNCR, a maior dificuldade para o catador de materiais recicláveis em São Paulo é com a falta de investimento em cooperativas por parte da Prefeitura. “A lei federal 11.445 já fala que as cooperativas de catadores podem prestar serviço sem ter necessidade de licitação, basta a boa vontade do prefeito”, afirma Eduardo.

Segundo ele, catadores de cidades como Londrina, Araraquara, São José do Rio Preto e Natal já prestam serviço para suas Prefeituras e, em São Paulo, a maior briga é por conquista de espaço para a construção de centrais de triagem que sejam autogestionadas por catadores. “A secretaria de serviços muda, mas sempre continua a mesma coisa. Só vai funcionar com vontade política deles, mas não gosto nem de falar da Prefeitura porque é muito difícil”, complementa.

Os catadores reivindicam, por exemplo, a aplicação dos R\$ 6 milhões disponibilizados pelo Programa de Aceleração do Crescimento

(PAC) em 2008 para a construção de dez novas centrais de triagem conveniadas com a Prefeitura de São Paulo. A responsabilidade do governo municipal seria disponibilizar o local de construção, mas até então nenhuma cooperativa foi construída com o recurso federal.

Em resposta, Márcio Matheus reclama da burocracia e da dificuldade para acessar os recursos do PAC. “Quando se investe dinheiro em alguma coisa tem que facilitar o processo. Ele [PAC] financia parte do projeto, como nós temos o caso da central da Lapa que possui 25% desse recurso e está em término de obras. Enquanto não viabilizarmos áreas públicas ou mudarmos a lei de plano diretor não podemos usar o financiamento do PAC”, rebate.

Sobre a concessão de locais para a construção de novas centrais de triagem, o artigo 71 da lei municipal Nº 13.478 estabelece que a Prefeitura “poderá permitir isoladamente o uso de bens imóveis municipais, mediante cessão de uso gratuita ou remunerada, para a realização dos serviços de coleta seletiva e triagem”.

Como porta-voz da Secretaria Municipal de Serviços na audiência pública, o presidente da Amlurb justifica a demora na construção de cooperativas a partir de dificuldades impostas pelas próprias leis da cidade. “São Paulo precisa revisar a lei de zoneamento e a lei de uso e ocupação do solo que trava as melhorias da própria administração municipal. Não se acha mais área pública hoje porque São Paulo se urbanizou e há o adensamento urbano ou então porque as áreas já estão todas ocupadas”, diz.

Márcio Matheus explica que a lei de ocupação do solo paulistano restringe de maneira excessiva as possibilidades de locais para a construção de cooperativas. “Quando conseguimos arranjar local não podemos ocupá-lo porque contraria a lei, ou porque é

próximo a alguma residência. É aí que começa o imbróglio que temos que administrar no dia a dia”, relata.

A coleta seletiva é entendida pela Prefeitura como “coleta domiciliar diferenciada”, programa de caráter não universal e que atende parcialmente, segundo o presidente da Amlurb, 75 dos 96 distritos da capital paulista. “No mínimo é absurdo querer que a Prefeitura responda por todo material reciclável produzido na cidade. As pessoas colocam o lixo na calçada e parece que é uma fada dos dentes que o leva no dia seguinte. Primeiro tem que se fazer a obrigação da logística reversa, depois vou dimensionar melhor o que eu preciso para atender a cidade toda. Se for assim, a logística reversa vira uma logística perversa”, defende.

Base do princípio de logística reversa, a responsabilidade compartilhada é uma das questões mais levantadas por Márcio Matheus e um dos fundamentos norteadores da Política Nacional de Resíduos Sólidos. O candidato a vereador Nabil Bonduki (PT) participou da elaboração do plano nacional e questiona o processo de formulação do projeto proposto pela Prefeitura de São Paulo. “Assim como não cabe só à Prefeitura chegar a um resultado, também não cabe só a Prefeitura elaborar o Plano. Daqui pra frente temos que ter um processo participativo mais amplo”, diz Nabil.

O processo de elaboração da política e do plano nacional contou com grupos de trabalho compostos por representações do Estado, de setores empresariais e entidades da sociedade civil com representação nacional. “Foi um processo de dois dias em cada região do país onde as pessoas se apresentavam e depois se dividiam em grupos de trabalho. Em cada grupo um assunto era abordado e mandavam propostas de mudanças para a plenária final. Acho que

em São Paulo temos de elaborar um processo deste tipo porque tem vários assuntos que ainda precisam ser tratados”, afirma.

Para Márcio Matheus, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos é muito vago e acabou gerando metas genéricas. “A política nacional não negociou com ninguém, nem com nós, o município. Ninguém falou quanto ia dar pro município e quanto ele precisa. Isso vai começar agora. Se você estabelece uma meta com o outro, em tese você vai ter que negociar com ele e garantir os recursos pra que ele possa cumprir essa meta. Senão ele tem que seguir com aquilo que tem.”

O presidente da Amlurb diz que a prefeitura está tentando buscar garantias para atingir as metas genéricas estabelecidas pelo projeto federal. “O que não pode acontecer é me escravizar com um objetivo que eu não tenho a mínima garantia de que vão prover os recursos necessários para sua consecução. Isso é uma temeridade do ponto de vista da gestão”, defende-se.

Em resposta, o candidato a vereador Nabil compara o processo de formulação dos Planos Nacional e Municipal. “O plano municipal foi feito quase que clandestinamente, de forma interna com a Prefeitura, sem audiências públicas e foi publicado na forma de decreto, sem qualquer possibilidade de debate. É um método completamente diferente, autoritário, e não responde às necessidades da cidade”, contesta.

Ao avaliar o projeto divulgado e debatido publicamente pela primeira vez na audiência pública, Nabil afirma que ele não apresenta o que um plano precisaria fazer. “[O plano municipal] não apresenta metas, não indica onde estão as alternativas de terrenos para implantação das centrais de triagem, não dá indicação das dificuldades de legislação e não apresenta os entraves para

se atingir as condições necessárias para que os galpões sejam viabilizados”, constata.

Ao responder sobre as intenções da Amlurb em relação à coleta seletiva com a inclusão dos catadores, Márcio Matheus anuncia que o órgão tem o objetivo de construir um polo de formação de catadores na cidade. “Se sobrar o prédio onde era o antigo serviço funerário eu pretendo fazer um grande polo reciclador todo operado por cooperativas de catadores e que tenha centro de discussão, com capacitação e tecnologia de ponta. Inclusive, nós conversamos com o governo federal pra viabilizar este processo, mas de uma forma que não seja dando 25% do recurso e dificultando os outros 75% necessários. E quero contar com a colaboração de vocês neste sentido”, finaliza.

QUE CRESCERAM COM A FORÇA DE PEDREIROS SUICIDAS

A relação entre a cidade de São Paulo e os catadores de materiais recicláveis vai muito além das políticas de governo ou das questões estruturais e, até mesmo políticas, de grupos organizados em cooperativas ou associações.

Não são poucos os relatos de catadores que perderam seus materiais nas ruas da capital (quer pela insegurança, quer pelo autoritarismo do governo do município), sofreram situações arriscadas com a quebra de suas carroças em meio ao trânsito agitado ou que foram agredidos física ou verbalmente por motoristas apressados, donas de casa inseguras e indivíduos que não conseguem enxergar no catador uma classe legítima de trabalhadores.

As histórias são sempre tensas e mesclam a vontade de desabafar com o receio de identificação. Neste trabalho de apuração que durou cerca de um ano, muitas foram às vezes em que as entrevistas não duraram mais de dez minutos, que catadores não quiseram falar seus nomes ou mesmo que não quiseram interromper seu trabalho para responder perguntas no meio de trânsito agitado do centro de São Paulo, por exemplo. Seguem alguns fragmentos de histórias desses momentos:

JOÃO VITOR CONTA DA VEZ EM QUE sua carroça chocou com um veículo. “Não fez nem arranhão e o cara quis brigar. Eu não tenho

sangue de barata e revidei o xingamento, aí ele desceu do carro e me deu um murro que até me arrancou um dente”, conta o catador.

Para João, na rua tem de tudo. Ele conta das vezes em que se sentiu menosprezado ao entrar em mercado e ser seguido pelo segurança do estabelecimento. Mas não deixa de lembrar, também, das doações que costuma receber na rua. “Já recebi até R\$ 50. Eu não quero esmola de ninguém não, mas sempre é bom uma ajudinha já que tem dia que é difícil na rua”, constata.

...

MIGUEL PASSA ENTRE CARROS e motos, faz a curva da Rua Venceslau Brás, a uma quadra da Praça da Sé no centro de São Paulo. Nós sinalizamos, ele para e aceita conversar por alguns poucos minutos. “Os automóveis não xingaram e buzinaaram só porque vocês estão aqui comigo”, diz pra justificar o porque ainda não tínhamos recebido gritos e porque nenhum carro buzinou enquanto estávamos parados no canto da via.

O catador trabalha em uma cooperativa localizada a cerca de 20 quadras do local em que o encontramos, na chamada baixada do Glicério. Aposentado e com 67 anos, ele começou a se envolver com reciclagem há cinco anos para complementar a renda, “porque não dá sobreviver somente com a aposentadoria”. “Eu estou na cooperativa para ter um registro e não perder meus instrumentos de trabalho. Se o catador não for autorizado, a Prefeitura vem e toma. Graças a Deus nunca aconteceu comigo, mas vários amigos meus perderam o carrinho porque não tinham cadastro”, diz Miguel.

A LÓGICA DA CIDADE NÃO É A MESMA para todos os catadores. “Quem passa na rua e me vê dormindo não sabe que eu fiquei a noite inteira catando papelão”, conta de forma rápida Antônio quando conseguimos pará-lo para duas perguntas: a melhor e a pior coisa da reciclagem em São Paulo. “A pior é que tem pessoas que acham que a gente é vagabundo. Às vezes podem estar andando com o carro do patrão e sem um centavo no bolso, mas ficam xingando quando passam p ela gente”, relata o catador que afirma que as amizades que fez na rua são a melhor coisa de seu trabalho.

...

ALÉM DE ABARCAR QUESTÕES ESTRUTURAIS complexas e a taxativa “correria e frieza” paulistana, a cidade proporciona momentos valiosos para a reciclagem. Eventos como a Virada Cultural, o Carnaval, o aniversário de São Paulo, a Parada Gay, a Marcha para Jesus, e as festas do dia Sete de Setembro e da Virada do Ano. Nessas ocasiões milhares de pessoas saem às ruas da capital e, consequentemente, levam para suas vias uma grande quantidade de um dos materiais recicláveis mais raros e caros: a latinha de alumínio.

No aniversário da cidade, passamos por Elisa que, encurvada e com a cabeça baixa, carregava um saco preto e procurava latinhas no chão do Vale do Anhangabaú. Para a abordagem, levo uma lata de cerveja vazia, recém-terminada, e puxamos assunto para ouvir um pouco de sua história como catadora. Bem como Elisa, dezenas de pessoas aproveitam a data para ir à caça das latinhas em meio à aglomeração de pessoas.

Ela trabalha com jardinagem no Parque Ecológico do Tietê, mora em um albergue no Brás, ambos na zona leste da cidade, e cata

latinha desde o tempo em que dormia nas ruas do centro. “Agora que eu estou dormindo no albergue posso trabalhar e só pego latinha quando tem algum evento grande. É o que dá mais dinheiro e dá pra achar bastante em dias como esse. O difícil é a concorrência”, relata a catadora-jardineira.

...

“ELE É MALUCO E A GENTE AQUI não concorda muito com o que ele faz não. Não é algo que faça bem para o corpo dele e nem para a cooperativa”, confessa Ademir ao falar de seu companheiro de trabalho Carlos. Carlos José trabalha em uma cooperativa, também na região central da cidade, e, no momento em que chegamos, está terminando de retirar o papelão da maior carroça que encontramos durante a produção deste livro.

Ele olha desconfiado enquanto nos aproximamos e responde de maneira ríspida até começar a contar vantagem de suas conquistas com a reciclagem. “Catando eu consegui comprar meu carro e minha casa. Podem falar o que for, mas eu faço o meu trabalho e não devo nada a ninguém”, diz o catador alisando as barras de metal de sua principal ferramenta de trabalho.

Carlos ressalta sua independência financeira e não para de trabalhar na uma hora e meia em que permanecemos dentro da cooperativa. “Eu chego aqui umas 5h e só vou embora 1h da manhã do dia seguinte. Tem dia que eu pego 800 quilos de material e só a carroça tem mais de 200. Comigo é assim... Não tem meio tempo não”, se vangloria.

NÃO EXISTE CATADOR EM SP

“Não existe um catador na cidade de São Paulo”, afirma a educadora Gabriela Couto, técnica administrativa da Cooperativa dos Catadores de Papel e Papelão (Coorpel), um projeto de reinserção de pessoas em situação de rua que faz parte do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, localizado no bairro da Luz, em São Paulo. Há três anos ela trabalha e desenvolve seu mestrado com catadores e destaca que os perfis destes trabalhadores se diferenciam até mesmo pela região em que residem e trabalham.

“Na Coorpel, Recifran e Coopere, aqui no centro da cidade, vocês encontram catadores com o perfil da população em situação de rua. Mas se forem em cooperativas da periferia vão encontrar um outro tipo: o de pessoas que são catadoras realmente como profissão”, analisa a educadora.

Mulheres, mãe solteiras, pessoas em situação de rua, “desempregados”, aposentados, autônomos, atrelados a ferros velhos, de centrais de triagem conveniadas com a Prefeitura, com problemas de álcool e outras drogas, de cooperativas e associações e do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

O catador que usa a “caixa de geladeira” como suporte para seu carrinho, o temporário que “não conseguiu trabalho em carteira”, o que nunca saiu na rua para pegar material, a mãe que tem a reciclagem como profissão e como única fonte de renda para sua família, o que por meio da catação consegue dinheiro para o marmitex

na Sé e a droga na cracolândia. Polifônico e longe de qualquer generalização, Gabriela sabe disso e lembra da importância em se enxergar as diferentes faces dos catadores e, principalmente, das catadoras da cidade.

“Apesar de aqui na Coopel termos um maior número de homens já que atendemos mais pessoas em situação de rua, nas demais cooperativas o número de mulheres é significativamente maior”, diz.

No livro “Homens Invisíveis: relatos de uma humilhação social”, o autor Fernando Braga da Costa relata as circunstâncias de humilhação e esquecimento de garis dentro da USP. A invisibilidade parece ser “característica em comum” entre os que lidam diretamente com os resíduos produzidos por todos. E, em uma espécie de cegueira coletiva, esta sociedade não enxerga os agentes que todos os dias passam com os carrinhos na porta de sua casa, que coletam suas latinhas de alumínio em grandes eventos ou que trabalham em cooperativas que, possivelmente, não saberia diferenciar de um depósito de ferro-velho.

Em relação à composição de catadores em âmbito nacional, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), publicou em seu comunicado Nº 145 em Abril de 2012 que existem entre 400 e 600 mil catadores no país, sendo que 10% participam de alguma organização coletiva. Estima-se que cerca de 80% destes profissionais é formado por mulheres. Ainda segundo o comunicado, a renda média dos catadores brasileiros não atinge o salário mínimo, alcançando entre R\$420,00 e R\$ 520,00.

De acordo com o presidente da Amlurb, Márcio Matheus, a Prefeitura e os catadores foram os pioneiros em relação ao trabalho com materiais recicláveis na cidade. Do antigo garrafeiro da década de 1960 às catadoras politizadas de cooperativas forma-

das nos anos 2000, a lógica paulistana para resíduos sólidos foi se alterando e, hoje, oferece oportunidade de sobrevivência para indivíduos de diferentes contextos e histórias de vida.

As possibilidades de definição exata destes profissionais é remota e até mesmo infundada. Isso porque os catadores não constituem um grupo homogêneo, são milhares que saem para a rua, diariamente, para recolher e vender material reciclável e variam suas perspectivas (ou falta delas) sobre política, gestão de negócio ou mesmo condições de trabalho.

Sobre o trabalho de reintegração social proposto pela Coorpel, Gabriela critica a expectativa de reinserção produtiva dos catadores pelo governo municipal frente a realidade: a sociedade paulistana não prevê a inclusão social, muito menos, destes indivíduos. “Para a Prefeitura, a gente tem que pegar a pessoa que está fora do mercado de trabalho, dar treinamento e encaminhá-la para alguma vaga de emprego. Só que a gente sabe que isso é bem distante da realidade,” alerta. Gabriela observa que, na maior parte dos casos, o problema das pessoas em situação de rua é crônico e elas se acostumam com a vida que levam. “Muitos catadores saem de uma cooperativa e vão pra outra, ou vão pra rua e ficam andando pela cidade. Temos que questionar também onde estamos querendo inserir estas pessoas? Em qual sociedade?”, indaga a educadora.

No caso da Coorpel, os atendidos têm mais de 18 anos e média de idade de 40 anos. “Esta também é a faixa etária média da população que está na rua. Aqui temos cerca de 70% homens, a maioria da região sudeste sendo que muitos são da Grande São Paulo e possuem familiares na cidade”, relata.

Gabriela, que nos primeiros meses de 2012 defendeu a dissertação de mestrado “Aprendizagem social e formação humana no

trabalho cooperativo de catadores(as) em São Paulo” pela USP, explica que o trabalho do catador possui quatro dimensões: a da conscientização ambiental, a técnica, a de luta e a do trabalho coletivo.

Desta forma, os catadores passam a se apropriar cada vez mais do discurso ambiental ao atrelar o trabalho que realizam com a proteção do meio ambiente, deixando de ser “pobres coitados” para se identificarem como agentes ambientais que salvam o planeta.

A dimensão técnica se refere à complexidade do trabalho da reciclagem. “Não é um trabalho fácil, nem para qualquer um. A técnica é muito importante para que o catador tenha conhecimento sobre os materiais, sobre a comercialização e sobre o gerenciamento de uma cooperativa”, explica Gabriela.

De acordo com a educadora, o governo Lula foi o primeiro em âmbito federal a se aproximar da categoria dos catadores, fazendo com que eles ganhassem força e projeção nacional. A política e a luta dos catadores, segundo ela, faz com que os mesmos se aproximem das pautas levantadas pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. “Todo ano eles se reúnem com a presidência, mas tem algumas questões políticas que precisam avançar. A própria política nacional, por exemplo, ficou 20 anos pra ser aprovada e pode ficar mais 20 para ser colocada em prática”, alerta.

Já a dimensão do trabalho coletivo diz respeito à nova forma de gestão entre catadores que, até a década de 1990, se acostumaram a trabalhar individualmente e a coletar seu próprio material. “Na cooperativa o trabalho é bem diferente da rua. Temos que pensar também nos limites e nas possibilidades desse tipo de estrutura, já que o cooperativismo é uma forma de organização ainda marginal no Brasil”, diz Gabriela.

A educadora também observou em seu mestrado que, além de gerar renda, o trabalho de catadores em cooperativa, “traz reflexos positivos na subjetividade dos catadores, em sua autoestima e autoimagem, e os ajuda a construir caminhos de luta por reconhecimento, dignidade e inclusão social”.

Neste sentido, com a reciclagem os catadores se inserem no mercado de trabalho, “ainda que de forma mais perversa por executarem um trabalho informal pouco reconhecido”. Porém estes trabalhadores são “‘incluídos’ em uma sociedade de consumo por meio das sobras, do resíduo do consumo” e que, ao estarem inseridos nesta lógica, “passam a obter renda e ascendem ao status de consumidores, entrando na cadeia de produção e gerando mais lixo”.

Na dissertação defendida pela educadora, ela identifica a alta rotatividade como uma das características no trabalho da coleta seletiva por catadores. Devido a precariedade do trabalho, “muitos catadores permanecem na busca de melhores condições de vida, abandonando a atividade quando se deparam com oportunidades de emprego que julgam melhores e, muitas vezes, retornam à atividade de reciclagem quando o novo emprego não supre as necessidades ou apresenta problemas de outra ordem”.

Apesar da polêmica entre a profissionalização da atividade de catador de um lado entendida como forma de garantir direitos e de outro como maneira de restringir a atividade para os profissionais avulsos, a Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) os caracteriza, desde 2002, como os “responsáveis por coletar material reciclável e reaproveitável, vender material coletado, selecionar material coletado, preparar o material para expedição, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho de reciclagem, administrar o trabalho e trabalhar com segurança”.

TRINTA ANOS DE COLETA

Avelino da Costa tem 50 anos, grisalho, com 1,65m de altura e é um dos coordenadores da Cooperação na Reciclagem Papel e Papelão (Coorpel). A gerencia do projeto é cíclica, sendo que, a cada dois meses uma dupla de cooperados assume o manejo de materiais recicláveis.

Com vasto currículo na profissão, há trinta anos Avelino sobrevive com a indústria da reciclagem. Só de carroceiro pelas ruas de São Paulo foram, pelo menos, vinte e cinco anos. Quando vamos até o catador, ele está terminando de conferir o material a ser pesado na balança localizada no meio do galpão em que trabalha com seus companheiros. Ele é um refugiado social que abandonou o caos familiar e a pobreza em que vivia na cidade de Registro, no interior paulista, e veio para a capital em busca de melhores condições de vida.

Porém, a parte que lhe cabia do centro financeiro do país não era lá muito fácil: cerca de 20 quilômetros e 800 quilos levados na carroça diariamente em uma jornada que se estendia das oito da manhã até as onze da noite, dividindo as ruas do centro com carros, motocicletas e caminhões. Dentre os casos de preconceito, Avelino se recorda dos xingamentos, do medo dos moradores quando ele passava próximo a portão de sua casa e de uma briga com um motorista que o ameaçou com punhal após discussão no trânsito.

Hoje, na Coorpel, Avelino ganha entre R\$ 700 e R\$ 800 por mês, defende a organização dos catadores em cooperativas,

mas admite que só parou de trabalhar na rua devido aquilo que é a pedra em seu sapato: a diabetes. Fragilizado, o separador reluta em deixar o ramo, mas acredita na possibilidade de um rotina mais amena após fazer o curso de reciclagem de produtos eletrônicos do projeto Eco-Eleto, uma capacitação feita pelo Instituto GEA e por alunos da Escola Politécnica da USP para a reciclagem do chamado “e-lixo”.

Após dedicar mais da metade de sua vida à reciclagem, Avelino caminha durante a conversa até ficar entre grandes sacolas com embalagens e vasilhames de plástico, para e lembra a primeira vez que ganhou dinheiro com a venda de papelão. “Eu e mais dois amigos soubemos que dava para vender o papel que a gente usava para dormir. A gente juntava uns 30 quilos, colocava na cabeça, vendia e usava o dinheiro para tomar o café da manhã”, relata.

Ele acredita que um dos maiores problemas para os catadores de São Paulo é a briga entre governo municipal e federal. De acordo com o catador, há recursos federais que são destinados à área, mas a Prefeitura os utiliza para outros fins que não os que realmente podem ajudar no desenvolvimento da coleta seletiva.

“A gestão do Kassab não quer nem saber da reciclagem. A coleta não dá conta de tanto material, porque falta espaço e caminhões. A Prefeitura poderia desocupar prédios que não utiliza e dar infraestrutura, mas, ao invés disso, está perdendo dinheiro com os aterros sanitários e com projetos de incineração de lixo”, acusa fazendo referência ao recurso do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, que até então não tinha sido utilizado para a construção de cooperativas de materiais recicláveis.

Em meio a nossa conversa, o separador comenta ter vivido nas ruas no mesmo período que o ator principal do filme “Pixote, a lei do mais fraco” (1981, de Hector Babenco), Fernando Ramos da Silva, e relata algumas semelhanças com o personagem, como o abandono familiar e a falta de moradia, o que fez com que Avelino passasse três anos na Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (Febem – atual Fundação Casa). Porém, ressalta que só foi para lá porque o pai foi assassinado e a mãe, atropelada por caminhão.

Essas tragédias pessoais, aliadas às instabilidades emocional e financeira fizeram com que Avelino optasse por não se casar. “Minha família foi toda desestruturada pelo álcool. Meu pai e minha mãe morreram muito cedo e os dois eram viciados. Eu não tenho problema com esse vício, mas ainda não consegui uma companheira. Hoje talvez pudesse dar certo, mas com o avanço da idade fica mais difícil”, explica.

Avelino conta que virou catador de fato quando conseguiu sua primeira carroça para coletar materiais no centro de São Paulo. Apesar de ter sido um dos fundadores da Coorpel e da primeira cooperativa de catadores da cidade, a Coopamare, admite que o trabalho do catador autônomo ainda é o que remunera melhor, cerca de R\$ 60 por dia.

Porém trabalhando oito horas por dia como cooperado (sete horas de trabalho a menos, em comparação ao tempo de carroceiro), Avelino declara se sentir “mais protegido, organizado e, principalmente, mais respeitado”. Ainda tendo que ficar grande quantidade de horas em pé e se submeter a calor intenso no galpão, o coordenador reclama da falta de esteira elétrica para que possam realizar a triagem dos materiais.

Sobre a importância de seu trabalho, Avelino enumera quatro pontos que fazem com que a coleta seletiva seja, segundo ele, de grande relevância para o mercado de trabalho atual e para o futuro. “A reciclagem gera renda, é boa para o meio ambiente, ajuda a economizar energia e evita que se retire mais alumínio e ferro do solo, além da extração de papel”, detalha.

O catador termina seu depoimento destacando que todas as pessoas que participam da coleta seletiva na Coopel pagam mensalmente o INSS. “Uma empresa multinacional ajuda a gente com a condição de que o dinheiro seja revertido para o INSS e para o aluguel do galpão que é de R\$ 2800”, diz.

O dia está movimentado e o núcleo se reorganiza após uma pequena reforma. O coordenador da Coopel nos convida para o almoço e começa a descascar uma laranja para evitar ainda mais problemas com a diabetes.

DE SOMBRA NOS OLHOS E PULSEIRAS BRILHANTES

O uniforme não esconde a vaidade de Vera Lúcia dos Santos. Com 35 anos, a ex-garçonete trabalha há dez anos com reciclagem e, hoje, é coordenadora de Relacionamento entre Núcleos da Cooperativa de Catadores Autônomos de Materiais Reaproveitáveis (Coopere-Centro). Ela apresenta seu ambiente de trabalho com sombra nos olhos, cabelos descoloridos e pulseiras brilhantes.

Entre suas funções, Vera é responsável por organizar escalas de limpeza, controlar motoristas, incluir os cooperados no INSS, promover eventos culturais e, é claro, recepcionar visitantes e jornalistas interessados em uma das maiores cooperativas do país.

A Coopere está localizada no bairro do Bom Retiro, no centro da cidade, e é gerida por cinco coordenadorias (relações entre núcleos, comercial e contábil, administrativa, operacional e de secretaria), além de possuir um conselho fiscal formado por três cooperados, todos eleitos de três em três anos por voto secreto.

Com auxílio de uma administradora, uma assistente social e uma educadora do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, a organização tem cerca de 130 cooperados que recebem salário aproximado de R\$ 900.

“Todos dependem do trabalho um do outro e o coordenador tem direitos iguais a todos os outros cooperados. A única diferença é que têm muito mais dor de cabeça”, reclama Vera ao falar da

dificuldade em tratar com os companheiros de trabalho e ao contar que não são poucas as fofocas que ouve todos os dias.

Por influência de sua mãe, Vera encontrou na reciclagem uma alternativa para criar os filhos Erick, Lucas e Levi Gabriel, de 14, 13 e quatro anos respectivamente. Em 2002, após a lanchonete em que trabalhava ir à falência, a catadora começou a separar os materiais coletados por um carroceiro da então cooperativa Cooprel, no bairro da Luz.

Nos três anos em que trabalhava para o carroceiro, o sustento de seus três filhos era garantido por remuneração de cerca de R\$ 300. “Além de receber pouco eu ainda tinha que pagar o transporte do próprio bolso. Como era quase impossível, eu aproveitei que estavam abrindo 50 novas vagas e entrei aqui na Coopere”, afirma.

A sergipana, que chegou em São Paulo com apenas um mês de vida, explica que a cooperativa possui dois turnos de trabalho e que os catadores fazem jornada de seis horas, além dos quinze minutos para o café e os 45 minutos de almoço ou janta.

Durante as duas horas que demora para ir de sua casa no Morro Doce, bairro próximo à rodovia Anhanguera, até a Coopere, Vera alimenta o sonho da casa própria. Porém a falta de seguro-desemprego, férias e auxílio da Prefeitura, como transporte ou alimentação, são algumas das reclamações que fazem com que a catadora reavalie sua continuidade na profissão.

“As cooperativas tiram as pessoas da rua e dos albergues, dão oportunidades aos que não são valorizados e aos que não têm perspectiva nenhuma. O problema é que não temos esse reconhecimento”, constata a coordenadora. Segundo ela, o mau cheiro e as altas temperaturas são algumas das dificuldades no trabalho da reciclagem que complicam até mesmo a utilização dos

equipamentos obrigatórios de segurança. Além do que ela chama de focinheira (máscara utilizada para conter o odor dos materiais no galpão), os trabalhadores da Coopere têm de usar diariamente luva, bota, protetor de ouvido e capacete.

Sobre o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), Vera afirma que a organização ministra palestras de capacitação aos catadores, mas possui ressalvas quanto à sua atuação. “O movimento luta pelos carroceiros e pela reciclagem, mas o problema é que falta transparência. Dá a impressão de que conquistam benefícios, mas que as vantagens não chegam aos catadores”, constata.

O começo na reciclagem pode ser um dos mais difíceis. Não pela prática em si, mas pela aceitação da própria pessoa em reconhecer a relevância de seu trabalho para a sociedade. Neste sentido, Vera conta que passou da vergonha - que a fazia esconder sua profissão de amigos e parentes - à satisfação, o que hoje a motiva a aprender cada vez mais.

“Muitas televisões vêm fazer reportagem com a gente e foi isso que fez com que eu ficasse mais tranquila. Fui entrevistada para o programa Siga Bem Caminhoneiro e, logo no outro dia, uns vizinhos vieram me elogiar e me deram parabéns pelo trabalho”, diz orgulhosa.

CATADOR BELEZA

“Eu sou contra a malandragem”, reforça Giovani que evita dizer seu sobrenome. Ele está com caixas de papelão amarradas de forma improvisada e as leva embaixo do braço para vender em um depósito de reciclagem próximo ao terminal de ônibus Parque Don Pedro II. O catador, que fala com cuidado e que aguarda para pesar seu material, se aproxima, nos aborda e começa a contar algumas de suas histórias “fantásticas”.

A viagem a pé de Minas Gerais para São Paulo que demorou um ano e três meses. O caso dos assassinatos que teria cometido, um no Rio de Janeiro e outro em São Paulo, mas “em legítima defesa para sobreviver” de mulheres que o atacaram. A invenção da polícia federal por um de seus tios. Os três salários mínimos que afirma receber todo mês do governo para alguma emergência ou viagem inesperada.

Nessa manhã chuvosa do dia 25 de janeiro de 2012, Giovani conta ser um dos três filhos de uma grande família mineira e, com 25,4 quilos de papelão, consegue o valor suficiente para o almoço, R\$3,75.

Além de abranger uma categoria de trabalhadores cada vez mais organizada e com agenda clara de reivindicações, a coleta de materiais recicláveis é alternativa de sobrevivência para a população em situação de rua, na maior parte das vezes marginalizada socioeconomicamente e excluída do que seriam os padrões aceitos como “normais” para uma sociedade “equilibrada”.

Uma conversa quase que surreal de aproximadamente 20 minutos nos mostra um pouco da vida e das histórias fantásticas de Giovani. “Carroageiro” formado, ele abre sua carteira e nos mostra papel plastificado em que aparecem nomes aleatórios e informações que, segundo ele, comprovam a veracidade do curso de catador de materiais recicláveis que fez com a Doutora Natália, na cidade de Brasília, em 1978.

Em seu depoimento, o catador demonstrou fixação em se posicionar contra a “malandragem” e as drogas, e a favor da religião e do trabalho duro, como quem quisesse nos convencer a respeito de sua boa índole e honestidade. “Nunca quis ter filhos, só eu e Deus. Sou evangélico e padre formado. Eu sempre ia na igreja, mas o trabalho apertou e não tive mais tempo”, justifica Giovani ao falar do porque não tem ido tão frequentemente às “missas” da Igreja Batista, próxima à Avenida Lins de Vasconcelos, na Vila Mariana.

Em poucos minutos, o catador faz uma espécie de propaganda de si mesmo, nos relata casos mirabolantes de sua vida de “aventuras, mas de muito trabalho”.

Não atendido por qualquer política pública ou projeto social, Giovani se apegua a valores morais e demonstra sua necessidade de autoafirmação ao verbalizar características próprias a um bom cidadão: “o Giovani que ‘apesar’ de ser morador de rua e carroceiro, é religioso, honesto, trabalha pesado e nunca faria mal a ninguém”.

O documento apresentado pelo catador é quase que irreconhecível e parece demonstrar algo que vai muito além do que qualquer coisa que pudesse descrever. A comprovação lógica ou não dos fatos narrados ficam em segundo plano a partir da necessidade de comprovar a indivíduos estranhos uma identidade diferenciada, um curso realizado em Brasília, uma história de sucesso.

Pedimos para tirar uma foto e Giovani se arruma, ergue o peito e se posiciona com semblante sério para o retrato. Com postura formal e “respeitosa”, o catador dobra com cuidado o seu certificado na carteira, se despede e agradece:

“E para qualquer coisa que precisarem eu to aqui”.

A VIDA DE SOCORRO

“Juro dedicar minha vida profissional a serviço da humanidade, respeitando a dignidade e os direitos da pessoa humana (...)”

Trecho inicial do juramento dos profissionais de enfermagem.

Socorro, 55 anos, entra no refeitório e nos cumprimenta. O sorriso e a cordialidade de Maria do Socorro Silva não deixam transparecer logo de cara as debilidades e traumas que a atingem.

Nascida na cidade de Andirá, no Paraná, a técnica de enfermagem chegou à capital paulista aos seis anos. Órfã de mãe aos nove anos e de pai aos 18 anos, trabalhou nos Hospitais Santa Marcelina, do Câncer, São Lucas e Santa Paula. Das Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs) às consultas particulares, Socorro permaneceu na área da saúde até 2003, quando acabou sendo ser acolhida pela reciclagem.

A hoje catadora responde às nossas perguntas com atenção e é cumprimentada por todos que passam pelo refeitório. O maior drama de sua vida começou nos últimos meses de 2002 quando teria agregado em casa um amigo que não tinha onde dormir. “Por causa do trabalho eu passava muitos dias fora de casa e não vi problema em ajudar um amigo que estava passando por um momento difícil”, explica.

“Eu fiquei algumas semanas sem voltar para casa porque estava cuidando da Dona Rosa que tinha 90 anos. Eu cuidava dela e do

marido até o dia em que ela faleceu dentro de casa e eu fiquei muito chocada. A dona Rosa era como um bebê pra mim. Eu dava comida na boca, levava para o hospital e a ajudava a tomar os remédios”, conta. Apesar de teoricamente ser algo recorrente no cotidiano da profissão, a perda de sua paciente fez com que Socorro ficasse consternada, largasse o emprego e voltasse para seu apartamento na Rua dos Lavapés, no bairro da Liberdade.

A catadora narra que, após chegar em casa, percebeu que alguma coisa de estranho havia acontecido. O amigo agregado não estava mais em seu apartamento e tinha vendido móveis, eletrodomésticos e até mesmo suas roupas. Neste momento, conta Socorro, a desilusão cegou, emudeceu e praticamente imobilizou a ex-técnica de enfermagem que desceu as escadas, sentou num banco da praça mais próxima e lá ficou até o fim da tarde.

“Fiquei sentada na pracinha em frente à Recifran [Serviço Franciscano de Apoio à Reciclagem]. Foi quando a irmã Ledir que era assistente social de lá foi me buscar. Ela falava comigo e eu não escutava. Viu que eu não estava bem, me deu abrigo e me convidou a participar da cooperativa”, relata.

O convite de passar seis meses trabalhando com materiais recicláveis foi aceito. “Os seis meses já duram mais de 9 anos e eu aprendi que a cooperativa servia para que as pessoas voltassem para a sociedade. Tive a oportunidade de cuidar de outros idosos, de fazer faculdade e ir para o Rio Grande do Sul, mas preferi ficar por causa do trabalho na reciclagem e por minha família”, diz.

RECICLANDO A HISTÓRIA

Hoje, Socorro defende a reciclagem em palestras de uma das maiores cooperativas de materiais recicláveis do país, a Cooperativa de Catadores Autônomos de Materiais Reaproveitáveis (Coopere – Centro). “Fiquei um ano e meio na Recifran e já estou no oitavo ano na Coopere”, conta.

Indignada, a catadora que além de ajudar nas palestras para seus companheiros de trabalho faz a triagem de materiais na cooperativa, reclama da falta de atenção do poder público e defende que “são os catadores que limpam a cidade, mas que recebem muito pouco por este trabalho”.

Ela complementa que, apesar de não ser devidamente valorizado, o catador faz a atividade que deveria ser realizada pela própria Prefeitura. “Nós temos prazer e amor por nosso trabalho, mas acabamos reféns da variação de preço dos materiais”, exemplifica ao defender que a coleta seletiva poderia – e deveria – ser ampliada na cidade.

Socorro vive na pele os problemas decorrentes da burocracia governamental e da falta de apoio ao trabalho do catador. Após já ter realizado oito perícias da previdência social, a ex-técnica de enfermagem lista os problemas de saúde que ela brinca serem “problemas de junta, junta tudo e joga fora”.

Osteoporose, cinco hérnias de disco, tireóide com nódulos, mioma e nódulos no ovário. Relatando dores crônicas, a catadora diz que já não consegue ir frequentemente da casa de sua filha no Jardim Iguatemi, na zona leste, até a cooperativa no bairro Bom Retiro, na região central da cidade. “Hoje meu maior sonho é conseguir meu auxílio-doença, fazer meu tratamento e poder curtir minhas duas filhas, meus dez netos e meus cinco bisnetos”, diz Socorro.

JORNADA DUPLA

Nascida e criada no Jardim Eliane, zona leste da capital paulista, Kelly Cristina Lima da Silva sobrevive desde os 10 anos de idade com o dinheiro que consegue com a coleta de materiais recicláveis. Com 33 anos, a catadora passou a maior parte de sua vida carregando carrinho com papel, vidro, plástico e latinha de alumínio. O carrinho, explica ela, “era feito a partir de uma caixa de geladeira velha com rodinhas”. A conversa acontece na cozinha da cooperativa e interrompe o expediente de trabalho de Kelly.

A jornada dupla de trabalho (das 8h às 21h), iniciada nas duas últimas semanas anteriores à entrevista, foi decidida em assembleia e com a aceitação das outras 21 companheiras de trabalho da cooperativa Filadelfia. Fora da reciclagem, em 2010, a catadora teve um ano de experiência frustrada em uma oficina de confecção de calças jeans. A falta do primeiro registro em sua carteira de trabalho e a falência da empresa fez com que Kelly voltasse a trabalhar com materiais recicláveis na cooperativa presidida por sua amiga Nanci.

“O barraco da minha mãe está caindo e meus quatro irmãos não ajudam em nada. Eu quero reformar a casinha dela que só está de pé ainda porque tem um guarda-roupa enorme dando apoio pra parede. Senão já tinha desabado tudo”, explica o motivo das 13 horas de trabalho com apenas meia hora de intervalo para a janta.

Todos os dias, às 17h, Dona Ivania Lima da Silva leva a marmita para Kelly. A gratidão é grande e um dos principais objetivos da catadora é reformar a casa em que moram ela, a mãe e seis de seus sete filhos. “Em época de chuva, molha mais dentro de casa do que do lado de fora. Queria ajudar mais a minha mãe, porque o que eu faço não chega nem perto do que ela já fez e faz por mim até hoje. Meu maior objetivo é esse e dar um futuro melhor pros meus filhos”, diz.

Fora Alessandra Yasmin, de 13 anos, que mora com a bisavó em uma cidade há 150 quilômetros de São Paulo, Amanda Cristina, a mais velha de 15 anos, Marcos Vinícius, 11, Carolyne Stefany, 9, Isaque Roberto, 6, Jonathas Gabriel e Sarah Vitória, gêmeos de 5 anos, vivem com a mãe e a avó em um barraco de madeira. Kelly ressalta a saudade de sua filha e a vontade de morar com os seus sete filhos que são frutos de três relacionamentos diferentes. “Eu trato todos por igual. Quando um tem que apanhar já bato logo em todos pra um não ficar tirando sarro da cara do outro depois”, conta a catadora rindo.

A parceria da catadora com sua mãe vai além dos momentos em que saiam para catar papelão e carregar até 180 quilos de uma só vez em cima do carrinho. “Não é toda mãe que acolhe uma filha com seis crianças e ela abriu as portas pra mim. Se for até pra ficar sem comer pra dar pra ela eu fico”, afirma Kelly ao contar sobre as dificuldades e as agressões que sofreu do pai de três de seus filhos há cerca de 8 anos.

A catadora é mais uma das milhares de mulheres que são agredidas todos os dias no país e no mundo. No Brasil, segundo dados do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas para a América Latina, a cada quinze segundos uma mulher sofre

violência física por um homem e a cada doze segundos uma mulher é estuprada. De acordo com esta pesquisa, cerca de uma entre três mulheres sexualmente ativas já foi agredida física ou sexualmente por seu parceiro.

A impunidade da justiça – que rapidamente liberaria o agressor –, o medo de perder os filhos e as constantes ameaças de vingança faziam com que Kelly continuasse com o marido e se calasse. “Até hoje tenho a cicatriz de uma pancada que ele me deu na cabeça. Ele usava droga e tinha ciúmes de bobeira, porque eu era bem magra mesmo. A gente começou a brigar e ele me deu uma paulada na frente dos meus filhos. Eu não fui pro hospital, porque senão ia ter que falar que ele me bateu. Aí ele ia ficar uma semana preso e depois voltaria pra me matar. No dia da pancada, Deus me deu força, eu subi uma escada que tinha mais de 30 degraus e fui pra laje. Fiquei sentada lá e meus filhos dentro de casa chorando”, relata.

A narrativa é dramática, mas ela descreve uma das agressões que sofreu de maneira reflexiva. “Eu tinha acabado de comprar pó de café, ele jogou tudinho na minha cabeça para estancar o sangue e depois quis ter relação comigo, à força. Eu não quis e ele falou que ia matar minha família e tomar meus filhos. Eu não podia nem vir pro meu bairro, porque ele era da vida do crime e não se dava bem com o pessoal daqui. Eu tinha medo de fazerem alguma coisa comigo e com as crianças pra poder dar conta dele”.

A última agressão teria ocorrido em fevereiro de 2004. “No dia quatro de março estava dentro de casa e recebi a notícia que tinham matado ele dentro de um mercado. Ele tinha saído de moto na quarta-feira e só soube que ele tava morto no domingo. Eu não sei, mas acho que ele foi morto pela polícia, pelos meninos que ele tinha rixa ou pelos próprios amigos. Na verdade, hoje eu

penso que antes ele ter morrido do que eu, ou alguém da minha família”, complementa.

Nos quatro anos de casamento, Kelly ficou sem trabalhar fora de casa e diz que este foi o pior momento de sua vida. “De momento bom da minha vida, sinceramente, não lembro de nenhum. Talvez agora que eu estou com minha mãe. Apesar do barraco estar caindo, estou passando um tempo legal com ela e meus filhos”.

TRABALHO POR TRAÇÃO

Com mais de 20 anos de trabalho como catadora na rua, vendendo seus materiais para ferro velho e puxando seu carrinho, Kelly se propôs a trabalhar mais horas na cooperativa com o intuito de aumentar sua renda e contribuir, pela primeira vez, com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). “Na rua, com minha mãe, eu saía de casa às sete da manhã e chegava cinco e meia da tarde, na hora que fechava o depósito. O problema é que não era todo dia que a gente dava a sorte de vir com o carrinho cheio. Agora eu falei para minha mãe parar também, mas porque tem vez que ela trabalha o dia todo e volta pra casa com sete reais. Aí não compensa”, explica.

Na cooperativa Filadelfia, Kelly conta que as catadoras ganham quatro reais por hora trabalhada e que prefere o trabalho na cooperativa por ter renda parcialmente garantida no fim do mês. Do equipamento de segurança para o trabalho, ela confessa rindo que nem as luvas e nem os óculos que usa são os recomendáveis para o dia a dia da reciclagem. “No verão eu também devia colocar blusa de manga cumprida, mas não uso não porque é

muito quente. Hoje mesmo uma barata pulou em cima de mim. E não tem jeito... A gente está aqui pra lidar com tudo, né?”.

Apesar de não ser conveniada com a Prefeitura, a Filadelfia recebe materiais recicláveis trazidos pelos caminhões compactadores da concessionária Ecourbis. “O perigo é a gente pegar alguma contaminação ou doença, fora o perigo de acidente normal mesmo. Faz dois meses que fui colocar um saco de vidro na caçamba e cortei minha mão. Fui no AMA [Assistência Médica Ambulatorial], costuraram e me forçaram a tomar vacina contra tétano”, conta Kelly.

A catadora denuncia que, além dos materiais recicláveis da coleta seletiva, os caminhões da Prefeitura costumam trazer grande quantidade de rejeito. “O problema é que vem muito lixo hospitalar, vidro quebrado, comida estragada e um monte de mato”, reclama a catadora ao lembrar do dia em que receberam uma caixa fechada com agulhas médicas já utilizadas.

Para ela, a principal diferença entre o trabalho na cooperativa e na rua é não ter mais que puxar carrinho. “Hoje eu puxo os bags que são até mais pesados”, afirma dando risada e lembrando que na coleta autônoma tinha que revirar sacos de lixo e que “muita gente colocava até merda de cachorro para que não pegassem seus materiais recicláveis”.

Engana-se quem enxerga no trabalho dos catadores com os ferros velhos uma relação de conflitos constantes e aparentes pela exploração de seu trabalho ou conflito de preço nos materiais recicláveis. Ao se apropriarem da força e do rendimento destes trabalhadores, os donos destas empresas estabelecem, em muitas vezes, tratamento patriarcal e com certos cuidados no dia a dia da maioria dos catadores de São Paulo.

Kelly é uma dessas catadoras que passou a maior parte de sua vida trabalhando de forma “independente”, coletando com carrinho e vendendo os materiais para os chamados “sucateiros” ou, como já dito, ferros-velhos. “A gente trabalhava com o depósito do Seu Luís e eu não tenho do que reclamar porque ele é uma pessoa legal. Ele já emprestou dinheiro para minha mãe e às vezes ele nem cobra, deixa pra lá”, diz.

Ela afirma que tinha uma boa relação com os funcionários e os demais catadores que também vendiam para o ferro-velho. “A gente não tinha inimizade com ninguém. Todo mundo se ajuda no que pode. Fora que na rua você ganha bastante coisa das pessoas. Roupas, calçados, um monte de coisa”, relata a catadora.

“A rua oferece de tudo um pouco” e a profissão de Kelly a aproxima da lógica da cidade, do ritmo dos carros e da atenção do governo municipal, ou a falta dela, para a coleta seletiva. “Minha família foi criada dentro da reciclagem e só sofri preconceito mesmo na rua. As pessoas viram a cara e ficam rindo porque você está sujo. Uma vez entrei no mercado e o segurança começou a me seguir achando que eu ia roubar alguma coisa”.

Do trabalho à noite, Kelly lembra do dia que mais a marcou. “O carrinho estava cheio de papel branco, super pesado, e o pneu estourou. Imagina? E eu estava com minha mãe que tem pressão alta. Ela teve que ir lá no depósito buscar um carrinho pra gente passar tudo de um para o outro. O pessoal passava, virava a cara ou ficava rindo. Como eu já não sou muito certinha da cabeça, comecei a xingar todo mundo”, diz a catadora.

Apesar de lidar com a reciclagem como profissão, Kelly confessa o desejo de conseguir um emprego com registro na carteira de trabalho. “Eu não me vejo fora daqui, mas um serviço regis-

trado seria melhor pra mim e pra minha família. A primeira coisa que eu faria é agradecer a todo mundo daqui, mas acho que eu sairia”, afirma.

TIO SAN

Maurício é desconfiado e arruma seus papelões há quatro quadras de sua casa. Há dez anos na reciclagem, o catador mora na ocupação de um prédio da Rua Gusmões, no bairro da República, centro de São Paulo. Como a maioria dos catadores que entrevistamos, não quis falar seu nome completo e continuou trabalhando nos quarenta minutos de diálogo. “Eu já morei na rua também. Na verdade quem mora em uma invasão, mora embaixo de viaduto ou em qualquer lugar.”

São 12h30 e há quatro horas o catador começou seu trajeto diário de percorrer os comércios e fábricas do centro para a coleta de plástico, material fino (ferro e alumínio) e, principalmente, papelão. Coincidência ou não, Maurício começou seu trabalho com materiais recicláveis na mesma época em que se iniciava a organização de cooperativas conveniadas com a Prefeitura a partir da migração de 27 famílias de catadores avulsos do largo São Francisco para a chamada Baixada do Glicério, também no centro da cidade.

“No início comecei nesse serviço por estar desempregado, mas acostumei e agora não quero ter mais patrão”, diz o catador nascido na Vila Madalena ao contar que também já trabalhou no Rio de Janeiro, mas que São Paulo ainda é a “terra do dinheiro”. Para ele, a única coisa boa da organização em cooperativas de catadores é a ideia, já que “na prática tem muita política e individualismo”.

“Já trabalhei em uma cooperativa no centro, mas decidi não esquentar mais minha cabeça. Você quer trabalhar e os outros não querem. Seria bom por causa da documentação e por ter uma vida mais organizada, mas o carroceiro é um bicho muito cabeçudo”, diz.

Estima-se que, como Maurício, existam outros 16 mil catadores autônomos na cidade de São Paulo submetidos a regime de extensa jornada de trabalho, condicionados a dormir na rua e com a incerteza de vender ou não o material para ferros-velhos que muitas vezes se aproveitam da variação de demanda para gerar mudanças de preços nem sempre justas.

“O principal problema de juntar catador é a bebida que gera teimosia. Já a droga não; dá depressão e quem usa, aceita as coisas mais fácil. O álcool causa briga, destrói tudo, relacionamento em casa, família. Eu? Ichi... eu não posso encostar em álcool. Faz nove anos que eu não bebo porque sou alcoólatra mesmo. Não corro o risco”, conta.

Catar material pelas ruas do centro da cidade é estar disponível e atento para conseguir os melhores pontos de coleta e uma boa oportunidade de prestação de serviço para comerciantes, além de tentar conquistar sua confiança. “Eu não tenho horário pra ir embora. Se estou indo pra casa e algum lojista me chama, eu vou. Já faz um tempo que estou aqui e eles confiam em mim. Hoje já não precisa de mais ninguém me acompanhar quando eu entro no almoxarifado de uma loja”, afirma orgulhoso.

Sobre o tratamento que recebe das pessoas na rua, ele afirma que a maior parte das pessoas não procuram confusão com ele, nem com a maioria dos catadores. “Se o carroceiro bater no carro de alguém não vai ter dinheiro pra pagar e ele não tem nada a perder. Se alguém quer confusão, vai ter confusão”, diz.

O movimento de pessoas na rua é intenso e, enquanto conversamos, camelôs e comerciantes pedem caixas de papelão – em bom estado – para o catador. “Vamos fazer uma troca justa para nós dois? Você me arranja uma caixa grande?”, pergunta uma senhora que entrega quatro caixas de papelão menores e em pior estado a Maurício. Ele cede e ri.

“Ninguém dá nada de graça pra outra pessoa. E na rua existe uma lei única: se você é catador e estiver com a carroça parada na rua eu não vou encostar a minha. Cumprimento e saio fora. Te respeito porque se amanhã eu tiver em determinado lugar e você não me respeitar, vou fazer alguma coisa pra você achar ruim”, afirma.

ISSO É COISA DO TIO SAN

O catador evita falar de sua vida pessoal, vai e volta em lojas para pegar papelão e combinar serviços futuros, mas conta que, após terminar a sétima série do ensino fundamental, fugiu de casa influenciado por irmãos mais velhos para tentar a vida como servente de pedreiro.

Logo após contar que já foi “amigado com várias mulheres” e que tem três filhos, Maurício denuncia: “isso é coisa do Tio San”. A personagem de senhor grisalho, com barba, de feição séria e com dedo indicador apontado para quem o observa se refere à personificação dos Estados Unidos e, neste caso, é utilizada para designar quem estaria por trás de nossa entrevista e das indagações feitas ao catador.

“Eu tenho um sexto sentido com o Tio San. Descubro nos olhos... São sempre as mesmas perguntas. Vocês vão publicar essa bagulho aí?”, pergunta Maurício olhando para atendente de loja

próxima e nos contando que ela iria lhe “tirar o fígado” por não poder provar a afirmação de que teríamos sido enviados pelo Tio San.

“Mas quem é Tio San?”, repetimos a pergunta.

“Olha, vocês voltaram no assunto? Vocês não são jornalistas”, afirma Maurício que só refuta quando mostramos a identificação na carteirinha da universidade.

A conversa é dispersa e o catador nos olha com ar desconfiado. “Em toda área tem gente legal e gente ruim. Tem um dito popular que diz que não existe mal eterno, mas se tivessem que fazer coisas boas para os carroceiros já teriam feito. Ou fariam coisas por meio dos lojistas, dos empresários, do governo ou mesmo dos jornalistas. Não veem que a gente está ajudando a natureza e eu acho que precisa de alguém pra divulgar o que o carroceiro faz”, defende.

Para ele, a pior coisa na reciclagem é não ter material para coletar e ter de ficar sem trabalhar. Maurício ressalta os dias em que consegue catar maior quantidade de material fino. “Esse material é o que a gente guarda pro fim do ano pra comprar roupa e coisa pra família. De qualquer forma, o material fino é dinheiro garantido e eu tenho um pouquinho guardado lá na ocupação. Não é muito, meio bagunçado, mas nem sempre se ganha todas, né?”, brinca.

O sonho do catador não se distancia muito dos objetivos de milhares de pessoas todas as semanas. Para Maurício, ganhar na loteria significaria a oportunidade de sair de São Paulo. “Eu apostei pra ganhar R\$ 50 mil, mas nem precisava de tudo isso. Só o básico para ir morar na mata, já estava bom. Sair dessa selva de pedra não é meu sonho, mas minha meta. O sonho seria paz, calma, tranquilidade e felicidade”, diz, rindo. “Mas isso nunca vai ser concretizado. Nunca”.

Com a curiosidade permanente, insistimos na pergunta e a entrevista termina com o diálogo:

“Mas não sabemos ainda quem é o Tio San”

“Olha, mesmo não sabendo, vocês podem dizer pra ele que é pra ele pelo menos ajudar com material. E outra coisa: diz pra ele que eu nunca vou assinar nada e ele nunca vai ter meu aval. E vocês estão na faculdade de jornalismo mesmo?”

“Estamos sim e este é nosso trabalho pra podermos concluir a faculdade. No nosso caso, vamos fazer um livro”

“Mas eu sou meio ultrapassado, bicho do mato e um pouco feio”, rebate o catador.

“Está querendo receber elogios de beleza, Seu Maurício?”

Ele ri. “Vocês são uns caras legais, mas ele manda uns que eu não vou nem falar. Fala pro Tio San que eu quero aquela menina branquinha que ele mandou. Eu quero ela”

“O senhor tem certeza que não quer nos contar quem é esse Tio San? Ele é um cara muito conhecido ou um cara muito sacana?”

“O Tio San? Agora é você que está querendo elogio pra ele, é? Eu vou trabalhar agora... Tudo de bom pra vocês e fala pra ele... Fala pra ele trazer aquela branquinha”.

Ficamos parados enquanto Maurício coloca a última caixa em cima da carroça, espera um dos carros passar à sua frente e segue até a próxima quadra.

ASSUMINDO O COMANDO

O caminhão compactador se aproxima e estaciona na cooperativa Nova Esperança, no Jardim Pantanal, zona leste de São Paulo. Os materiais são descarregados do lado de fora e passam por separação inicial antes de serem encaminhados para os demais catadores que trabalham dentro do galpão.

Selma é uma das primeiras pessoas a receber o material trazido pela Prefeitura e tem a função de separá-lo do rejeito que deve ser levado para o aterro sanitário. Em mais uma manhã de trabalho no início de 2012 é reconhecida pelo motorista que faz a coleta seletiva nos domicílios da região.

“Eu conheço a senhora, não conheço?”, pergunta o motorista.

“Seu João?”, confirma a catadora.

“Nossa... Meu Deus, como eu estou feliz de ver a senhora na cooperativa! Não acredito que a senhora está bem e trabalhando!”, se impressionou o funcionário da Prefeitura ao lembrar do tempo em que possuía um bar próximo à estação da Luz e recebia a constante “visita” de Selminha, moradora em situação de rua que “pedia fiado, dizia que ia pagar, mas que chegava com cachaça e droga dando trabalho”.

Pernambucana da cidade de Triunfo, Selma Maria da Silva chegou em São Paulo em 1977 quando tinha apenas 20 anos de idade, fugindo da truculência do ex-marido. “Nós brigamos, ele levou meus dois filhos embora e eu vim pra cá. Eu lembro que eles eram

muito pequenos quando sai do nordeste: a mais velha tinha 4 anos e o menor tinha só 9 meses”, comenta a catadora.

Depois de três dias de viagem, Selma foi recebida na casa da patroa de sua irmã em Perdizes, bairro nobre da zona oeste da capital. “Eu vim pra trabalhar como doméstica para a irmã da chefe dela e fiquei lá por dois anos. Mas aí entrei em depressão, conheci o centro de São Paulo e acabei no mundo da droga e do crime. Graças a Deus, nunca matei ninguém, mas eu fiz tudo o que não é lícito”, diz ao lembrar do período (1979 a 1981) em que perdeu sua carteira de identidade e que tinha o costume de tomar doses de cachaça com comprimidos de analgésico.

Já morando na rua em 1979, Selma entrou em contato com a reciclagem na chamada “cracolândia”. Localizada nas proximidades da estação de trem do bairro da Luz, a cracolândia ficou conhecida nacionalmente por ser reduto de pessoas em situação de rua e de intenso consumo e venda de drogas. “Já passei fome, dormi em cima de papelão e a sofri muito na rua. A polícia me prendeu várias vezes, apanhei muito, bati bastante, fui pra cadeia e fiquei presa por dois anos”, enumera Selma quase em uma contagem de desafios e causos que vivenciou.

O depoimento de histórias e contravenções é dado com certo tom de testemunho religioso como se ela estivesse a frente do púlpito da igreja evangélica que frequenta. “Eu fui pega vendendo droga, não tinha dinheiro pra pagar fiança e naquela época o tráfico ainda não era considerado um crime hediondo. Não entreguei a cabeça de ninguém e a esposa de quem eu pegava a droga me sustentou durante todos esses anos na cadeia. A situação só piora pra quem acaguetá”, explica, ainda com discrição mesmo se perguntada sobre os detalhes e circunstâncias em que foi pega pela polícia.

“Apanhei bastante, mas a gente tem que aprender a manter muito sigilo com as coisas que não são da gente. Tem muita coisa que tem que ver e calar. A cadeia é o lugar em que o filho chora e a mãe não vê, mas o Senhor me guardou e eu fiz algumas amizades. Minha família tava toda no nordeste e nem sabia que eu existia. Eu tinha o endereço da minha mãe e das minhas irmãs tudo direitinho, mas me dava medo de falar”, conta a catadora sobre o período em que ficou presa por tráfico de drogas entre 1981 e 1983.

De acordo com Selma, a sobrevivência na cadeia continuava com o consumo e a venda de drogas. “Não tem jeito. Eu fui presa por tráfico e todo mundo lá já me respeitou. No dia de visita sempre entrava o que a gente chama de ‘jumbo’. Além da droga, a esposa de quem eu traficava trazia comida, roupa, sapato, de tudo...”, diz. E se lembra de um dos juízes que acompanhou seu caso que, certa vez, lhe disse:

“Dona Selma, a senhora é uma pessoa que a gente percebe que é de bem. A senhora não quer ajuda?”, perguntou o juiz.

“Eu aceito, mas qual ajuda que o senhor vai me dar? Vai bater o martelo e me condenar pra cadeia, não é juiz?”, diz com graça a catadora ao afirmar que, depois de 50 dias da conversa, recebeu a visita de um advogado enviado pelo magistrado.

“Acho que foi pela misericórdia de Deus. Eles falaram que eu tava absolvida da acusação de formação de quadrilha e arrombamento de lojas. Até hoje em qualquer órgão que eu dê meu nome aparece o processo, mas que eu fui absolvida por falta de provas. O problema foi quando eu sai e me envolvi com um homem que mexia com droga e outros tipos de trabalho. Fiquei grávida, parei um pouco de usar, mas ele queria que eu desse meu filho pra família dele, disse que eu era louca e que não queria nada da vida.

Quando o Adriano nasceu, eu vi aquela coisa linda, peguei minhas roupas e fugi pra Diadema”.

Diadema está localizada a cerca de 20 quilômetros da cidade de São Paulo e pertence à região do chamado Grande ABC. Para Selma, ainda em 1983, a cidade serviu como “município dormitório” ou algo parecido. “Uma conhecida ficava com meu filho e eu ia trabalhar com outra forma de trabalho que ganhava dinheiro todo dia. As pessoas falam que é prostituição, mas tem vários tipos de prostituição”, argumenta.

O trecho mais divertido de todas as entrevistas e conversas com Dona Selma se dá com a descrição de seu tratamento e intencionalidades com o serviço realizado na prostituição. O negócio com ela era outro: “pegar esses velhos bem velhos – mas com dinheiro –, contar uma história e levar para um bar, colocar um remedinho na bebida pra dormirem, pegar o dinheiro deles e ir embora”. O riso quase saudoso de um tempo em que não tinha tantas restrições morais faz com que Dona Selma se impressione com suas próprias atitudes do passado. “E depois tinham aqueles que voltavam pra me procurar! Quanto eu estava afim de um relacionamento até que ia, mas tinha uns que eu falava pra tomar banho, pegava a carteira e, às vezes até a roupa deles, e ia embora”, conta dando risada.

Em 1985, Adriano tinha dois anos de idade e Selma teve sua primeira grande recaída com o álcool e a cocaína. “Nessa época minha família já tinha me descoberto aqui em São Paulo e mandei buscar minha mãe pra ela levar meu filho pro Nordeste. Não queria criar ele envolvido num meio de droga. Hoje o Adriano é formado em farmácia e trabalha lá nas Clínicas”, diz orgulhosa.

Tendo como residência locais como o viaduto da rua São João, o castelinho da praça Marechal Teodoro e, logo depois, de volta às ruas da cracolândia, Selma intensificou o consumo de drogas, o que fez com que tivesse recorrentes crises pulmonares. “Chegou um dia que fiquei com uma crise tão forte que tive que ser internada e ficar mais ou menos um ano no Hospital Municipal Antônio Giglio, em Osasco. Fiquei com água nas pleuras e tinha que tomar remédio, senão a infecção voltava. Pensei até que estava com outros problemas de saúde, mas era só o pulmão”.

Com cama, comida e banho diariamente, começaram a aparecer sinais de mudança para a catadora em 1989. “A assistente social do hospital, a Maria Helena, perguntava se eu tinha vontade de sair da rua e eu tava em uma fase que queria melhorar. Mas depois que tive alta, fui parar na cracolândia de Osasco, na praça Antônio Menck”.

A segunda recaída deu início à “década perdida” para Selma. “De 1989 a 1999, fiquei em Osasco e vivia roubando para usar crack, furtando e fui presa muitas vezes por vadiagem”. A conexão de fatos neste período é confusa e permeada por recaídas, ausência de contato com familiares e do frio das noites da cracolândia osasquense.

Desde que viveu na rua pela primeira vez em 1979, algumas pessoas tentaram “resgatar” a catadora. Uma delas é Tereza Felipe Costa, hoje sua mãe adotiva, conhecida como a catadora mais antiga do Brasil. Com 73 anos de idade, Terezinha tem dois filhos biológicos e 43 filhos adotivos que encontrou em condição de mendicância, abandono, alcoolismo ou com problemas com drogas.

Com um centro de acolhida no distrito de Ermelino Matarazzo, zona leste de São Paulo, Terezinha agrega os que a procuram em “busca de ajuda em momento difícil e que precisam de uma família”.

Em 1999, após um dos momentos de sobriedade e em uma de suas “visitas” ao hospital municipal, Selma aceitou os conselhos de Terezinha e a ajuda de Maria Helena para que se internasse na casa de acolhida do diretor de televisão Walther Negrão. “A Tereza me tirou da rua e me levou pra casa dela sem nem me conhecer. Eu já estava cansada e decidi me tratar”, relata.

Selma recuperava a memória apagada pela droga e as coisas começavam a melhorar até que foi atropelada gravemente no caminho entre a casa de apoio e o posto de saúde. Era 22 de agosto de 2000, se recorda até hoje. “Tive que colocar um pino na perna e um dos meus braços não levanta mais. Consigo mexer ele, mas com pouco movimento”, afirma.

Já recebendo auxílio-doença, a catadora terminou o tratamento em 2002 e decidiu voltar para sua cidade-natal, Triunfo, em Pernambuco. “Nesse meio tempo fiquei trabalhando na casa do seu Walther e consegui juntar dinheiro no banco. Comecei a tomar remédio pra cabeça, a droga saiu das células, a mente foi voltando ao normal e eu fui lembrando das coisas. Acharam minha família e todo mundo ficou muito feliz porque já tinham me dado por morta há muitos anos”, se empolga Selma ao contar do período anterior à viagem de volta ao nordeste.

DONA SELMA DO MOVIMENTO

De 2002 a 2007, Selma permaneceu em sua cidade natal, pôde reencontrar familiares e, segundo ela, teve a oportunidade de conhecer “o senhor Jesus na igreja Congregação Cristã do Brasil”. Quando chegou em Triunfo, a catadora se divorciou oficialmente, descobriu que seus filhos foram morar em São Paulo

muitos anos antes e que seu pai e sua mãe haviam falecido em 1983 e 1988, respectivamente.

Novamente em contato com seus três filhos, Selma recebeu visita de sua filha mais velha no começo de 2007 e resolveu acompanhá-la em viagem de volta à capital paulista. “Era para voltar pra Pernambuco depois, mas cheguei a São Paulo no momento que estavam organizando a cooperativa e acabei ficando. Passei um tempo na casa da minha filha, mas com a reciclagem consegui meu apartamento próprio que estou pagando aos pouquinhos”.

Na organização da cooperativa Nova Esperança, a catadora pode contribuir com o que aprendeu de reciclagem no tempo que vivia no centro da cidade. Hoje, ela colabora com seus companheiros fazendo, como ela mesma diz, o trabalho de relações públicas da cooperativa.

Além do dia a dia na Nova Esperança, Dona Selma é representante do comitê regional de catadores da cidade de São Paulo pelo MNCR. Dentro do movimento, ela é uma das articuladoras de sua cooperativa e participa da organização de mulheres catadoras, além de coordenar o grupo de artesanato com tecidos de sua comunidade e ter sido eleita, em outubro de 2012, conselheira de meio ambiente, cultura e paz do distrito de Ermelino Matarazzo.

Após seis meses de contato com Dona Selma não tem como não se envolver com a catadora, ou melhor, não tem como não ser envolvido por ela em seus projetos ou eventos de reciclagem, artesanato e pintura. Ela, como a maioria dos catadores de São Paulo, já se utilizou da venda de materiais recicláveis para garantir a mínima sobrevivência nas ruas e, hoje, luta por melhorias nas condições de trabalho da atividade.

Trabalho do lar, serviço doméstico para terceiros, catação de materiais recicláveis, prostituição, tráfico, desemprego, catação de materiais recicláveis, artesanato e pintura. Desde a primeira entrevista às conversas em eventos e reuniões, Dona Selma lista algumas das atividades que realizou durante a vida e fala com graça de algumas de suas histórias.

Correndo de um lado para o outro, a catadora é presença constante em espaços como o Fórum para o Desenvolvimento da zona leste, as reuniões sobre resíduos sólidos na Câmara dos Vereadores e, no último mês de junho, expôs artesanatos e pinturas de catadores na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

Sua cooperativa, a Nova Esperança, possui convênio com o governo municipal e surgiu a partir da articulação de um grupo de catadores que vivia às margens do rio Pantanal. “Cada um fazia seu trabalho particular e vendia para os ferros velhos. Uns 20 companheiros fizeram a formação em 2007 e hoje tem mais ou menos 36 catadores trabalhando aqui com a gente. A ideia é multiplicar e agregar as pessoas que estão passando por tratamento de droga, álcool e moradores em situação de rua. O David que é presidente da cooperativa vai colocar um grupo de homens de noite e um grupo de mulheres de dia”, explica.

Ao falar das catadoras, Dona Selma assume ainda mais a figura militante. “A mulher é muito mais cuidadosa na separação dos materiais. Os homens são bons porque ficam mais no trabalho pesado pra carregar *bag*, mas hoje 90% das cooperativas preferem agregar mulheres. Aí tem um problema de estrutura, porque precisamos de um caminhão com *munk* pra poder levantar coisas mais pesadas”.

Para ela, as mulheres têm que se envolver em todas as lutas do movimento de catadores. “Hoje em dia temos poder de decisão e mudança. Ano passado conseguimos colocar 550 mulheres nas ruas de Londrina contra os incineradores. A catadora tem que participar de tudo que tiver a ver com a reciclagem: moradia, saúde, consciência negra”, conclui apontando para a bandeira do MNCR. “É uma pessoa puxando uma carroça e ao redor estão os catadores e as catadoras de mãos dadas”.

Apesar de considerar a importância da carroça para a maior parte dos catadores, Dona Selma dá graças a Deus pela cooperativa não depender mais desta ferramenta. “Nós temos uma última relíquia [carroça] guardada de lembrança”, diz a catadora ao explicar que cada cooperado tem sua retirada mensal com base nas horas de trabalho.

Para ela, a coisa mais difícil em se trabalhar em uma cooperativa de reciclagem é o próprio convívio com o grupo. “Trabalhar com esse grupo de pessoas é como você vê na cadeia, não muda nada. Até porque na cooperativa todos têm direito a um voto e tudo é resolvido em reunião na hora, porque senão não dá certo. Eles quebram o pau.”, explica ao citar o formato de assembleia em que são tomadas as decisões do grupo.

“A melhor coisa da cooperativa é agregar as pessoas que precisam trabalhar, ver que a pessoa aprendeu com amor e que já pode ensinar o outro. A gente aprendeu a respeitar aquele que chega; fica um mês em treinamento e depois já passa a contribuir com o INSS [Instituto Nacional de Seguro Social]”, complementa a catadora.

ELOGIO DO APRENDIZADO

Ao lembrar do poema “Elogio do Aprendizado”, do alemão Bertold Brecht, Selma destaca suas últimas experiências com a oficina de arte Abstrata e Impressionista, ministrada por Bruno de Oliveira, arte educador e doutorando na universidade canadense Victoria. “Além do trabalho com tecido, as oficinas do Bruno me ajudaram a contar minha própria experiência de vida de maneira abstrata na minha primeira tela. Na segunda, eu trabalhei com impressionismo pra mostrar o valor em se resgatar uma vida”, afirma a catadora.

A arte, para Selma, contribui para que as pessoas se apropriem de suas próprias vidas. “Sempre procurei ocupar minha mente com algo diferente do mundo da droga. E pra mim a arte é a gente colocar a mão em cada item e perguntar: quem vai pagar a conta? Quem vai assumir o comando da sua própria vida?”.

Elogio do aprendizado

Aprenda o mais simples! Para aqueles

Cuja hora chegou

Nunca é tarde demais!

Aprenda o ABC; não basta, mas

Aprenda! Não desanime!

Comece! É preciso saber tudo!

Você tem que assumir o comando!

Aprenda, homem no asilo!

Aprenda, homem na prisão!

Aprenda, mulher na cozinha!

Aprenda, ancião!

Você tem que assumir o comando!

Frequente a escola, você que não tem casa!

Adquira conhecimento, você que sente frio!

Você que tem fome, agarre o livro: é uma arma.

Você tem que assumir o comando.

Não se envergonhe de perguntar, camarada!

Não se deixe convencer

Veja com seus olhos!

O que não sabe por conta própria

Não sabe.

Verifique a conta

É você que vai pagar.

Ponha o dedo sobre cada item

Pergunte: o que é isso?

Você tem que assumir o comando.

Bertolt Brecht (1898-1956)

clo

MARIA JÚLIA CARVALHO



1.







5.









9.









13.





15.





LEGENDAS CICLO

POR MARIA JÚLIA CARVALHO

1. A catadora Terezinha Felipe Costa na Casa de Acolhida Magnália Dei.
2. Terezinha, sua filha e suas netas exibem a placa com o nome da casa de acolhida.
3. Terezinha, sua filha Sandra e seis de seus netos.
4. Catador Gilson com sua carroça no Anhangabaú em intervalo do trabalho.
5. O catador autônomo Sidney carrega seu carrinho na República, centro de São Paulo.
6. A catadora Nanci Darcolete Nazareth, líder e fundadora da CooperFiladélfia.
7. Nanci no galpão de triagem de materiais da CooperFiladélfia.
8. O catador David Almeida Barretos, presidente da central de triagem Nova Esperança.

9. A catadora Selma Maria da Silva, articuladora do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

10. Catadora Ledianeira na sede da Nova Esperança, ao lado do quadro com a bandeira do MNCR.

11. O catador Hélião ao lado de tonéis de triagem da Nova Esperança.

12. Catadora Simone no galpão da Coopere-Centro, uma das maiores cooperativas da cidade.

13. A catadora Jéssica, na esteira de triagem de materiais da Coopere-Centro.

14. Catador da Coopere-Centro aguarda a prensa compactar o papelão para enfardá-lo.

15. Mãos da catadora Jéssica na Coopere-Centro.

16. Luvas de catadora da Coopere-Centro.

esso

THIAGO TEIXEIRA

O MERCADO DO CATADOR

A inserção dos catadores na cadeia da reciclagem varia de acordo com a forma de organização de seu trabalho. Basicamente, eles desempenham duas funções: a catação, que consiste na coleta de materiais em domicílios no chamado “porta-a-porta” e em pontos de entregas, podendo ser realizada com o auxílio de uma carroça de forma autônoma ou a serviço de uma cooperativa. E a separação, que é realizada pela triagem dos materiais coletados, a fim de separá-los conforme a sua composição para comercialização adequada. Geralmente, o catador que realiza esta separação pertence a uma cooperativa ou é contratado por um catador que carregue grandes volumes.

Os catadores estão inseridos na cadeia por meio da comercialização de seus produtos. Em cooperativas, acumulam o material triado até atingir um volume suficiente para conseguirem melhores preços em suas negociações, já que recebem semanal ou mensalmente. Ao atingirem grandes volumes, podem eventualmente negociar com as indústrias. Em contrapartida, os catadores autônomos, também chamados de avulsos, costumam comercializar seus materiais no mesmo dia da coleta. Como a produção de um único dia tende a ser parca, a comercialização precisará ser feita com um ferro-velho, ou com um atravessador capaz de acumular materiais para, então, comercializar com a indústria. Dentro destas definições, há variações, como ferros-velhos que vendem

sua produção para outros atravessadores, ou cooperativas que comprem materiais de outros catadores.

Uma das vantagens do trabalho como catador autônomo é a possibilidade de escolher a forma de trabalhar. É o que destaca Pedro Henrique Mesquita, fundador da Coreji, cooperativa localizada no Jardim Itapema, na zona leste. A decisão Pedro é emblemática. “Optei por ser catador para não ter patrão, sair de casa a hora que quero e voltar quando bem entender. Se alguém me diz o que fazer na rua, logo aviso que virei catador para não receber ordens. Não tenho patrão além de Deus.”

Pedro trabalhou com coleta nas ruas de forma autônoma por 15 anos, até fundar uma associação e passar a trabalhar de forma coletiva. Diante das dificuldades que enfrentou, teve que construir o seu próprio carrinho com a carcaça de uma geladeira e trabalhou em diferentes atividades, como cobrador e segurança, mas sempre voltou para a reciclagem. Hoje com 38 anos, Pedro foi obrigado a mudar seu comportamento diante da profissão. “Fui percebendo com o tempo que, para receber o material de alguns estabelecimentos, eu tinha que comparecer aos pontos de coleta no horário combinado, e, se demorasse, o lixo levava embora”, recorda.

COOPERADOS DA COOPAMARE

A Coopamare é a primeira cooperativa de reciclagem do país e um exemplo de como a escolha da forma de trabalhar é importante para o catador. Foi fundada por catadores de papel e papelão em 1986, na baixada do Glicério, região central paulistana com o apoio da Organização de Auxílio Fraternal (OAF), entidade filantrópica que organizava a festa da “Missão”.

Conforme se recorda um dos fundadores da cooperativa, o catador Avelino da Costa, “o evento era custeado por pessoas em situação de rua, que contribuíam com o valor correspondente a um dia de trabalho”. Com isso, ganharam o apoio da OAF, que conseguiu um terreno onde Avelino e outros catadores passaram a trabalhar juntos.

Com o acompanhamento da organização, os cooperados passaram a trabalhar juntos no Glicério até o ano de 1989, quando se mudaram para um terreno doado pela Prefeitura, debaixo do viaduto Paulo VI, em Pinheiros. Como Avelino não conhecia a região, preferiu continuar no centro da cidade trabalhando com ferros-velhos.

Já no ano 2000, a Coopamare agregava entre 100 e 120 catadores diariamente. A maioria de seus cooperados eram carroceiros, que utilizavam seu espaço para separar sua coleta, ter local para armazená-la e, então, comercializá-la em maior volume.

Durante a última década, difundiu-se a oposição às carroças dos catadores a partir da ideia de que o carroceiro realiza um trabalho degradante ao carregar peso excessivo por longos percursos. Seguindo esta concepção da profissão, a Coopamare passou a trabalhar somente com a coleta doada ou coletada em pontos de entrega por seus veículos, uma van e um caminhão.

Ângela Assis é coordenadora do Serviço Franciscano de Apoio à Reciclagem (Recifran), outro projeto de assistência a catadores que deixou de aceitar carroças, e reitera a importância desta medida. “Se a Recifran, a OAF e outras entidades filantrópicas apoiam as cooperativas com a proposta de resgatar a dignidade humana, como podem concordar que o cooperado tenha que carregar uma carroça?”

Apesar da intenção, a restrição ao trabalho dos carroceiros acabou afastando os catadores da cooperativa. É o que pensa Maria José dos Santos, catadora da Coopamare há 10 anos. Atualmente, a organização conta com 22 membros. Como alternativa, a cooperativa busca novos catadores em outras cooperativas ou em albergues, por que “esse trabalho aqui é pra pessoas mais necessitadas, em situação de rua”, adverte.

Não é comum que os catadores passem a considerar o horário fixo de trabalho e as condições de segurança como mais interessantes que um salário mais robusto. Para a catadora, a vantagem de trabalhar em cooperativas é que o desgaste é menor e há mais segurança e garantias. Tais benefícios, contudo, são bastante relativos. Oscilando conforme a produção de toda a cooperativa, sua renda pode ficar limitada a “R\$100,00 ou até R\$50,00 num mês minguado”.

Na média, o faturamento mensal de quem trabalha na Coopamare circula entre R\$500,00 e R\$600,00. Maria acredita que, puxando carroça, poderia conseguir um salário maior, mas prefere trabalhar selecionando materiais recicláveis no galpão da cooperativa, respeitando o acordo entre os cooperados. “Nós fazemos nosso serviço sem que alguém ganhe R\$1400,00 no mês enquanto outro companheiro, que não consiga carregar muito peso, ganhe só R\$200,00”, esclarece.

Moradora no M’Boi Mirim, Maria sai de casa por volta das 5h da manhã para cumprir seu horário de entrada no serviço. Ela trabalha das 8h às 16h. Uma hora de almoço, mais 15 minutos de café da manhã, outros 15 no café da tarde. Começou na profissão puxando carrinho com seu marido nas ruas do bairro de Pinheiros diariamente, das 9h às 23h. Ingressaram juntos na Coopamare, mas seu marido contraiu tuberculose, interrompeu o

tratamento a despeito das recomendações médicas. Três anos depois do primeiro diagnóstico e a um mês desta entrevista, faleceu. Era março de 2012.

Maria calçava chinelos de borracha enquanto conversávamos - sua bota estava encharcada por causa da chuva - mas, de acordo com a cooperada, os equipamentos de segurança são utilizados por todos os trabalhadores, em especial quando lidam com vidro que requer o uso dos óculos, das luvas e da máscara.

Além do valor do salário de cada cooperado, hoje a alimentação e a contribuição com a Previdência Social são pagas com o dinheiro gerado pela cooperativa.

O auxílio fornecido pela Prefeitura limita-se à coleta do rejeito que produzem. “Até nos ofereceram melhores propostas, mas o que eles exigem em troca não é do nosso interesse”, pondera Maria. A Amlurb exige, para estabelecer um convênio com os cooperados, uma meta de produção que a catadora considera excessivamente rígida, além de serem obrigados a receber a coleta seletiva das concessionárias da Prefeitura. Segundo Maria, este material carrega muitos resíduos úmidos, que podem prejudicar a salubridade do seu local de trabalho por atrair animais e causar mau cheiro.

Além da preocupação sanitária, há uma questão comercial. Ao serem pressionados pelo compactador, os materiais úmidos acabam se misturando aos materiais secos, contaminando-os e inviabilizando sua venda. A este respeito, a Ecourbis responde que reduz em até três quartos a capacidade de compactação do caminhão usado na coleta seletiva, carregando três toneladas de resíduos. Segundo a empresa de coleta, essa prática é suficiente para satisfazer as exigências do contrato com a Prefeitura.

No total, a Coopamare vende em torno de 150 toneladas de recicláveis por mês. Dependendo dos materiais comercializados, fatura entre R\$ 8 e R\$ 15 mil. Deste valor, aproximadamente R\$ 7 mil quitam as contas da cooperativa, como água, energia elétrica, alimentação e previdência. O restante é dividido entre os cooperados, descontando-se as faltas. Por estar de licença em virtude do falecimento do marido, este mês Maria ficou sem salário.

A catadora espera que a cooperativa possa crescer junto com seus cooperados, e que atinja melhores condições de venda e produção. No entanto, ainda que goste e tenha orgulho de seu serviço, deseja que seus filhos estudem e trabalhem em outra área: “Gosto do que eu faço, não tenho vergonha e conto pra todo mundo. Se um dia sair daqui, vou sentir muita falta, mas o destino só quem sabe é Deus”.

OUTROS ATORES

Os donos de ferros-velhos, ou sucateiros, ocupam uma posição polêmica no mercado da reciclagem. Estão entre o catador e a indústria, ou às vezes entre o catador e um segundo intermediário, lucrando com o que recebem dos últimos e deixam de pagar aos primeiros.

Além deste conflito, pode haver também uma relação de exploração. Os donos de ferro-velho cedem carroças para catadores avulsos que não as possuem, mas exigem como contrapartida que os materiais coletados lhes sejam vendidos com exclusividade. Carlão Reis já foi membro do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e critica esse tipo de acordo, que considera prejudicial para o catador, por limitar seu poder de negociação e sujeitá-lo ao preço que o dono do ferro-velho se dispuser a pagar pelo material.

“Aí, cai a ficha do catador. Ele percebe que está sendo explorado nessa relação, já que passa por vários ferros-velhos no caminho, mas é obrigado a voltar por todo o trajeto pra vender o material para o dono do carrinho”, analisa Carlão. Essa exclusividade torna o catador refém dos preços que o sucateiro pratica. Para fugir dessa condição, explica Carlão, o catador precisa construir sua carroça e passar a fazer seus negócios na rua de forma independente.

Em condição análoga à descrita, quatro catadores trabalham em um ferro-velho sem nome comercial no bairro Aricanduva, na zona leste, com o sócio e administrador do estabelecimento,

Edmundo Valêncio. Eles moram em um cortiço improvisado nos fundos do terreno, em barraco no qual mal cabem uma cama e um fogão. “Nenhum dos quartos possui luz elétrica, mas em compensação eles não pagam pela moradia”, assegura Edmundo.

Via de regra, os catadores saem para o trabalho às 5h e retornam às 13h, e recebem entre R\$7,00 e R\$15,00 por dia de serviço. Dependendo da sua produção, eles podem receber até R\$ 400,00 reais por mês se trabalharem também aos sábados. De acordo com Edmundo, ele e o sócio recebem entre R\$800,00 e R\$1100,00 mensais, já descontadas as contas de infraestrutura e aluguel.

Apesar da disparidade, o dono do ferro-velho acredita que os catadores acabam tendo uma renda maior que a dele, por conta dos extras conseguidos com o carregamento de resíduos da construção civil. Segundo Edmundo, eles chegam a transportar entulhos por até R\$60,00, um quarto do valor de uma caçamba autorizada pela Prefeitura.

“Depois de carregar a carroça, o catador joga a carga em algum terreno baldio”, acusa Edmundo. Para que as suspeitas do sucateiro sobre a renda dos catadores estejam corretas, os carroceiros teriam que fazer, no mínimo, sete carregamentos de entulhos, além de seu expediente regular para que conseguissem superar sua renda.

Em sua perspectiva a respeito dos catadores com quem trabalha, Edmundo acredita que eles prefiram esse sistema de trabalho, recebendo pela produção diária. “Eles não querem receber por mês, como nas cooperativas, querem chegar da rua às 13h, receber seu dinheirinho, tomar sua caninha e voltar pros quartos pra dormir”, descreve.

O sucateiro ainda revela alguma preocupação com o alcoolismo dos seus quatro protegidos. “Eu ainda tenho que ir atrás pra ver

se eles não caíam por aí e se machucaram”, lamenta, embora não deixe claro se o que o aflige é a saúde dos catadores ou a produção do ferro-velho.

A ORGANIZAÇÃO DO FERRO-VELHO

Nem todos os donos de ferros-velhos empregam catadores. Rui Tenório há dez anos saiu da empresa na qual trabalhava como garçom e, para conseguir manter as contas em dia, abriu o ferro-velho Ginofer na Vila Formosa, bairro onde nasceu na zona leste da capital.

Rui paga R\$880,00 no aluguel do terreno onde emprega três funcionários: Lúcio, seu irmão mais velho, Regina, com quem trabalha há quase três anos, e Valdir, um amigo da época de escola que porta certas condições especiais de fala, memorização e compreensão. Os quatro entram às 9h e largam o batente às 18h. Graças ao trabalho, Rui consegue sua autossuficiência, paga a pensão alimentícia da filha e o salário de seus funcionários. Contudo, os R\$ 3800,00 que o empreendimento lhe rende mensalmente se limitam a essas despesas, deixando sua previdência social e a dos funcionários fora do orçamento da cooperativa.

A insegurança por trabalhar com funcionários de forma irregular não é a única preocupação que o ferro-velho proporciona ao sucateiro. Tanto Rui quanto Edmundo tem posse de alvarás de funcionamento provisórios, por causa da dificuldade burocrática de se conseguir uma autorização definitiva da Prefeitura. “Eles te fazem passar um tempão para tirar o protocolo e depois para conseguir o alvará provisório. O definitivo eles não liberam, não”, reclama Edmundo.

Por ter comprado ferros de uma janela retorcida, Rui foi acusado de roubo e quase teve problemas com a polícia. Mal passada meia hora que havia feito a negociação do metal, retornavam os dois meninos que lhe venderam a janela acompanhados por policiais. “Foi uma confusão, mas graças a Deus a delegada percebeu que eu não tinha nada a ver com a história. Agora tomo cuidado redobrado pra comprar qualquer coisa”, diz aliviado o sucateiro.

Edmundo alerta que a compra de determinados materiais podem trazer problemas para o dono do ferro-velho. “Eu não compro material escolar com aquele selo que proíbe a venda, nem ferramentas, porque normalmente são de alguma firma”, relata.

NO MEIO DO CAMINHO

Além dos sucateiros, outro tipo de intermediário que ocupa a cadeia da reciclagem é o aparista, um empresário que acumula grandes volumes de papel branco (como a folha sulfite), papelão ondulado e papel misto (classificação genérica que inclui papéis de revista, panfletos de propaganda, livros, encartes) para comercialização direta com a indústria.

Apesar de ocuparem a mesma posição na cadeia da reciclagem, os catadores se relacionam de formas diferentes com sucateiros e aparistas. Enquanto o catador vende sua coleta diretamente para o dono do ferro-velho, a comercialização com aparistas ocorre através de um funcionário que trabalha seguindo uma tabela de preços preestabelecidos, o que na prática exclui a possibilidade de negociação de preço.

O aparista acumula uma série de condições favoráveis para que possa oferecer um melhor negócio para a indústria em comparação

às cooperativas de reciclagem, como uma sólida infraestrutura logística, ou capital de giro que o permita aguardar mais de um mês pelo pagamento de uma entrega.

Apara, por definição, é a sobra do papel cortado, como as rebarbas do corte de revistas em uma gráfica, por exemplo. Contudo, os aparistas trabalham com papéis em geral, como revistas, caixas de papelão e até santinhos de políticos. Dentro do mercado de recicláveis, as vendas de papel e papelão representam juntos 45,9% de todo o material que se recebe pela coleta seletiva. No mês de setembro, por exemplo, o papel branco podia ser comercializado por até R\$ 0,53 (preço do quilo prensado e limpo). Já o papelão, e os papéis mistos tem preço mais baixo, R\$ 0,30, mas sua grande oferta e utilização comercial garantem o interesse dos recicladores.

José Carlos Costa trabalha no ramo de aparas há 20 anos, os dez mais recentes à frente da empresa Comércio de Aparas Liberdade. Ele é o presidente do recém-criado Sindicato Patronal das Empresas de Aparas de Papel e Papelão de São Paulo (Sinapesp), entidade ligada à Associação Nacional dos Aparistas (Anap) instituição que tem como uma de suas conselheiras, sua esposa, Ivone Delacroide Costa.

De acordo com eles, a proposta do sindicato patronal, que reúne mais de cinquenta empresários, é acumular representatividade e força política para defender os interesses de todos os envolvidos na cadeia da reciclagem de papel, dos catadores aos empresários, e terem maior chance de serem ouvidos pelos legisladores da cidade. Os aparistas acreditam, inclusive, que a fundação do sindicato está servindo para aproximá-los dos catadores. A criação do Sinapesp ocorreu no dia 01 de junho

de 2012, em uma solenidade na Câmara Municipal que também celebrou a instituição do dia do Aparista, a ser comemorado em 11 de Junho.

Das principais dificuldades de se trabalhar como aparista, José e Ivone são unânimes em indicar a tributação. O casal lamenta que precise recolher impostos tanto na compra do material quanto em sua revenda, o que onera suas negociações em cerca de quatro por cento a cada nova negociação. Para José, essa situação encarece o produto reciclado e desestimula a reciclagem.

Uma grande vantagem competitiva para os aparistas é a lei municipal que exige que os grandes geradores contratem uma empresa autorizada pela Prefeitura para gerenciar seus resíduos. Assim, os 68 empreendimentos listados pela Amlurb deixam de competir com as cooperativas, centrais de triagem e catadores avulsos, sendo os únicos com o direito de coletar os resíduos de todos os grandes produtores da cidade de São Paulo.

Alguns dos grandes geradores, como por exemplo os bancos, possuem material sigiloso e não podem delegá-lo a um catador, pois este não terá como registrar a doação ou oferecer qualquer segurança legal para o doador. Vendendo seu material para um aparista, o grande gerador recebe uma nota referendando as responsabilidades da empresa sobre aquelas informações, além de poder contar com o dinheiro obtido na negociação.

A vantagem financeira também se reflete na capacidade logística das empresas. “Uma fábrica de médio porte tem uma média de produção de 400 a 500 toneladas por dia e precisa de fornecedores que atendam às suas necessidades. Uma cooperativa em boas condições está muito longe desse índice com sua produção girando em torno de 10 toneladas por dia”, calcula o aparista que

produz cerca de 1100 toneladas mensais, com uma média de 50 toneladas diárias.

Para conseguir manter essa produção, a frota da Aparas Liberdade é composta por seis veículos, dois deles capazes de carregar caçambas basculantes, das quais a empresa possui 20 unidades, estrutura impensada até mesmo para algumas cooperativas conveniadas com a Prefeitura.

Ivone compreende as críticas sobre o preço que os aparistas pagam a seus fornecedores, mas observa que, sobretudo no final do ano quando o mercado passa por uma estagnação esperada e as indústrias entram em férias coletivas, o preço regularmente cai. Os reflexos da falta dessa demanda são sofridos em todos os níveis da cadeia. “Até o mercado se reaquecer, geralmente após o Carnaval, os valores para negociação dos materiais costumam ser mais baixos que no restante do ano”, justifica a empresária.

Márcio Magera, em seu livro “Os Empresários do Lixo”, explica que essa instabilidade do preço dos materiais é especialmente prejudicial ao catador, que não possui capital de giro como o aparista e que não pode esperar pelo melhor momento para voltar a negociar. Nesse sentido, Magera explica que, enquanto o aparista aguarda a virada de preço, o catador precisa vender seu material para conseguir fechar as contas do mês, o que o leva a aceitar preços abaixo do valor de mercado.



O TOPO DA CADEIA

O Ministério do Meio Ambiente estima que um terço dos resíduos domiciliares seja composto por embalagens. Trazendo esta proporção para a cidade de São Paulo, que produz 11 mil toneladas diárias de resíduo domiciliar, pode-se calcular que 3,6 mil toneladas de embalagens sejam descartadas para os serviços de coleta. De acordo com os dados da Associação Brasileira de Embalagens (Abre), este mercado é composto, de forma geral, por cinco materiais distintos: Papel e Papelão (33,2%), Plástico (29,7%), Metal (26,6%), Vidro (8,2%) e Madeira (1,8%).

O designer especialista em embalagens José Luís de Paula Jr. considera que as campanhas de redução de consumo tem seu trabalho dificultado significativamente por causa dos estudos do design e do comportamento do consumidor. José considera a lógica de sedução das embalagens muito bem desenvolvida, trabalhando com aspectos emocionais (percepção, sensações) e racionais (formas de pagamento, necessidade).

Segundo o especialista, a preocupação ambiental das empresas depende de como elas investem em seus produtos e nos nichos que pretendem atingir. “Marcas que usam o seu preço como ferramenta de convencimento geralmente são as menos preocupadas com o impacto ambiental de sua linha produtos. Para conseguir um preço competitivo, produtos e embalagens são comercializados sem preocupação com pesquisa ou com o tratamento dos resíduos que geram”, define.

José Luís avalia que este posicionamento empresarial, chamado de popular, tende a deixar de funcionar com a ascensão financeira de seus consumidores, que passam a procurar produtos de melhor qualidade. O designer observa que, como os produtos de linha popular são produzidos com baixo custo, sua comercialização ocorre em larga escala, atendendo a demanda de um público que, de forma geral, não está conscientizado ambientalmente. “A preocupação ambiental só vai valer como vantagem competitiva em um mercado mais exigente, em um nicho classificado como semi-premium”, destaca José Luís.

O volume das embalagens de determinados produtos poderia ser reduzido sem comprometer seu conteúdo desde que o produto fosse vendido de forma concentrada, segundo o especialista. “O melhor xampu do mercado traz 94% de água na embalagem de 500 ml. Ele poderia ser vendido em uma embalagem de 100 ml, com conteúdo concentrado”, critica. José Luís ressalta que a cultura do consumo em embalagens volumosas precisa ser questionada para que a venda de produtos mais concentrados tenha sucesso.

A INDÚSTRIA E OS CATADORES

A indústria é quem define as regras do mercado dos materiais recicláveis. Determina o preço e o volume de negociações conforme rege suas próprias atividades. Como exemplo deste efeito, a crise das hipotecas dos Estados Unidos, originada em 2008, desacelerou a economia de todo o mundo e estagnou suas indústrias. O Movimento Nacional dos Catadores estima que, como reflexo deste momento de instabilidade, a renda dos catadores caiu 62%. O catador Carlão Reis acompanhou o rendimento de

algumas cooperativas na época e descreve que “a crise que atingiu todos os materiais e fez com que muitos grupos se desfizessem”. “Só ficou quem era catador mesmo e vivia exclusivamente da reciclagem, quem a tinha como profissão”, diz Carlão.

A indústria do papel e da celulose é de extrema relevância para se pensar a política de resíduos sólidos na cidade de São Paulo. Os materiais desta indústria representam quase metade do que se resgata por meio da coleta seletiva do país (45,6% segundo a pesquisa Ciclossoft 2012, realizada pela Cempre), e as férias coletivas do final de ano das usinas são precisas ser consideradas nos planejamentos e expectativas de todo o restante da cadeia.

José Francisco Cavaletti trabalhou por 35 anos no setor da indústria de papel, aposentou-se, mas continua gerenciando alguns projetos na área. O industrial foi um dos responsáveis pela criação do primeiro papel reciclável do país.

“Um primeiro projeto chegou a ser apresentado como inovação na conferência ambiental Rio 92, mas o papel produzido não tinha possuía qualidade industrial”, recorda-se Cavaletti. O papel já era produzido em laboratório quando decidiram usar material proveniente de cooperativas de reciclagem. “No ano 2000, quando foi lançada a máquina de produção de papel reciclado, a única cooperativa capaz de oferecer suporte ao projeto era a Coopamare”, destaca o industrial. Hoje, o projeto incorpora 100 cooperativas localizadas na Capital, em Campinas, em Sorocaba, em São José dos Campos e em cidades do ABC.

Por uma proposta de cunho social, filantrópico ou de marketing, a empresa decidiu utilizar apenas o material comprado das cooperativas em valor de mercado, desenvolvendo o projeto a partir de uma produção modesta para os padrões da indústria.

“Apesar de 60% da produção das cooperativas parceiras do projeto ser constituída de material fibroso (como papelão, aparas brancas, longa-vida, misto e jornal), a triagem é realizada pelos catadores manualmente, o que torna sua produção menos eficiente que a industrial”, explica.

Para um projeto de maior escala, Cavaletti afirma que seria mais conveniente trabalhar com aparistas que possuem uma boa oferta de material e podem aguardar o pagamento por mais de um mês após a entrega do pedido. “As cooperativas vendem de manhã para comer à noite e não têm condições de esperar pelo pagamento”, declara o industrial.

RECICLADO?

Atualmente produção de papel reciclado é polêmica. O aparista José Carlos denuncia que há empresas que adicionam papelão à produção de papel oriundo de celulose virgem para que o produto ganhe o tom pardo característico e adquira maior valor de venda.

Cavaletti, que também é membro da Associação Brasileira de Normas Técnicas, ABNT, acredita que se trata de uma confusão de definições. Quando o projeto de reciclagem de papel foi montado no país, segundo ele, não havia distinção entre papel pré-consumo e papel pós-consumo. As aparas pré-consumo são sobras de papel que restam das gráficas ou do próprio processo de industrialização e que não chegaram ao consumidor final, diferente do caso das aparas pós-consumo, geralmente obtidas por meio da coleta seletiva.

Como não existia uma normatização até três anos atrás, a ABNT trouxe esses conceitos de fora do país e passou a regulamentar a

produção de papel reciclado. Os parâmetros internacionais orientaram a produção brasileira, que passou a exigir o mínimo de 25% de aparas pós-consumo, 25% de aparas pré-consumo e até 50% de fibra virgem na composição do papel reciclado. Para Cavaletti, o uso de fibra virgem não deveria ser aceito, mas algumas empresas não possuem capacidade técnica para desenvolver papel reciclado de qualidade comercial com 100% de aparas.

Embora Cavaletti afirme que já exista tecnologia para desenvolver papel reciclado composto integralmente por material pós-consumo, o industrial faz a ressalva de que o investimento necessário para retirar os materiais contaminantes e proibitivos da linha de produção é muito alto.

Existe pouca chance de uma apara pré-consumo ser encontrada em uma cooperativa, já que a apara industrial não sai da fábrica, e as aparas geradas nas gráficas dificilmente chegarão às organizações de catadores. “A gráfica não vai doar refis das resmas de papel que custam R\$ 900,00 por tonelada”, observa o industrial.

Para evitar fraudes, o papel que entra no processo de reciclagem é auditado, através de visitas às cooperativas que participam do projeto, onde se checa sua procedência. Se houver material trazido de uma gráfica, ele passa a ser considerado material pré-consumo, “que é desinteressante para a indústria, que gera grande quantidade em sua produção”, ressalta Cavaletti.

Quanto à cor parda, também conhecida como “shade natural”, o industriário explica ela é utilizada por uma questão de identidade do material reciclado, embora ele já possa ser produzido com cor semelhante ao papel branco convencional. No entanto, o reciclado de cor branca é produzido em escala menor que a do papel pardo, o que encarece o seu preço.

LOGÍSTICA REVERSA

De acordo com a PNRS, Estado, empresas e cidadãos devem ser responsabilizados pela destinação de seus produtos, evitando seu descarte e buscando aumentar sua vida útil. A logística reversa é o processo pelo qual os materiais precisam passar para que sejam reinseridos na cadeia produtiva. Paulo Roberto Leite, em seu livro “Logística Reversa: Competitividade e Meio Ambiente”, de 2009, desenha esse processo através dos Canais de Distribuição Direta (CDD) e dos Canais de Distribuição Reversos (CDR).

Para o autor, os CDDs são responsáveis por transportar os produtos aos revendedores e são muito valorizados, pois levam os produtos das indústrias para os comerciantes e destes para o consumidor. Os CDDs são responsáveis pela logística convencional dos produtos.

Já os CDRs, segundo ele, podem ser divididos em duas categorias: pós-venda e pós-consumo. Os CDRs pós-venda são os leilões, o e-commerce, ou a venda de carros de segunda mão, já que os produtos comercializados não sofreram qualquer alteração quanto a sua formação original.

Por sua vez, os CDRs pós-consumo são, de acordo com Paulo Roberto, “as diferentes formas de processamento e venda dos produtos depois de utilizados, ou seus materiais constituintes, desde sua coleta até sua reintegração ao ciclo produtivo, como matéria prima secundária”. Desta forma, os catadores, as cooperativas, os ferros-velhos, os aparistas e a indústria recicladora compõem os Canais de Distribuição Reversa pós-consumo.

A proposta da logística reversa deve inserir consumidores, empresas e o Estado na lógica dos CDRs pós-consumo. Neste sentido, há um impasse sobre até onde vão as responsabilidades, sobretudo

financeiras, de cada um destes agentes. Para Cavaletti, “a ideia de gestão integrada é maravilhosa, mas não há como se tornar real sem uma coleta seletiva eficiente”. Pensando nas dificuldades específicas da cidade de São Paulo, o industrial observa que “teremos menos de dois anos para sair de uma coleta que não atinge 4%, na perspectiva mais otimista, para atingir 100% até 2014”.

Roberta Saviolo, representante do setor de Sustentabilidade e Meio Ambiente da Abividro, acredita que a responsabilidade das empresas está em destinar corretamente o material que utiliza, assim que este lhe for devolvido. Assim como Cavaletti, ela acredita que a obrigação sobre a coleta é do município e que as empresas só podem fazer sua parte quando seu material retornar à fábrica.

O ex-secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente durante a elaboração da PNRS, Nabil Bonduki, percebe que ainda há uma discussão em nível federal sobre o tema. “De forma geral, o problema é que ninguém quer pagar a conta, mas empresas vão precisar apresentar as propostas para um acordo setorial até o fim deste ano”, adverte.

CATANDO CACOS

Se a indústria do papel é relevante para uma visão do mercado por sua grande influência na cadeia, a de vidro deve ser observada pela importância da reciclagem em seu desenvolvimento. O setor vidreiro foi o primeiro a apresentar sua proposta para um modelo nacional de reciclagem, atendendo a demanda da PNRS, na qual propõe a criação de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) para fazer a gestão autorreguladora

da indústria da reciclagem de embalagens. O vidro representa 9 % do total de materiais que compõem a coleta seletiva, e 2% de toda a coleta de resíduos domiciliares.

O especialista em embalagens José Luís de Paula é um entusiasta do uso de vidro, em especial para cosméticos, xampu e demais xampus e demais cosméticos. Apesar de ser escorregadio, o material é livre de disruptores endócrinos, substâncias químicas que interferem no sistema hormonal humano e que representam ameaças à saúde de pessoas com câncer, ou que possuem propensão à doença.

De acordo com a Abividro, o vidro é um material integralmente reciclável, e 85% das embalagens são usadas ao menos 30 vezes antes de serem destinadas à reciclagem. Por outro lado, não é biodegradável. Um copo de vidro descartado em um lixão permanecerá como chegou por tempo indeterminado.

Para Roberta Saviolo, a coleta seletiva de São Paulo é incapaz de atender a demanda do setor vidreiro, apesar dos programas de apoio que as indústrias do ramo oferecem para as cooperativas, como cursos para que os cooperados aprendam a beneficiar o material e eliminem a necessidade da venda ao atravessador; o oferecimento de caçambas e a garantia da compra do material triado pelos catadores.

A reciclagem de vidro é ambientalmente interessante por reduzir as emissões de CO² e minimizar a necessidade de nova extração da matéria prima. No processo de fabricação, o uso do caco de vidro reduz a temperatura de fusão dos materiais de 1600°C para 1200°C.

Outro fator relevante da reciclagem para o setor vidreiro é a preocupação com a falsificação. Roberta denuncia que 30% das

garrafas do mercado de bebidas quentes são vendidas para o mercado clandestino, inclusive por cooperativas, mas principalmente por bares e garrafeiros. “O preço pago pelos falsificadores por uma garrafa usada dentro da embalagem é quase oito vezes maior que o valor de mercado pago pelo caco de vidro limpo”, enfatiza Roberta. De acordo com uma pesquisa da Abividro realizada em 2011, a tonelada de garrafas vendida a um falsificador vale entre R\$1000,00 e R\$1700,00, cinco a oito vezes mais do que o preço da tonelada de vidro incolor encaminhado para a reciclagem.

Estima-se que o falsificador pague R\$5,00 por cada garrafa, valor que seria equivalente a uma hora de trabalho em uma cooperativa conveniada com a Prefeitura. Para que o catador continue transformando garrafas de bebidas destiladas em cacos durante as oito horas de sua jornada de trabalho, a indústria vidreira faz campanha contra a ilegalidade da venda de garrafas inteiras e as perigosas consequências para a saúde do consumidor do produto clandestino.

ta

THIAGO TEIXEIRA

“CAMINHAR É RESISTIR”

A grande bandeira do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) carregada pela delegação de 300 manifestantes durante a Marcha dos Povos contra a Rio +20 é um símbolo de resistência dos seus treze anos de luta. Os sotaques roucos de catadores das cinco regiões do país cantam palavras de ordem em defesa do reconhecimento de sua profissão e de causas sociais e ambientais que resgatam um momento parecido, ocorrido em Belo Horizonte. No dia 1º junho de 1999, a classe profissional se reunia na capital mineira para o 1º Encontro Nacional dos Catadores de Papel, evento no qual o MNCR começou a se organizar.

Dois anos depois, acontecia o 1º Congresso dos Catadores de Materiais Recicláveis do país, nos dias 4, 5 e 6 de junho de 2001, articulado pelas cooperativas Copamare, Cruma e Coopel, de São Paulo, Asmare, de Belo Horizonte, e a Federação dos Recicladores do Rio Grande do Sul, com apoio do Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua.

Neste evento se elaborou a Carta de Brasília, subscrita por 1600 catadores e outros 3000 manifestantes da Marcha Nacional da População de Rua, que apresentou um anteprojeto de Lei defendendo a regulamentação dos direitos da profissão de Catador de Materiais Recicláveis. O documento reivindicava políticas públicas que só viriam a ser atingidas com a provação da Política Nacional de Resíduos Sólidos de 2010.

Entre as pautas da carta, há reivindicações de uma de gestão integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), de erradicação dos lixões com apoio para as pessoas que vivem e trabalham nestes locais, de investimentos que permitam o desenvolvimento tecnológico dos empreendimentos dos catadores e de subsídios para a aquisição de balanças, prensas e maquinário por grupos destes trabalhadores.

Uma das conquistas do movimento de catadores foi o reconhecimento pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 2002, com a sua inclusão na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), definindo como catador de materiais recicláveis os trabalhadores que catam, triam ou enfardam sucatas de todos os tipos, organizados de forma autônoma ou em cooperativas, sem carteira assinada.

O ano de 2003 trouxe muitas conquistas para o movimento. Em janeiro, os catadores voltam a se reunir em Caxias do Sul para uma manifestação contra a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), feita por Bill Clinton. Os 800 catadores brasileiros, argentinos e uruguaios presentes também reivindicaram, por meio de um novo documento, o acesso à educação e a superação da fome por iniciativas que gerassem trabalho e renda.

Nesta segunda carta surge o pedido de revisão da legislação sobre cooperativas, em busca de facilitar a organização de catadores, e o pedido para que as prefeituras passem a contratar os catadores como prestadores de serviço. A manifestação teve duas novas edições em 2005, uma delas em São Leopoldo, no estado do Rio Grande do Sul, e outra em Bogotá, na Colômbia.

No mês de setembro deste mesmo ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decretou a criação do Comitê Interministerial de Inclusão dos Catadores, constituído por 11 Ministérios, empresas

públicas federais e o MNCR. O comitê foi incumbido de implementar o “Projeto Interministerial Lixo e Cidadania: Combate à Fome Associado à Inclusão de Catadores e à Erradicação de Lixões”, com a proposta de garantir condições dignas de vida e de trabalho à população catadora de lixo e de apoiar a gestão e destinação adequada de resíduos sólidos nos municípios.

No final de 2003 ocorreu o Encontro Nacional dos Catadores em São Paulo, na baixada do Glicério, onde surgiu a primeira cooperativa do país, e que hoje abriga a Cooperativa dos Catadores da Baixada do Glicério (Cooperglycério). Neste encontro, o catador Erick Soares, representante do MNCR em Pernambuco e liderança proeminente do movimento, fora escolhido para discursar ao presidente da República.

Um ano depois do evento, Erick foi vítima de um acidente vascular cerebral hemorrágico e faleceu. O movimento o homenageia permanentemente em seu site, e sua biografia aparece nas cartilhas de formação do MNCR ao lado de grandes nomes da resistência popular, como Sepé Tiaraju, Zumbi dos Palmares e Carlos Marighela.

O MNCR considera como datas históricas os dias 21, 22 e 23 de março de 2006. Nestes dias houve a Marcha dos 700 catadores, na qual se reuniram delegados de 23 estados para uma manifestação que culminou no encontro com o presidente da República e os ministros do Comitê Intersetorial de Inclusão Social dos Catadores.

As lideranças foram acompanhadas de catadores do Distrito Federal e de outros países sul-americanos, totalizando cerca de mil pessoas em marcha. O movimento reivindicava a criação de 40 mil novos postos de trabalho para a classe e acabou conquistando a aprovação de uma verba de R\$ 170 milhões para que esta demanda fosse alcançada. Como este saldo, as

cooperativas de catadores conseguiram crédito do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a compra de caminhões e maquinário.

Em 2007, a Política Nacional de Saneamento alterou a lei de licitações, permitindo que cooperativas possam ser contratadas pelos municípios para que desenvolvam a coleta seletiva. No final deste ano, o senador Paulo Paim (PT) elaborou um projeto de lei com a intenção de dar visibilidade aos catadores, regulamentando a profissão. O projeto tramitou por 3 anos pelo senado e foi aprovado em 2010 pela comissão de Assuntos Sociais. O MNCR divulgou nota pública de repúdio ao projeto de lei, que teria criado obstáculos burocráticos para a atividade. No início de 2012, a presidente Dilma Rousseff acatou a posição do movimento e vetou o projeto.

O movimento manteve a expansão de sua representatividade com eventos anuais como o Natal do Catador, e algumas manifestações regionais. Com seu crescimento, o MNCR realizou em 2010 a primeira edição do Expocatador, uma feira de negócios e projetos sociais apoiada pela fundação Avina e por órgãos do governo federal. O evento busca possibilitar novos negócios e disseminar tecnologias de gestão dos resíduos sólidos. Em sua próxima edição, a previsão é que a Expocatador deva receber visitantes de 14 países, entre catadores e representantes da indústria da reciclagem na América Latina e Caribe, Ásia e Europa.

Em junho deste ano, como já dito no começo do capítulo, o MNCR participou da Cúpula dos Povos, evento ocorrido em paralelo à Rio +20, organizado pela sociedade civil global. Os catadores ali reunidos se manifestavam contra a proposta de Economia Verde, defendida pela Organização das Nações Unidas (ONU)

durante o evento principal. A proposta é vista pelos catadores como uma “economia exploradora do ambiente e das pessoas, que mantém o mito do crescimento econômico infinito”, de acordo com posicionamento divulgado no site do movimento.

Durante o evento, a catadora Claudete Silva Ferreira, do MNCR-RJ, foi premiada com o Women’s Rio+20 Good Practice Award (Prêmio de Boas Práticas das Mulheres da RIO+20, em tradução livre), oferecido por ONGs europeias ligadas às causas das mulheres. Em seu discurso, Claudete declara “que o desenvolvimento sustentável não existe se não considerar quem trabalha na base”.

CATASAMPA

Cobra-se um alto valor por caminhões basculantes, capazes de carregar caçambas, o que faz com que as cooperativas não consigam comprá-los e que dependam de compradores capazes de buscar sua carga. Como a indústria só se mobiliza pela compra de grandes volumes, as organizações de catadores ficam sujeitas aos chamados “atravessadores”, que oferecem por seus produtos valores inferiores aos do mercado.

Para solucionar essa limitação, catadores de 15 cooperativas espalhadas pelo estado de São Paulo criaram a Rede Catasampa, em 2006. A iniciativa, que partiu dos próprios cooperados, faz com que não precisem mais vender seus materiais para os intermediários, permitindo que somem suas produções para atender os padrões de qualidade, quantidade e especificidade exigidos pela indústria.

A rede conseguiu parceiros ligados ao governo federal que realizaram a compra de caminhões, que buscam os materiais nas cooperativas e os transportam para os compradores. Os veículos

são de posse da rede, mas trabalham à disposição das cooperativas. O valor da venda é dividido conforme a contribuição de cada cooperativa para o total da carga comercializada.

AS BANDEIRAS DE LUTA DO MOVIMENTO

O MNCR defende em sua declaração de princípios e objetivos:

- A autogestão do movimento: forma de organização em que os catadores são donos de seu meio de produção, com garantia de voz e voto para todos. A tomada de decisões se dá por consenso ou pela maioria de votos, mas é reforçada a importância do debate;

- A ação direta popular, mobilizando os catadores para buscarem as transformações que desejam através de seu esforço, em defesa das causas do movimento, contra a privatização do saneamento básico e do lixo, e pela valorização da natureza e da profissão;

- A independência da classe, para que o MNCR se mantenha desvinculado de partidos políticos, governos e empresários, com a luta para a garantia do repasse financeiro pelo serviço prestado e pela cobrança das empresas privadas por serem as responsáveis pela geração dos resíduos;

- A busca por desenvolver o apoio mútuo entre os catadores e a solidariedade de classe com outros movimentos sociais, sindicatos e entidades brasileiras ou estrangeiras, afim de conquistar o direito à cidade.

A LUTA PAULISTANA

As lideranças do MNCR na cidade de São Paulo participam mensalmente das reuniões da Subcomissão de Recuperação de Resíduos

Sólidos da Câmara Municipal para discutirem com vereadores e representantes de órgãos da administração pública as possibilidades de implantação de novas centrais de triagem.

Os catadores cobram da prefeitura o uso da verba do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), aprovado por meio de um ofício do Ministério das Cidades. O diretor de Coleta Seletiva da Amlurb, Valdecir Papazissis, responde a estas reivindicações ao afirmar que a construção da central de triagem do distrito da Lapa está recebendo recursos do Governo Federal, mas que estes só podem custear até 25% dos projetos em que são utilizados.

Outra dificuldade para a aplicação dos recursos do PAC em São Paulo, de acordo com ele, é a escassez de áreas públicas adequadas para a construção das Centrais de Triagem. Os repasses do programa não podem ser investidos em áreas privadas, restringindo-os à oferta de terrenos compatíveis com os parâmetros do Plano Diretor Municipal, que regula o uso e desenvolvimento do espaço urbano.

MILITÂNCIA NO MOVIMENTO

Luzia Maria Honorato, articuladora do MNCR, acredita que as lideranças que administram e representam as cooperativas pelo Brasil estão realmente conscientizadas da importância da luta do movimento, mas que as bases só estão preocupadas com seu próprio bolso. Para a catadora, a despeito de serem realizadas várias capacitações, a rotatividade de catadores atrapalha o processo de formação. “Às vezes você acaba de propor uma capacitação e o camarada vai embora”, critica a catadora.

A maior dificuldade de mobilização do movimento, considera Luzia, é a postura das pessoas que começam a ter noção da importância da coleta seletiva, mas que não assumem a profissão como um compromisso. “Geralmente, este pessoal sai da cooperativa quando acontece o primeiro conflito”, queixa-se.

A representante do movimento defende “a importância do trabalho de coleta na vida de pessoas que atravessam dramas sociais, como o desemprego e o analfabetismo, que sofrem de transtorno psiquiátricos ou que precisam de apoio para sua reinserção na sociedade como os ex-presidiários”.

EM CASA ALHEIA

Luzia Maria Honorato acumula as funções de representante da Coopercoze, cooperativa localizada no distrito do Jaraguá, na zona

noroeste da cidade e de articuladora do movimento de catadores nesta região. Formada no antigo magistério, Luzia já administrou parques ecológicos e conselhos tutelares, trabalhou com alfabetização de jovens e adultos, mas escolheu trabalhar com reciclagem como meio de vida. “Eu demorei oito anos pressionando os outros catadores para que eles me reconhecessem, mas eles diziam que eu falava bem demais pra ser catadora”, comenta.

Tomar as rédeas da cooperativa e cumprir suas tarefas do movimento nacional tomam-lhe boa parte de seu dia. É difícil contatá-la, mesmo por telefone. Na data em que conseguimos agendar uma entrevista, Luzia estava às vésperas de uma viagem a Salvador (BA) para participar do Fórum Nacional da Educação Ambiental como representante dos catadores.

Luiza estava atrasada, como parece ser comum entre pessoas com muitos afazeres. Naquele dia, dois clientes ainda precisavam ter suas cargas recolhidas, o que quase cancelou nossa entrevista. Enquanto a catadora não chegava à Cooper cose, fui recebido pela secretária Fabiana, que me apresentou seu local de trabalho.

A cooperativa está instalada em uma sede provisória por aguardar a confirmação de um convênio com a Prefeitura que a permitiria voltar a fixar-se em um terreno no bairro Perus, distrito de origem da Cooper cose. “Desde os dois incêndios, em 2008, vivemos como ciganos”, descreve Fabiana que começou a trabalhar na cooperativa já em uma de suas hospedagens temporárias. Quatro anos após precisarem abandonar a sede, a situação que era provisória vem se perpetuando.

Mudar a localização de um estabelecimento comercial não é um processo simples, sobretudo, quando já se possui uma clientela constituída. Ir para um bairro conhecido como “Arábia” por

sua fama relacionada à violência urbana torna a situação ainda mais delicada.

Do bairro Perus, onde a Coopercoze foi fundada, para o City Jaraguá, onde atualmente se encontra, são 6 km. Foi o local encontrado pela Secretaria do Meio Ambiente para abrigar o grupo que forma a Coopercoze. A distância pode não ser considerada extensa, mas pesa no fechamento mensal dos gastos em combustível do caminhão. Gasto considerado a cada vez que Luzia volta ao bairro Perus para realizar a coleta porta-a-porta nos domicílios e fornecedores já fidelizados.

Ainda que bem cuidado, o novo espaço é limitado. Fabiana se queixa de que o galpão de triagem é menor que o necessário, e sofre com a “ameaça” do terreno ser transformado em uma área recreativa pela Prefeitura. A secretária apresenta o local em que está instalada a prensa, onde o “papel misto” é enfardado. “Esta área será dedicada à prática de capoeira aos domingos”, revela. A pintura recente das paredes confirma os novos planos que vão exigir uma reorganização de todo o espaço físico da cooperativa. Equipamentos e materiais ali armazenados precisarão espremer-se nas outras três salas do local para a prática do esporte pela comunidade local.

A implantação de projetos não residenciais que possam causar impacto para os moradores vizinhos é normatizada pela Lei de Zoneamento NR 3. Essa lei reúne a legislação para a caracterização de terrenos, definição de projetos e orientação para a sua aprovação.

Luzia já declarou sua oposição a “excessiva rigidez da norma”, que faz com que as áreas disponíveis da cidade sejam disputadas entre a especulação imobiliária e as secretarias de “um estado

fragmentado e deficitário”. “Essa condição não só restringe as possibilidades de criação de novas centrais de triagem, como ameaça as já existentes”, acrescenta.

Para o ex-secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente e candidato a vereador, Nabil Bonduki, a sociedade precisa rediscutir a NR3. “Precisamos decidir se preferimos fazer a coleta seletiva, e triar seus resíduos, ou garantir condições mais confortáveis para os nossos moradores”, expõe.

Segundo Nabil, os impactos causados pelas centrais em seu entorno são diretamente proporcionais à qualidade da coleta seletiva que realizam. “Se a cooperativa receber materiais secos e limpos, não haverá odor. Mas a coleta paulistana é muito ruim, é carregada de umidade que gera o mau cheiro e contamina os resíduos” avalia.

A lei de zoneamento foi elaborada, relembra Nabil, sem levar as necessidades das cooperativas em consideração. O ex-secretário avalia que será preciso que se rediscuta as regras da NR3, com a criação de medidas rígidas que minimizem o impacto causado pelo funcionamento das centrais de triagem em sua vizinhança. Trazendo menos consequências para seu entorno, as cooperativas poderiam ser implantadas em mais regiões da cidade.

ACÚMULO DE PREJUÍZOS

A limitação de espaço não causa perda de dinheiro apenas por restringir a capacidade de armazenamento de material. Se a prensa precisar ficar parada, trará prejuízo para a cooperativa. Como não tinha espaço para a instalação da prensa que possuía,

a Coopercoze era obrigada a pagar pela compactação feita por seus compradores, o que, segundo Fabiana, reduzia seu rendimento bruto em quase R\$ 2 mil. Para solucionar a situação, a Secretaria Municipal de Habitação forneceu à cooperativa uma prensa que, embora seja compatível com o espaço disponível, os cooperados reclamam que seja menos eficiente que a antiga.

Com o alto valor gasto com combustível para o caminhão e dificuldade com compradores, a renda dos dez cooperados da Coopercoze chega a cerca de R\$ 300 mensais. A área de coleta da Coopercoze abrange estabelecimentos nos distritos do Perus e Freguesia do Ó e alguns condomínios e domicílios do Butantã, que completam o recebimento de materiais provenientes de indústrias e do convênio com a empresa concessionária Loga.

Ao final da breve apresentação da secretária, o caminhão da cooperativa estava de volta com Luzia ao volante. Por problemas com os motoristas que a cooperativa havia contratado, ela mesma passou a dirigir o caminhão para realizar as coletas e deixar os funcionários em casa ao final da jornada de trabalho.

Feita a descarga do material, Luzia informa que ainda precisava visitar um fornecedor que considera muito fiel e que não poderia adiar a coleta já agendada. Seguimos então em busca de um bom carregamento de papelão em uma fábrica de ração dentro do Parque Anhanguera. Também nos acompanhava Seu Agostinho, um senhor negro gentil, mas de pouco falar. Embora já grisalho, é forte, plenamente apto para as rigorosas exigências físicas da profissão de catador que abraçara recentemente por estar desempregado.

LUTA CONTRA O LIXÃO

Em alguns minutos de viagem, chegamos ao bairro do Perus. Apontando para um dos cruzamentos da Av. Raimundo Pereira de Magalhães, Luzia indica o local onde começou a defender a causa ambiental. Ela fez parte do movimento “Lixão, mais um não! Esse filme nós já vimos”, que se opunha à instalação de um segundo aterro sanitário na região, e era composto por moradores do próprio bairro e do município vizinho de Caieiras. A proposta do novo aterro partiu da empresa Ecolar, pertencente ao grupo Vega, o mesmo que controla a concessionária Loga.

O aterro seria construído em uma área próxima a um terreno da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), que na época havia sido ocupado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Preocupados com a possível contaminação de sua produção agrícola, os assentados se uniram ao movimento que Luzia participava, reforçando a pressão política sobre a causa.

Iniciadas em janeiro de 2001, as reuniões do grupo culminaram em um protesto, no dia 15 de maio daquele ano, que bloqueou principais entradas do bairro desde as 4h da manhã, liberando-as somente no dia seguinte.

Sorridente, Luzia descreve sua participação no movimento como “uma experiência muito gostosa, em que professores, diretores de escola, comerciantes, lideranças políticas e comunitárias compareciam toda semana para acompanhar a discussão”. Tanto empenho deu resultado para o distrito de Perus, e o pedido da empresa Ecolar foi rejeitado pelo então Secretário do Estado do Meio Ambiente, Roberto Tripoli. Por meio desta luta, a Coopercoose conseguiu um galpão no aterro Bandeirantes, cedido pela prefeitura

em 2003, bem como a aquisição de uma prensa e uma balança. Anos mais tarde, o município de Caieiras tentaria conter um novo projeto de aterro, elaborado pela empresa Essencis (também pertencente ao grupo Vega), mas não teria o mesmo sucesso.

PRA ONDE VÃO AS CENTRAIS?

Transcorridos doze anos desde o início das lutas pelas centrais de triagem conveniadas com a Prefeitura, Luzia deixa transparecer um certo desapontamento ao falar do apoio recebido pela administração pública paulistana. “Dizia-se que, ao serem feitas as centrais, ganharíamos mais ou menos R\$1200,00. Mas a Marta saiu, entrou o Serra; o Serra saiu, entrou o Kassab e nada de providências. Faltou interesse político para se investir na coleta seletiva da cidade”, reclama.

Apesar do desapontamento, a luta pelas centrais de triagem passou a ser ainda mais ousada ao passo da necessidade. A proposta do MNCR era instalar uma central de triagem em cada uma das 31 Subprefeituras, mas Luzia acredita que esse número ainda seja insuficiente. “A nossa proposta é que, se tivermos uma central em cada um dos 96 distritos, poderemos dar conta de 25% de todo o material reciclável descartado na cidade”, calcula a catadora.

A visão de Nabil Bonduki, que também é professor de planejamento urbano da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, acompanha a preocupação de Luzia, mas faz ressalvas quanto ao critério da instalação que lhe parece excessivamente matemático. “Pode ser que não haja a possibilidade de construirmos uma cooperativa em alguns distritos, mas em outros talvez possamos ter

duas ou mais centrais”, justifica. Ele considera o número coerente, porém afirma que ainda seria insuficiente para zerar a oferta de recicláveis. Nabil estima que cada cooperativa precisaria processar 45 toneladas por dia, capacidade equivalente à produzida por um aparista.

O urbanista considera ideal que cada bairro tenha uma central para que o resíduo circule o mínimo possível dentro da cidade. Pensando em soluções capilarizadas, Nabil especula um cenário em que os próprios condomínios poderiam triar seu material. “Mas isso só seria possível com uma coleta seletiva extremamente eficiente”, declara.

OS INCÊNDIOS DA COOPERCLOSE

Apesar de sentir falta da ajuda da Prefeitura, a Cooperclose recebeu apoio de instituições como o Projeto Brasil Canadá, a CARE Brasil, os Fóruns da Cidade e o centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, que fizeram doações como um caminhão e uma fragmentadora de papel que tiveram reflexo direto no rendimento mensal dos catadores.

“Começamos a ganhar mais, saímos de R\$200,00 e fomos subindo até R\$500,00. Quando estávamos chegando a R\$ 600,00 tocaram fogo na cooperativa” resume Luzia.

Olhando para a estrada num ponto distante, a catadora inicia o relato com um humor defensivo: “Aí tocaram fogo mesmo e não sobrou muita coisa”. Ao final da frase, segue uma contrastante gargalhada. É quase incômoda de tão inadequada ao relato, mas parece um esforço para não retornar ao sofrimento do prédio derrubado pelas chamas.

A cooperada é tão enfática quanto indignada: “O laudo técnico da perícia diagnosticou que este primeiro incêndio foi criminoso. O incêndio começou justamente na área onde estavam armazenados os materiais, que ficava longe da entrada da cooperativa. Não poderia ser um acidente, alguém foi lá na porta da cooperativa e acendeu o fósforo”. As frases seguem uma sequência lógica, mas são descontinuas. Luzia é eloquente, tem domínio da forma padrão da língua, mas ainda parece difícil concatenar aqueles acontecimentos. Apesar da tristeza do relato, Luzia se mantém sorrindo.

A catadora tem a certeza de que houve dolo na causa do incêndio, mas não sabe definir um culpado, já que não havia nem mesmo ameaças. Ao menos não a princípio. Luzia chegou a considerar a hipótese de um acidente causado “por um cooperado alcoolizado, ou drogado”, mas as suspeitas foram negadas após o resultado das perícias.

Luzia declara que sempre foi crítica à Prefeitura, sobretudo contra a última gestão. A Cooperco se buscava uma parceria com o governo municipal, mas naquela época havia a dificuldade de negociação e a água e a energia da cooperativa foram cortadas, o que foi visto pela cooperada como uma represália. Os protestos da Cooperco se mantiveram e alguns infortúnios ocorreram, como prensa, fragmentador de papel e empilhadeiras que pararam de funcionar, além do roubo de uma Kombi.

Luzia ainda assim mantinha a proposta de conveniar a Cooperco à Prefeitura, mas recebia negativas por não possuir os documentos necessários. Como já havia recebido doações do governo federal, a cooperada questionava a resposta ao considerar que o primeiro incêndio, em setembro de 2008, fora uma tentativa de silenciá-la.

O incêndio danificou as máquinas da cooperativa, que apesar do prejuízo, mantiveram-se funcionando. Em dezembro daquele ano, o banheiro feminino da cooperativa foi incendiado. No local estava armazenado um estoque de luvas de borracha e alguns documentos dos catadores. “Mas ainda assim a gente não quis ir embora. Pegamos umas tendas e continuamos trabalhando debaixo das lonas”, Luzia declara com o sorriso já dando lugar a uma expressão menos controlada. Persistiriam enquanto houvesse um banheiro e uma cozinha, mas em março de 2009 um terceiro incêndio eliminou as chances de se manterem no local.

A placidez de Luzia sofre um breve lapso quando replica a denúncia de um conhecido que afirmou ter visto um carro parado em frente a cooperativa no dia do terceiro incêndio. “O que você acha que alguém num carrão prata ia querer na frente da cooperativa? Só podem ter sido eles”, conclui Luzia conjecturando sobre os possíveis culpados.

Após o último incêndio, a Coopercoze passou a se hospedar em outras cooperativas, trabalhando de forma independente. Começaram a via-crúcis na Coopercicla, em Taipas, e, em seguida, migraram para a Cooperação, na Lapa. Após curta estadia, a Cooperação foi transferida de local pela Prefeitura e o novo lar não comportaria os dois grupos. A Cooperativa Vira-lata, no Butantã, passou a dividir o endereço com a Coopercoze.

A parceria foi encerrada por divergências entre Luzia e Seu Domingos, então os dois presidentes das cooperativas. A Coopercoze e seus 10 anos de história foram convidados a trabalhar com conscientização ambiental no bairro City Jaraguá. “É complicado, porque foram tantos anos de luta para que tivéssemos

autonomia e agora estamos emperrados com esse programa de assistência social para cooperativas”, lamenta a orgulhosa líder.

Apesar da situação incômoda, Luzia não perde as esperanças de retomar o desenvolvimento que havia alcançado antes dos incêndios. As suposições se mantêm, com o lamento e a indignação. Mas com a serenidade, a catadora define a situação de forma otimista: “não é a primeira vez que nós ressurgimos das cinzas e no momento estamos funcionando bem.”

OUTRAS FORMAS DE COOPERAR

A cada segundo sábado do mês, o catador e presidente da Associação Coreji, Pedro Henrique Mesquita, organiza o Cine-Pipoca. O evento reúne os moradores no desembocar das fronteiras dos jardins Itapema e Ipanema, Favelinha do Escorpião e algumas outras comunidades do distrito Aricanduva, na zona leste de São Paulo.

A estrutura é simples, requer uma lona para cobrir um outdoor, uma mesa que apoie o retroprojektor e a colaboração dos céus para que não chova. As cadeiras são ocupadas por quem chega primeiro e o chão de barro assenta quem se atrasou. A sessão busca atrair sobretudo a população infantil, embora os adultos também compareçam.

A aparelhagem é do Ministério Resgate da Igreja Assembleia de Deus, que cede espaço de seu galpão quando há chuva, e os equipamentos são montados pelo Pastor Robertinho. Pedro é responsável por convocar os moradores e fazer a pipoca, servida gratuitamente aos espectadores.

Durante a exibição da superprodução Os Vingadores, Pedro fica atento para saber se não há alguém atrapalhando o andamento do

filme e quase não olha para a tela. Com a mesma atenção, Pedro vigia dos arredores da Associação Coreji, certificando-se de que não há qualquer vizinho se desfazendo de algum material por ali. Quando consegue um flagrante, constrange o infrator de maneira ríspida e mantém o local limpo.

SURGIMENTO DA ASSOCIAÇÃO COREJI

No ano 2000, Pedro mudou-se para o Jardim Itapema com sua então esposa Nanci Darcolete Nazareth e suas duas filhas. Quando foi para o bairro, Pedro encontrou um brejo e outros 40 catadores reunidos em um terreno da AES Eletropaulo. Juntos, limparam o local e montaram uma associação, com o auxílio do Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste, e da Associação Saúde da Família (ASF).

Apesar do apoio, a proposta de organização não foi bem vista pelos demais catadores da região, e Pedro, que originalmente gostaria de montar uma cooperativa, acabou tendo que registrar o grupo de dez catadores como uma associação, forma de organização cujas regras são mais flexíveis. Na época, a criação de cooperativas precisava cumprir as exigências das leis 5.764/71, e 10.406/02 do Código Civil, em que uma das regulamentações, por exemplo, é a adesão de pelo menos vinte sócios, que não poderia ser atendida.

Na época, Pedro e Nanci começavam a vender PET e ferro com outros catadores para conseguir um maior volume para sua comercialização. Em 2003, terminaram de cercar a área onde guardavam seus materiais. De acordo com Pedro, os catadores saíam com seus carrinhos à noite, por volta das 19h30, e retornavam às 22h30. De manhã, limpavam o material coletado e o vendiam assim que atingissem o volume mínimo necessário.

Depois da construção da cerca e da melhor organização, a estrutura passou a influenciar o funcionamento da associação. Cada catador pesava o material que havia coletado durante a noite e anotava em uma comanda individual ou familiar.

A Associação Coreji vinha andando bem ao ritmo de seus passos próprios, quando a crise econômica do primeiro trimestre de 2003 atingiu o país. O dólar havia se valorizado com relação ao real, causando instabilidade econômica no país que passou a enfrentar a insegurança do mercado externo quanto à eleição do petista Luiz Inácio Lula da Silva. A crise fez o preço do quilo do ferro pago aos catadores despencar de R\$ 0,20 para até R\$ 0,03.

Segundo Pedro, quando aumentaram as dificuldades da crise, alguns catadores abandonaram a organização. A Coreji resistia à perda de associados, mas precisou suspender suas atividades em 2006, com a crise de um de seus principais compradores. O casamento de Nanci e Pedro sucumbe neste mesmo ano.

Apesar de não mais organizada sob a forma de uma associação, Pedro e mais três catadores continuaram trabalhando de forma conjunta e, após quatro anos de estagnação, enfrentam agora os reflexos da crise imobiliária dos EUA. Com ápice em 2008, a instabilidade estadunidense gerou ainda mais turbulência para o mercado da reciclagem, que desacelerou as indústrias e derrubou o preço de todos os produtos.

UM NOVO PLANO

Quando a economia volta a dar sinais de estabilidade, em 2009, Nanci e Pedro fazem as pazes e ela retorna para a o jardim Itapema, já casada com o catador Carlão Reis. A área da Coreji passa a ser

dividida e Nanci funda a CooperFiladélfia na sua metade do terreno. Aos poucos, a cooperativa da ex-esposa de Pedro começa a crescer, e a alugar o terreno cedido pela Associação Coreji.

Atualmente, o catador tem se voltado para a comunidade e deixou de catar materiais recicláveis para cuidar de projetos sociais da Associação. Apesar de ter começado a trabalhar com reciclagem aos 12 anos, “coletando garrafas PET com as mãos nos córregos de São Matheus”, não é a primeira vez que o catador abandona a profissão.

“Já fui mecânico, funileiro, cobrador de ônibus e até descambe para o mundo”. É dessa forma que Pedro se refere ao período da adolescência em que entrou para a criminalidade, assaltando supermercados e consumindo drogas. Nessa época, ainda em São Matheus, fazia bicos como segurança de bailes. “Eu andava com uma pizza desenhada na calça para parecer malandrão”, comenta.

No último dia que iria exercer a profissão de segurança, Pedro teve uma epifania. “Eu vi um crente com a bíblia debaixo do braço e passei para o outro lado da rua. Ela foi pro meu lado e, sem nunca ter me visto, disse que Deus tinha um plano pra mim”, recorda-se. O catador confessa que a declaração o fez desistir de ir ao trabalho, por ter sentido que aquele era o dia de sua “sentença”.

“Fiquei sabendo depois que houve um tiroteio no baile e que a coisa tinha sido feia”, diz o catador ao agradecer por ter tomado a decisão a tempo. Pedro afirma que o evento inesperado o fez desistir da criminalidade e o aproximou da Igreja.

Sobre o trabalho que realiza na associação atualmente, Pedro vê os meninos de seu bairro passarem por situações semelhantes às que enfrentou quando jovem. Apesar de constantemente

repreendê-los, o catador declara que “se tivesse condições, iria investir nesses meninos, já que o governo não faz nada”.

Apesar de seu envolvimento com a comunidade, Pedro afirma não gostar de política. Mesmo o movimento de sua categoria não o encanta. “Movimento é o cara vir me ajudar a puxar o carrinho pesado no pé da ladeira, não é ficar viajando pra Brasília”, reclama.

O catador organiza o treino de futebol de cerca de 30 meninos de até 12 anos da comunidade, como forma de proporcionar uma alternativa à criminalidade. Sua maior ambição é “construir um campinho de futebol na área de várzea próxima a Associação, para não ter que ir até a comunidade vizinha para realizar os treinos”, revela.

A CATADORA MAIS ANTIGA DO BRASIL

Tereza Felipe Costa, 73 anos, é conhecida como a catadora mais antiga do Brasil. A sorridente senhora é a fundadora da Casa de Acolhida Magnália Dei, – que significa “Maravilha de Deus” – no bairro Itaim Paulista, zona leste de São Paulo. Mineira da cidade de Claraval, ela chegou adolescente ao estado de São Paulo, em 1956, quando foi adotada por um casal ribeirão-pretano.

No final da década de 50, Tereza se casou com Vitor e mudaram-se para a capital paulista. O casal morou nas ruas por três anos e, às custas de bicos e da coleta de materiais recicláveis, guardou dinheiro em uma caderneta de poupança com o sonho de comprarem uma casa própria. Nessa época, a catadora participava dos movimentos de moradia e cuidava dos filhos das mulheres que trabalhavam nos lixões.

Nos anos 60, Tereza comprou uma casa, no bairro Itaim Paulista, que passou a servir de abrigo para as os filhos de suas colegas de trabalho. Apesar de precisarem andar muito para buscar seus filhos, as mães preferiam deixar seus filhos com a catadora, pois as crianças deixavam de se expor à insalubridade do lixão. “Eu sou a primeira moradora daqui, cheguei em 1962, quando ainda era um brejo danado”, relata. Terezinha, como é conhecida, conta que limpou o mato do local junto com seu marido que faleceu há 10 anos.

Como o passar do tempo, “as catadoras do lixão foram seguindo seus caminhos, mas os filhos foram ficando”. É assim que Tereza

explica os 45 filhos que possui: dois deles biológicos, embora não considere válida esta distinção, já que todos possuem meu sobrenome, e “foram cuidados da mesma forma”, reitera.

Terezinha tem orgulho de sua biografia, diz que “uma história bem vivida igual a essa, vai ser difícil de achar”, mas considera a Magnália Dei uma família grande, “com uma mãe comum, igual a qualquer outra”.

Para cuidar de tantos abrigados, a catadora precisou criar uma associação a partir do 25º membro, seguindo a recomendação de assistente social, que a cada retorno encontrava um novo morador aos seus cuidados.

Para assegurar que tantos protegidos teriam o de comer, Terezinha acompanhava o fechamento do mercado de frutas e verduras para não deixar que a comida chegasse ao lixo. Das 22h às 4 horas permanecia no local e, contando com o apoio de vizinhos, garantia o sustento de seus filhos. Tereza também conseguiu garantir estudos para os seus filhos e muitos deles já adultos seguiram profissões como contabilidade e direito.

Como são muitos filhos, é difícil que todos se reúnam, a não ser que Terezinha resolva fazer um “chamado especial”. A catadora gosta de acompanhar o crescimento de seus netos e declara sorrindo: “o que não acaba neste mundo é reciclagem e criança, né?”

O otimismo de Terezinha não vem sem crítica. Ela não acredita que o modelo atual de reciclagem seja suficiente, ressalta a falta de apoio da população e destaca que “mesmo alguns cooperados precisam ter maior consciência, por que não realizam a triagem de forma adequada e fazem com que cooperativas percam recursos”.

ORGANIZAÇÃO ALTERNATIVA

Quando trabalhou na baixada do Glicério, Terezinha conheceu a forma de organização dos catadores autônomos que ali se reúnem. De frente ao ecoponto do local está localizada a Kamari, o espaço público é cedido a cerca de 80 catadores independentes que coletam, triam, armazenam e vendem o material reciclado.

Terezinha conta que é comum que estes trabalhadores aluguem cortiços próximos ao Glicério, pagando até R\$ 300,00 mensais. “Eles passam os dias úteis nos cortiços e voltam para casa nos finais de semana, nos bairros da periferia, evitando o gasto com conduções”, explica. Ela também observa que mesmo vendendo materiais para os ferros-velhos da região, o trabalho do catador avulso rende mais que o dos cooperados, pois ele só põe em sua carroça o que sabe que vai vender por um preço maior.

Tereza explica que, por causa de seu baixo valor de revenda, os carroceiros evitam coletar vidro. Ela, contrariando esta lógica, trabalhava especificamente com este material. “Eu não aguentava puxar carroça, então saía atrás de vidro. Os outros catadores me doavam o vidro que coletavam, o que me permitia fazer um grande volume” explica a catadora que também trabalhava com caixas para bebidas longa vida.

A coleta de vidro possui algumas restrições importantes. Por ser um material cortante, exige atenção redobrada e, de acordo com Terezinha, um catador alcoólatra corre sérios riscos, “pois há sempre um restinho de bebida nas garrafas”.

PELOS SERVIÇOS QUE PRESTAM

Na visão de Terezinha, os catadores deveriam ser pagos por serviço

prestado. Como exemplo, sustenta que após a passagem dos catadores, o caminhão da Prefeitura só precisaria coletar os resíduos orgânicos, barateando o processo. Para ela, a diferença deveria ser paga aos catadores como compensação pela economia que oferecem ao governo municipal. A catadora mantém em sua sugestão que, além de receber pela coleta, os catadores continuem a comercializar os materiais.

Nabil Bonduki considera a reivindicação de pagamento por serviço prestado para o catador uma medida “evidentemente necessária”. Ele argumenta que os catadores só colem materiais que possuem melhor valor econômico, pois são pagos apenas por aquilo que conseguem vender. Para o ex-secretário, este é o motivo pelo qual o restante dos materiais vira rejeito nas centrais de triagem. Por fim, indaga Nabil, “se as empresas de coleta ganham pela tonelada coletada, por que os catadores não recebem da mesma forma?”

Mesmo defendendo políticas de apoio à categoria dos catadores, Terezinha é enfática: “as cooperativas não são a solução para a coleta seletiva no país”. A catadora considera as cooperativas centralizadoras e acredita que esta forma de organização tende a ceder poder para alguém mais instruído. “O que é diferente do sistema na Kamari, onde o trabalho era individual, mas com muita solidariedade”, declara.

Apesar da convicção, Terezinha pondera que “as cooperativas são alternativas importantes para a coleta seletiva e para os catadores, contanto que suas decisões sejam tomadas em assembleia”. “A solução deve ser pensada como uma família, de forma coletiva e solidária”, defende.

MAGNÁLIA DEI

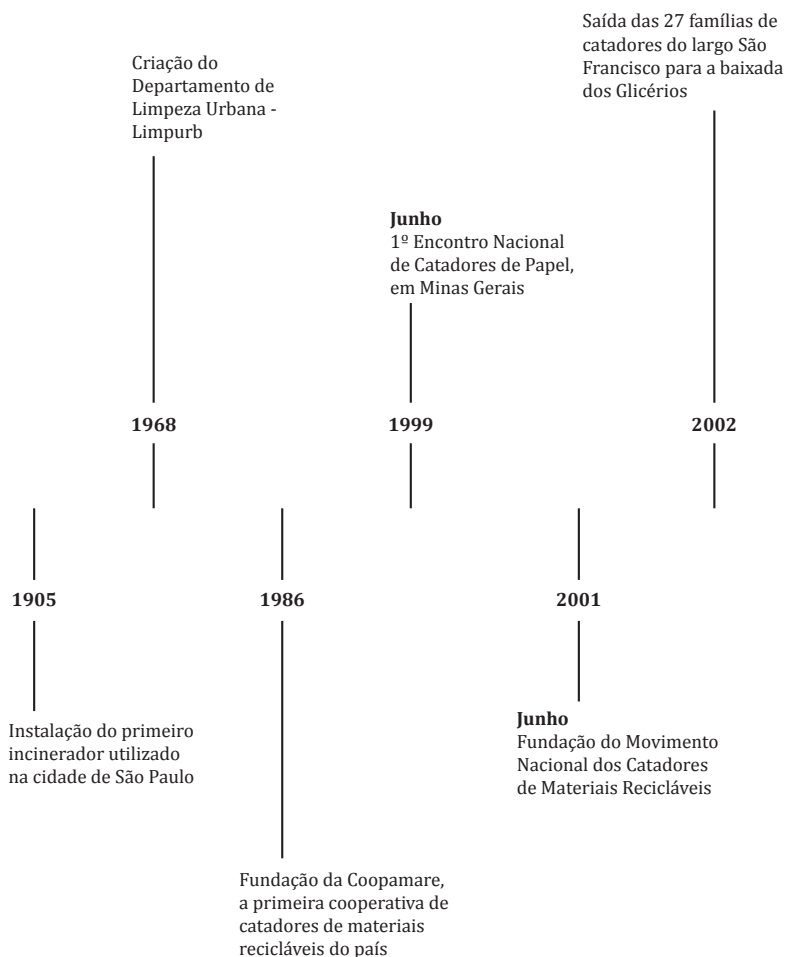
A casa de acolhida também realiza trabalho de reciclagem e reúne o material coletado por Terezinha e um casal de amigos, além de receber resíduos da Ecourbis. “O material recebido da coleta seletiva já causou problemas com os vizinhos, pois era trazido pelos caminhões compactadores”, relembra a catadora. Ela conta que o problema foi solucionado quando passaram a receber a coleta pelos chamados caminhões gaiola, que evitam a mistura entre os resíduos secos e orgânicos.

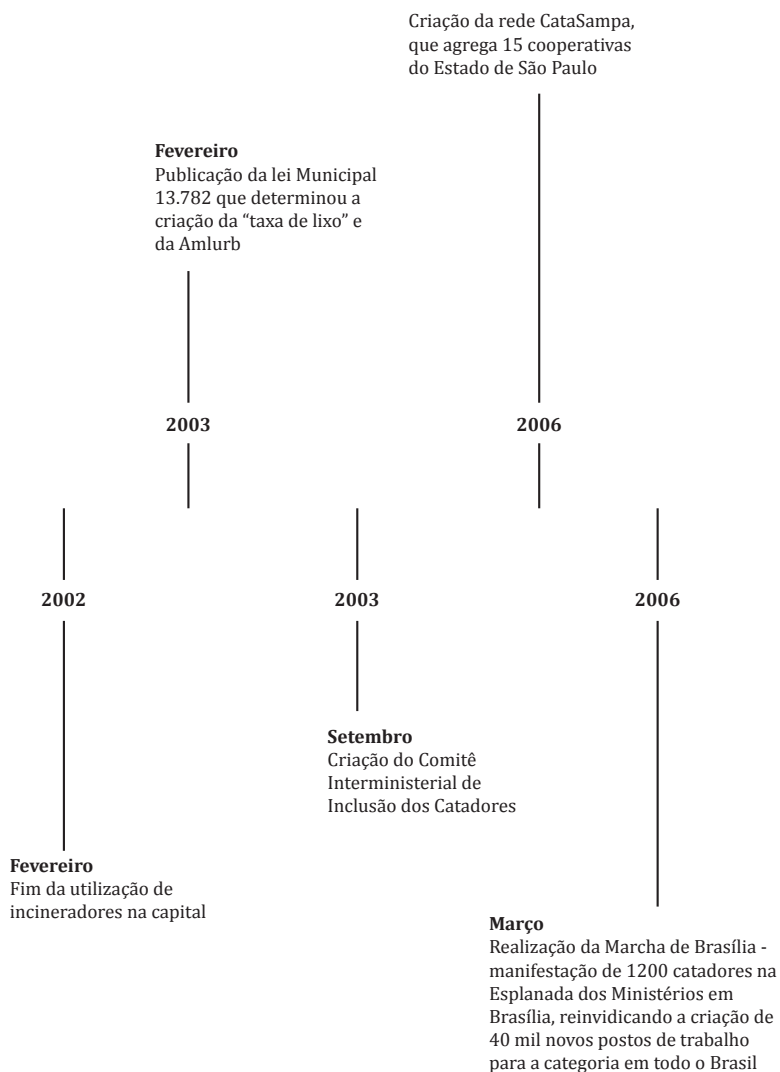
Ainda assim, para atingir maior volume de materiais, ela pretende começar a comprar o material de catadores avulsos. “A proposta é ir comprando por uns seis meses e cadastrar o catador para a gente saber o que estão vendendo na região”. De acordo com Terezinha, a produção modesta não a preocupa, pois antes de obter lucro, a intenção do projeto é recuperar pessoas.

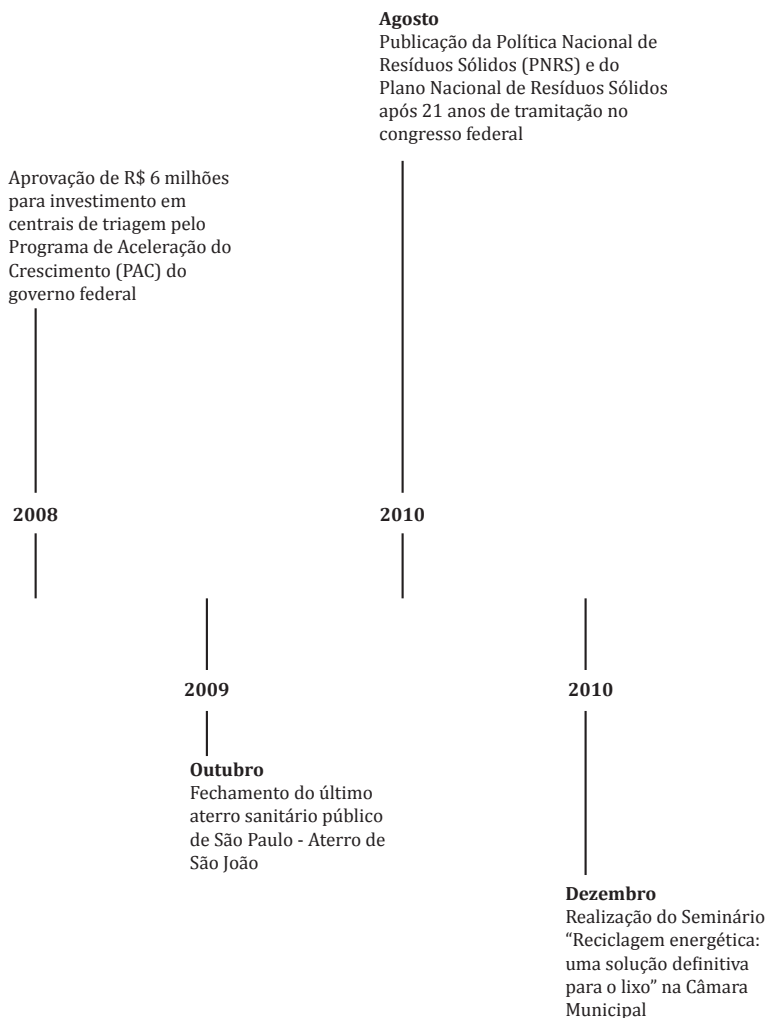
A preocupação da catadora com o cuidado das pessoas vem de sua longa experiência maternal e pauta a educação de seus filhos pela compreensão. “Se um deles chega bêbado ou drogado em casa, não adianta repreender. A gente dá banho, dá comida e põe para dormir. No outro dia a gente conversa e descobre o que está acontecendo. Se acontecer novamente, a gente repete o procedimento quantas vezes for necessário”, explica.

Tereza afirma ter vontade de acolher as pessoas e ajudá-las a crescer, mas apesar de ter cuidado de tantos filhos, diz que seu trabalho não deve ser confundido com o de uma assistente social. “Para isso, precisa ficar estudando muito tempo e é outra coisa. Eu sou somente a mãe, mesmo,” responde.

LINHA DO TEMPO







Junho
Desativação do
lixão Gramacho no
Rio de Janeiro

2012

Agosto
Realização da primeira
audiência pública após a
divulgação do plano
municipal de resíduos

2012

Data de término do
contrato com as
concessionárias Loga
e EcoUrbis que pode
ser prorrogado por
mais 20 anos

2022

2012

Julho
Publicação do Plano de
Gestão Integrada de
Resíduos Sólidos do
Município de São Paulo

2014

Data prevista para a
extinção de todos os
lixões do Brasil



GLOSSÁRIO DOS TERMOS

Mapa de palavras e conceitos utilizados na produção deste
livro reportagem

Amlurb: Autoridade Municipal de Limpeza Urbana. Criada em dezembro de 2002, tem como função regular e promover a gestão pública da limpeza urbana e a coleta de resíduos sólidos em todo o município.

Aparista: Empresário que compra aparas e retalhos de papel de catadores, comércio, residências, órgãos públicos, etc. Após levar para seu depósito, o aparista seleciona o papel, separa-o em fardos e o vende para as chamadas indústrias recicladoras.

Associação Magnalia Dei: Associação para acolhida de pessoas em situação de rua criada pela catadora Tereza Felipe Costa, conhecida como a catadora mais velha do Brasil. De acordo com ela, o nome da associação significa “maravilha de Deus”.

Aterro Controlado: Local para destinação final de lixo, utilizado como alternativa em cidades que produzem até 50 toneladas de resíduos por dia. Para alguns pesquisadores, é considerado uma espécie de “lixão melhorado”.

Aterro Sanitário: Local para destinação final de lixo que, de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), é a técnica

de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo sem causar danos à saúde pública e a sua segurança, minimizando os impactos ambientais.

Atravessador: Empresário que trabalha como intermediário entre catadores de materiais recicláveis e a indústria recicladora. Um dos exemplos de atravessadores são os chamados aparistas.

Bag: Saco feito de fibra de plástico, de tamanho variável, utilizado para armazenar materiais recicláveis em cooperativas.

Cades: Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Órgão consultivo e deliberativo em questões referentes à preservação, defesa, e melhoria do meio ambiente natural, construído e do trabalho de São Paulo.

Carrinho/carroça: Principal ferramenta de trabalho dos catadores autônomos/avulsos, serve para o transporte de materiais recicláveis. Um dos carrinhos mais comuns na cidade é o construído a partir da “carcaça” de metal de refrigeradores.

Casa de Acolhida Magnália Dei: Casa na qual crianças e pessoas em situação de rua são recebidas criada pela catadora Tereza Felipe Costa, conhecida como a catadora mais velha do Brasil. De acordo com ela, o nome do local significa “maravilha de Deus”.

Catador de material reciclável: Trabalhador que realiza sozinho ou coletivamente a coleta, a separação e a venda de materiais recicláveis.

Centrais de Triagem: Cooperativas conveniadas com o governo municipal de São Paulo. São geridas pelos catadores, mas seu terreno é cedido pela Prefeitura que também paga contas como a de água e a de energia elétrica.

Coleta Seletiva: É a forma de gestão de resíduos em que se reutiliza ou se recicla materiais como papel, alumínio, plástico e vidro, entre muitos outros.

Coopamare: Cooperativa de Catadores Autônomos de papel, papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis. É tida como a primeira cooperativa do país.

Cooperado: Catador de material reciclável que trabalha em cooperativa.

Cooperativa: Associação voluntária com fins econômicos e que agrega indivíduos que trabalham em uma mesma atividade, sendo regulamentada democraticamente à base de um voto por pessoa.

Cooperativa Filadelfia: Cooperativa formada por cerca de 22 catadoras de materiais recicláveis, localizada no Jardim Itapema, zona leste de São Paulo. Segundo suas cooperadas, seu nome significa “de portas abertas”.

Cooperativa Nova Esperança: Cooperativa conveniada com a Prefeitura, está localizada na Rua Japichaua, no Jardim Pantanal, zona leste de São Paulo.

Coopercose: Cooperativa Peruense de Reciclagem e Coleta Seletiva, localizada na Rua Oscar Pander, no bairro Jaraguá.

Coopere – Centro: Cooperativa de Catadores Autônomos de Materiais Reaproveitáveis, possui 120 cooperados e é tida como uma das maiores cooperativas do país.

Cooperglicério: Cooperativa da baixada do Glicério, local onde se iniciou o processo que deu origem às centrais de triagem conveniadas com a Prefeitura.

Coorpel: Cooperativa de Reciclagem de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis, localizada na Rua 25 de Janeiro, 170, no bairro da Luz.

Coreji: Cooperativa de Reciclagem Jardim Ipanema, localizada na Rua Saul Borges Carneiro, 728, no Jardim Ipanema.

EcoUrbis: EcoUrbis Ambiental S.A. é uma das concessionárias da Prefeitura responsável, entre outras coisas, pela coleta de resíduos na região sudeste da cidade e pela administração dos aterros municipais CTL e dos desativados São João e Santo Amaro.

FDZL: Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste. Movimento que reúne pessoas e organizações em trabalho voltado à comunidade e com caráter suprapartidário.

Ferro-velho: Estabelecimento que compra materiais recicláveis da população ou de catadores de materiais recicláveis para revendê-los aos chamados atravessadores ou à indústria recicladora.

Garrafeira: Compra garrafas de vidro inteiras. São acusados pela indústria vidreira de fornecerem garrafas para a falsificação de bebidas destiladas.

Grandes geradores: Domicílios e estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços, públicos e institucionais que geram acima de 200 litros de resíduos por dia.

Incinerador: Dispositivo, aparato, equipamento ou estrutura utilizada para a oxidação à alta temperatura que destrói ou reduz o volume ou recupera materiais ou substâncias.

Lixão: Forma ambientalmente inadequada de disposição de resíduos sólidos no solo, acarretando problemas à saúde pública e um impacto ambiental de dimensão incalculável.

Lixo: Pode ser entendido como todo o material coletado ou como sinônimo de rejeito, material que não pode ser reciclado.

Loga: Logística Ambiental de São Paulo. É uma das concessionárias da Prefeitura responsável, entre outras coisas, pela coleta de resíduos na região Noroeste da cidade e pela administração do aterro CTR, em Caieiras.

Logística reversa: Processo pelo qual os materiais precisam passar para que sejam reinseridos na cadeia produtiva.

Materiais recicláveis: Pode ser entendido como sinônimo de sucata e se refere a todo material, produto ou resíduo passível de ser reciclado industrialmente. Inclui tanto os materiais finos (cobre e alumínio, por

exemplo), quanto outros materiais metálicos e não metálicos (plástico, papel, vidro, entre outros).

Material fino: Materiais recicláveis metálicos de alto valor agregado. Entre eles, os mais conhecidos e citados pelos catadores é o cobre e o alumínio.

MNCR: Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Se iniciou em 1999 com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel e foi fundado oficialmente em 2001.

Pessoa em situação de rua: Indivíduo que em um determinado momento de sua vida, por opção ou por limitação financeira, abriga-se na rua.

PNRS: Política Nacional de Resíduos Sólidos. Instituída em agosto de 2010 traçou panorama sobre a forma como se deve orientar a organização dos resíduos sólidos no país, nos estados e em todos os seus municípios.

Reciclagem: Processo de reaproveitamento de materiais e resíduos com o intuito de reinseri-los na cadeia produtiva.

Rede Cata Sampa: Rede formada por 15 cooperativas da cidade de São Paulo, da região do Alto Tietê Cabeceiras e do litoral paulista com o objetivo de articular os catadores de materiais recicláveis, aumentando sua renda e promovendo formação em economia solidária e cidadania.

Rejeito: Materiais que não podem ser reciclados.

Resíduos eletroeletrônicos e seus componentes: Aparelhos eletrodomésticos e os equipamentos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final. Como exemplo, componentes de computadores, monitores e televisores, aparelhos de telefonia móvel e fixa, etc.

Resíduos sólidos: Resíduos nos estados sólido e semissólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição.

Resíduos Sólidos Domiciliares-RSD: Também conhecidos como “lixo doméstico”, são aqueles habitualmente gerados em residências, em pequenos estabelecimentos comerciais e em empreendimentos de pequeno porte destinados à prestação de serviços.

Resíduos sólidos para catadores: Não inertes, são os resíduos considerados secos e inorgânicos e que podem ser reciclados. São a matéria-prima do trabalho da maioria dos catadores.

Sucata: Pode ser entendido como sinônimo de material reciclável e se refere a todo material, produto ou resíduo passível de ser reciclado industrialmente. Inclui tanto os materiais finos (cobre e alumínio, por exemplo), quanto outros materiais metálicos e não metálicos (plástico, papel, vidro, entre outros).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMLURB. **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2012. 248 p.

BELO, Eduardo. **Livro-reportagem**. São Paulo: Contexto, 2006. 141 p.

COSTA, Fernando Braga da. **Homens invisíveis**. 2. ed. São Paulo: Editora Globo, 2010. 253 p.

COUTO, Gabriela Albanás. **Aprendizagem social e formação humana no trabalho cooperativo de catadores(as) em São Paulo**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-19072012-151313/>>. Acesso em: 2012-11-05.

JACOBI, Pedro Roberto; BESEN, Gina Rizpah. **Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade**. Estud. av., São Paulo, v. 25. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 de novembro de 2012.

LAJE, Nilson. **A Reportagem: Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. 189 p.

MAGERA, Márcio. **Os empresários do lixo:** Um paradoxo da modernidade. 2. ed. São Paulo: Átomo, 2005. 193 p.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **A arte de tecer o presente:** narrativa e cotidiano. 152. ed. São Paulo: Summus, 2003.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista: um diálogo possível.** 5. ed. São Paulo: Ática, 2003. 96 p.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo.** 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007. 78 p.